



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES – CCHLA
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL – PPGPS
DOUTORADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE O “INÍCIO DA VIDA HUMANA”: ESTUDOS
COMPARATIVOS ENTRE BRASIL E ESPANHA**

HELOÍSA BÁRBARA CUNHA MOIZÉIS

João Pessoa – PB
Abril – 2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES - CCHLA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL - PPGPS
GRUPO DE PESQUISA EM COMPORTAMENTO POLÍTICO – GPCP

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE O “INÍCIO DA VIDA HUMANA”: ESTUDOS
COMPARATIVOS ENTRE BRASIL E ESPANHA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social (PPGPS/UFPB) como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Psicologia Social.

Orientadora: Prof^a. Dra. Ana Raquel Rosas Torres

Coorientador: Prof^o. Dr. José Luis Álvaro Estramiana

Leitor interno: Prof^o. Dr. Rômulo Lustosa Pimenteira de Melo

Leitora externa: Prof^a. Dra. Alicia Garrido Luque

Leitor externo: Prof^o. Dr. Anderson Mathias

Leitora externa: Prof^a. Dra. Luiza Lins Araújo Costa

Instituição Financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq

João Pessoa – PB

Abril – 2024

FICHA CATALOGRÁFICA

Catálogo na publicação Seção de Catalogação e Classificação

M715r Moizéis, Heloisa Bárbara Cunha.

Representações sociais sobre o início da vida humana
: estudos comparativos entre Brasil e Espanha / Heloisa
Bárbara Cunha Moizéis. - João Pessoa, 2024.
202 f. : il.

Orientação: Ana Raquel Rosas Torres.

Coorientação: José Luis Álvaro Estramiana.

Tese (Doutorado) - UFPB/CCHLA.

1. Psicologia social. 2. Representação social -
Aborto. 3. Representação social - Embrião humano. I.
Torres, Ana Raquel Rosas. II. Estramiana, José Luis
Álvaro. III. Título.

UFPB/BC

CDU 316.6(043)

Elaborado por ANNA REGINA DA SILVA RIBEIRO - CRB-15/24

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE O “INÍCIO DA VIDA HUMANA”: ESTUDOS COMPARATIVOS ENTRE BRASIL E ESPANHA

Heloísa Bárbara Cunha Moizéis

Banca Avaliadora

Documento assinado digitalmente
 ANA RAQUEL ROSAS TORRES
Data: 29/04/2024 13:46:06-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Ana Raquel Rosas Torres (UFPB, Orientador)

Firmado por ALVARO ESTRAMIANA JOSE LUIS
- DNI ***8050** el día 24/04/2024 con
un certificado emitido por AC Sector

Prof. Dr. José Luis Álvaro Estramiana (UCM, Coorientador)

Firmado por GARRIDO LUQUE ALICIA -
***7284** el día 24/04/2024 con un
certificado emitido por AC FNMT

Profa. Dra. Alicia Garrido Luque (UCM, Membro Externo)



Prof. Dr. Anderson Mathias Dias Santos (UAC, Membro Externo)



Profa. Dra. Luiza Lins Araújo Costa (Universidade do Minho, Membro Externo)

Documento assinado digitalmente
 ROMULO LUSTOSA PIMENTEIRA DE MELO
Data: 29/04/2024 11:50:58-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Rômulo Lustosa Pimenteira de Melo (UFPB, Membro Interno)

João Pessoa – PB

Abril de 2024

*Educación sexual para decidir,
anticonceptivos para no abortar, aborto
legal y seguro para no morir (Maré verde).*

AGRADECIMENTOS

Neste manifesto de gratidão, inicio com os versos de Belchior que têm me acompanhado desde o meu êxodo do Ceará para a Paraíba, quando me mudei para fazer minha graduação em Psicologia em 2014 e que dizem mais ou menos assim: "eu me lembro muito bem do dia em que cheguei, jovem que desce do norte para a cidade grande, os pés cansados e feridos de andar léguas tiranas...". Quando penso nas minhas origens, no interior do Ceará, ficava difícil imaginar cenários em que o estudo fosse uma possibilidade, mas era um sonho que teimava em desdobrar-se em realidade.

Concluir a graduação já era uma grande conquista e o doutorado quase uma utopia. Meus pais não tiveram acesso formal aos estudos, mas possuem uma sabedoria que transcende os livros, e viram a educação sempre como um motim de transformação, e eu e meus irmãos (Raíza Nara e Charles Moizéis) somos o resultado disso. Eu, a mais nova de três, finalmente posso dar esse orgulho para os meus pais de ter uma filha “doutora por direito”. Por isso que meu agradecimento maior nesta tese é para eles e por eles. Dedico cada palavra escrita a meus pais - Lúcia de Sousa Cunha Moizéis e Raimundo Assis de Moizéis – que em uma simbiose genuína estiveram comigo durante todo esse percurso, ainda que, em muitas vezes, pelas videochamadas religiosas diariamente.

Temo que as palavras fiquem cansadas se não se expressarem com grande gratidão a todas as pessoas que me acompanharam neste processo. Minha escrita não foi solitária. Na verdade, é fruto de um trabalho de muitas mãos e cabeças. Colaborações que se estendem ao campo acadêmico. E tenho certeza de que a grande “cabeça” disso tudo, foi e é a Prof.^a Dra. Ana Raquel Rosas Torres. Que me acolheu, orientou e resgatou minha paixão pela pesquisa e pelo ensino. Com a senhora, levo ensinamentos para a vida, um deles é: “criar couro grosso” e acho que depois de longos anos; consegui. Obrigada por ser uma fonte de inspiração para todos nós do Grupo de Pesquisa em Comportamento Político.

Agradeço também ao Prof.º Dr. José Luís Álvaro e este agradecimento se estende igualmente à Prof.ª Dra. Alicia Garrido Luque. Pela acolhida e suporte dado durante minha estadia em Madrid e na UCM. Pela leitura tão atenta do meu trabalho, pelas orientações acadêmicas e de vida e pelas “*copas de vino*” compartilhadas extra universidade. Referências que conheci, pelas leituras, durante a minha graduação e que tive a grande sorte de conviver. São momentos e experiências que jamais vou esquecer.

À banca examinadora, Prof.ª Dra. Luiza Lins Costa Araújo, Prof.º Dr. Anderson Mathias Dias Santos e ao Prof.º Dr. Rômulo Lustosa Pimenteira de Melo pela leitura minuciosa do meu trabalho e pelas valiosas contribuições. Vocês servem como fonte de inspiração em minha jornada enquanto pesquisadora.

Ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social (PPGPS) pela oportunidade de crescer academicamente sob a orientação de professores inspiradores, e por fazer parte de uma comunidade de pesquisa vibrante e colaborativa. Agradeço em especial ao Prof.º Dr. Julio Rique e à Denise por sempre se mostrarem tão solícitos e disponíveis durante todo esse processo.

Em especial, agradeço às minhas amigas que conheci ainda durante o mestrado no PPGPS, Francicléia Lopes Silva (Fran) e Ana Karolyne Florencio (Karou) e que seguem presentes em minha vida nesses seis anos, compartilhando momentos de sorrisos e desesperos. Fran, obrigada por dividir dias incríveis comigo, no Brasil ou em terras *madrileñas*, na UFPB ou na UCM. O mundo é seu e ele cabe na palma da sua mão de gnomo. Karou, obrigada por deixar meus dias mais leves, estar com você é sinônimo de alegria e boas risadas, aprendo muito contigo.

Aos meus amigos, Alessandro Teixeira, Bia Campos, Thiago Cavalcanti, Maria Gabriela e Aline Almeida gostaria de expressar minha sincera gratidão. A colaboração e

apoio de vocês em minha jornada foram essenciais no meu processo enquanto pesquisadora e docente. Sei que posso contar com vocês sempre.

Às minhas amigas da graduação em Psicologia da UFPB 2014.1, Vivian França, Thaísy Campos, Marianne Estrela, Amanda Sousa e Aíla Muniz e ao meu amigo Isaac Marques, por terem dividido tantos momentos e descobertas ao longo dos anos acadêmicos e mesmo após a graduação terem seguido em minha vida, ainda que nossos “encontrinhos” como a gente costuma chamar, tenham ficado cada vez mais difíceis por conta da vida adulta, mas o carinho segue o mesmo.

Ao meu Amigo Kevin Guedes, por voltar a fazer parte da minha vida de uma forma tão inesperada e intensa. É como a gente sempre fala “*É engraçado a força que as coisas parecem ter quando elas precisam acontecer*” e a vida se encarregou de “forçosamente” trazer você de volta pra minha vida.

E, por fim, meus amigos que conheci e se fizeram casa em Madrid. Pamela Ariane, Shilton Roque, Renato Dantas, Sérgio Urbano e Ariane Teixeira. Com vocês me senti acolhida, me reconheci e pude ter trocas tão genuínas. Que sigamos essa parceria aqui no Brasil também.

É reconfortante saber que, apesar das vicissitudes do tempo e das circunstâncias, as conexões que estabeleci transcendem qualquer distância. Agradeço por cada momento compartilhado e pelo carinho inestimável que vocês continuam a oferecer.

Este trabalho contou com o apoio e financiamento das seguintes instituições:

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq

RESUMO

Esta tese está organizada em três artigos. Em conjunto, esses estudos buscam contribuir para o campo dos direitos sexuais e reprodutivos. O primeiro artigo adota a abordagem societal de Willem Doise (1992) das representações sociais e objetivou analisar os conteúdos representacionais dos estudantes universitários brasileiros e espanhóis sobre o início da vida humana, considerando as ancoragens psicossociais, particularmente os valores humanos e o partidismo político. Para tanto, contou com a participação de 424 estudantes universitários, sendo 192 no Brasil ($M=23,11$; $DP=6,2$) e 232 na Espanha ($M=19,72$; $DP=5,7$). As análises foram conduzidas com o auxílio do *software* Iramuteq por meio do procedimento da Classificação Hierárquica Descendente (CHD). Os resultados, tanto para a amostra brasileira quanto para a espanhola, formaram cinco classes temáticas. As representações sociais para a amostra brasileira destacaram-se pelos argumentos que exploravam a possibilidade do feto ser considerado uma vida em potencial. Já na amostra espanhola, a ênfase recaiu sobre os aspectos biológicos do desenvolvimento humano. Em relação ao segundo artigo, buscou-se verificar como os grupos de estudantes brasileiros e espanhóis constroem e organizam suas representações sociais acerca dos objetos sociais embrião e aborto. Para isso, utilizou-se a abordagem estrutural proposta por Jean-Claude Abric (2003), que defende que as representações sociais possuiriam uma estrutura organizada em dois sistemas: o central e o periférico. Na amostra brasileira, foram registrados 198 participantes, com idades variando de 18 a 66 anos ($M=23,03$; $DP=6,14$); para o grupo espanhol, 237 participaram, com idades variando de 18 a 70 anos ($M=19,69$; $DP=5,63$). O estudo empregou tarefas de evocação hierárquica e os dados foram processados utilizando o *software* Iramuteq por meio das análises prototípicas. Os resultados evidenciaram eixos argumentativos em que, na amostra do Brasil, o embrião é simbolicamente ligado à vida e visto como uma entidade autônoma, enquanto na amostra da Espanha, destacam-se aspectos biológicos do desenvolvimento

humano. Quanto ao aborto, no Brasil, a prática ainda é associada a aspectos que remetem à sua criminalização e na Espanha, associa-se aos direitos sexuais e reprodutivos. Por fim, o terceiro artigo, realizado somente no contexto brasileiro, analisou o impacto de diferentes desfechos gestacionais no nível de culpabilização de uma vítima de violência sexual. Três estudos foram realizados para abordar essa questão. O primeiro envolveu 133 participantes ($M=25.29$; $DP=9.14$) e investigou como as condições propostas (aborto, gravidez a termo e controle) afetam o nível de culpabilização da vítima. O segundo, com 161 participantes ($M=28.44$; $DP=10.01$), examinou como o sexismo benevolente (SB) previu diferentes níveis de culpabilização da vítima por meio de uma ANCOVA ($F(2, 153) = 9.89, p < .001$). Para os participantes com uma alta adesão ao SB, observou-se uma culpabilização da vítima na condição de gravidez a termo em comparação com a condição de aborto ($p < 0.001$) e a condição controle ($p < 0.001$). O terceiro estudo, com 173 estudantes ($M=27.10$; $DP=9.43$), analisou as justificativas dos participantes diante da culpabilização atribuída à vítima pela violência sexual, considerando as condições em que a vítima optou por abortar ou levar a gravidez a termo. Foi adotada a abordagem societal de Willem Doise (1992), utilizando como ancoragem psicossocial o SB. Os dados foram analisados por meio do *software* Iramuteq e foi realizada uma CHD. Os resultados sugeriram o aparecimento de quatro classes em que foi possível observar a influência do SB na culpabilização da vítima em uma das classes por meio das justificações de danos. Logo, nota-se que as crenças sexistas, especialmente as benevolentes, apresentam um impacto significativo sobre os papéis de gênero, principalmente no campo dos direitos sexuais e reprodutivos. Os dados pressupõem que as variações históricas e culturais que atravessam as sociedades podem influenciar a maneira como as representações sociais são elaboradas e partilhadas socialmente, impactando nas opiniões em relação a determinados aspectos sociais.

Palavras-chave: representação social; início da vida humana; embrião humano, aborto, psicologia social; grupo social

ABSTRACT

The thesis is organized into three articles. Together, these studies aim to contribute to the field of sexual and reproductive rights. The first article adopts Willem Doise's (1992) societal approach to social representations and aimed to analyze the representational contents of Brazilian and Spanish university students regarding the beginning of the human life, considering psychosocial anchorages, particularly human values and political partisanship. For this purpose, 424 university students participated, with 192 in Brazil ($M=23.11$; $SD=6.2$) and 232 in Spain ($M=19.72$; $SD=5.7$). Analyses were conducted with the assistance of the Iramuteq software, using the Descending Hierarchical Classification (DHC) procedure. The results, for both the Brazilian and Spanish samples, formed five thematic classes. Social representations for the Brazilian sample stood out for arguments exploring the possibility of the fetus being considered a potential life. In the Spanish sample, emphasis was placed on the biological aspects of human development. Regarding the second article, the aim was to verify how groups of Brazilian and Spanish students construct and organize their social representations about the social objects' embryo and abortion. To achieve this, the structural approach proposed by Jean-Claude Abric (2003) was employed, which argues that social representations have an organized structure consisting of two systems: the central and the peripheral. In the Brazilian sample, there were 198 participants, ranging in age from 18 to 66 years ($M=23.03$; $SD=6.14$); for the Spanish group, 237 participated, ranging in age from 18 to 70 years ($M=19.69$; $SD=5.63$). The study employed hierarchical evocation tasks, and the data were processed using the Iramuteq software, through prototypical analyses. The results revealed argumentative axes where, in the Brazilian sample, the embryo is symbolically linked to life and seen as an autonomous entity, while in the Spanish sample, biological aspects of human development are highlighted. Regarding abortion, in Brazil, the practice is still associated with aspects that refer to its criminalization; for Spain, it is associated with

sexual and reproductive rights. Finally, the third article, conducted only in the Brazilian context, analyzed the impact of different gestational outcomes on the level of blame attributed to a victim of sexual violence. Three studies were conducted to address this issue. The first involved 133 participants ($M=25.29$; $SD=9.14$) and investigated how the proposed conditions (abortion, full-term pregnancy, and control) affect the level of blame attributed to the victim. The second, with 161 participants ($M=28.44$; $SD=10.01$), examined how benevolent sexism predicted different levels of blame attributed to the victim through an ANCOVA ($F(2, 153) = 9.89, p < .001$). For participants with high adherence to benevolent sexism (BS), blame was observed on the victim in the full-term pregnancy condition compared to the abortion condition ($p < 0.001$) and the control condition ($p < 0.001$). The third study, with 173 students ($M=27.10$; $SD=9.43$), analyzed participants' justifications for blaming the victim for sexual violence, considering the conditions in which the victim chose to abort or carry the pregnancy to term. The societal approach of Willem Doise (1992) was adopted, utilizing BS as the psychosocial anchorage. The data were analyzed using the Iramuteq software, and a DHC analysis was performed. The results suggested the emergence of four classes, where the influence of benevolent sexism on blaming the victim in one of the classes through damage justifications was observed. Therefore, it is noted that sexist beliefs, especially benevolent ones, have a significant impact on gender roles, especially in the field of sexual and reproductive rights. This set of data presupposes that historical and cultural variations that permeate societies can influence how social representations are elaborated and socially shared, impacting favorable or unfavorable opinions regarding certain social aspects.

Keywords: social representation; beginning of human life; embryo mammalian; abortion; social, psychology; social group

RESUMEN

Esta tesis está organizada en tres artículos. En conjunto, estos estudios buscan contribuir al campo de los derechos sexuales y reproductivos. El primer artículo adopta el enfoque societal de Willem Doise (1992) sobre las representaciones sociales y tiene como objetivo analizar los contenidos representacionales de estudiantes universitarios brasileños y españoles sobre el inicio de la vida humana, considerando las anclajes psicosociales, particularmente los valores humanos y el partidismo político. Para ello, contó con la participación de 424 estudiantes universitarios, siendo 192 en Brasil ($M=23,11$; $DP=6,2$) y 232 en España ($M=19,72$; $DP=5,7$). Los análisis se realizaron con la ayuda del software Iramuteq mediante el procedimiento de CJD. Los resultados, tanto para la muestra brasileña como para la española, formaron cinco clases temáticas. Las representaciones sociales para la muestra brasileña se destacaron por los argumentos que exploraban la posibilidad de que el feto fuera considerado una vida en potencial. En la muestra española, la énfasis recayó en los aspectos biológicos del desarrollo humano. En relación con el segundo artículo, se buscó verificar cómo los grupos de estudiantes brasileños y españoles construyen y organizan sus representaciones sociales sobre los objetos sociales embrión y aborto. Para ello, se utilizó el enfoque estructural propuesto por Jean-Claude Abric (2003), que defiende que las representaciones sociales poseen una estructura organizada en dos sistemas: el central y el periférico. En la muestra brasileña, participaron 198 participantes, con edades que variaban de 18 a 66 años ($M=23,03$; $DP=6,14$); para el grupo español, participaron 237 personas, con edades que variaban de 18 a 70 años ($M=19,69$; $DP=5,63$). El estudio empleó tareas de evocación jerárquica y los datos fueron procesados utilizando el software Iramuteq mediante análisis prototípicos. Los resultados evidenciaron ejes argumentativos en los que, en la muestra de Brasil, el embrión está simbólicamente vinculado a la vida y se percibe como una entidad autónoma, mientras que en la muestra de España, se destacan los aspectos biológicos del desarrollo humano. En

cuanto al aborto, en Brasil, la práctica aún se asocia con aspectos que remiten a su criminalización y en España, se asocia con los derechos sexuales y reproductivos. Por último, el tercer artículo, realizado solo en el contexto brasileño, analizó el impacto de diferentes resultados gestacionales en el nivel de culpabilización de una víctima de violencia sexual. Se realizaron tres estudios para abordar esta cuestión. El primero involucró a 133 participantes ($M=25.29$; $DP=9.14$) e investigó cómo las condiciones propuestas (aborto, embarazo a término y control) afectan el nivel de culpabilización de la víctima. El segundo, con 161 participantes ($M=28.44$; $DP=10.01$), examinó cómo el sexismo benevolente (SB) predijo diferentes niveles de culpabilización de la víctima mediante un ANCOVA ($F(2, 153) = 9.89$, $p < .001$). Para los participantes con una alta adhesión al SB, se observó una culpabilización de la víctima en la condición de embarazo a término en comparación con la condición de aborto ($p < 0.001$) y la condición de control ($p < 0.001$). El tercer estudio, con 173 estudiantes ($M=27.10$; $DP=9.43$), analizó las justificaciones de los participantes ante la culpabilización atribuida a la víctima por la violencia sexual, considerando las condiciones en las que la víctima optó por abortar o llevar a término el embarazo. Se adoptó el enfoque societal de Willem Doise (1992), utilizando el SB como anclaje psicosocial. Los datos fueron analizados mediante el software Iramuteq y se realizó un análisis de Clasificación Jerárquica Descendente (CJD). Los resultados sugirieron la aparición de cuatro clases en las que se pudo observar la influencia del SB en la culpabilización de la víctima en una de las clases a través de justificaciones de daños. Así, se nota que las creencias sexistas, especialmente las benevolentes, tienen un impacto significativo en los roles de género, especialmente en el campo de los derechos sexuales y reproductivos. Los datos presuponen que las variaciones históricas y culturales que atraviesan las sociedades pueden influir en la manera en que se elaboran y comparten las representaciones sociales, lo que impacta en las opiniones sobre aspectos sociales específicos.

Palabras clave: representación social; comienzo de la vida humana; embrión mamífero; aborto; psicología social; grupo social

SUMÁRIO

SEÇÃO I - MARCO TEÓRICO.....	24
Introdução	25
Discutindo o embrião humano: divergências e reflexões.....	26
Aborto: princípios, definições e contextos.....	28
Teoria das Representações Sociais: uma análise conceitual e histórica.....	32
Valores humanos: tipologia de Shalom Schwartz.....	37
Ideologia e partidarismo político: uma análise dos contínuos políticos.....	40
Teoria do Sexismo Ambivalente: explorando suas dimensões e implicações sociais.....	42
Problema geral e visão dos estudos.....	45
SEÇÃO II - BRASIL E ESPANHA	51
Artigo 1: Representações sociais sobre o início da vida humana: uma análise dos elementos textuais do Brasil e Espanha.....	52
Resumo	54
Abstract.....	55
Resumen.....	56
Introdução	57
Abordagem societal das representações sociais.....	59
Teoria de valores básicos de Shalom Schwartz	60
Identificação partidária: <i>continuum</i> direita-esquerda.....	61
Método	62
Conteúdo sócio representacional acerca do início da vida humana para a população brasileira e espanhola	62
Amostra	62
Instrumentos	63
Procedimentos.....	64
Análise de dados	64
Resultados	65
Amostra brasileira.....	65
Amostra espanhola.....	68
Discussão	72
Considerações finais.....	78
Referências	80
Artigo 2: O papel das representações sociais sobre a natureza do embrião e o aborto: desvelando aproximações e afastamentos entre o Brasil e a Espanha.....	88
Resumo	90

Abstract.....	91
Resumen.....	92
Introdução	93
Representações sociais do embrião e do aborto	94
Método	98
Amostra	98
Instrumentos e Procedimentos.....	98
Análise de dados	99
Resultados e Discussão	99
Estrutura representacional do <i>corpus</i> brasileiro e espanhol sobre o “embrião”	100
Estrutura representacional do <i>corpus</i> brasileiro e espanhol sobre o “aborto”.....	104
Considerações finais	109
Referências	110
SEÇÃO III - BRASIL	119
Artigo 3: Dois pesos e duas medidas: uma análise dos desfechos gestacionais na culpabilização secundária de uma vítima de violência sexual	122
Resumo	124
Abstract.....	125
Resumen.....	126
Introdução	127
Sexismo ambivalente: analisando as dimensões de hostilidade e benevolência	129
Teoria das representações sociais: o estudo da abordagem societal de Doise.....	130
Método	131
Estudo 1. Efeito da manipulação experimental na culpabilização de uma vítima de violência sexual.....	131
Amostra	132
Instrumentos	132
Procedimentos de coleta de dados	133
Procedimentos de análise	133
Resultados	133
Estudo 2. Impacto das crenças sexistas na culpabilização de uma vítima de violência sexual com diferentes desfechos gestacionais	134
Amostra	134
Instrumentos	135
Procedimentos de Análise.....	135
Resultados	135

Estudo 3. Análise das justificativas acerca da culpabilização de uma vítima de violência sexual com base nos seus desfechos gestacionais.....	137
Participantes.....	137
Instrumento.....	137
Procedimentos de Análise.....	138
Concepções gerais da população acerca da culpabilização de uma vítima de violência sexual com diferentes desfechos gestacionais	138
Discussão	141
Considerações finais.....	145
Referências	145
Discussão geral	153
Considerações finais.....	160
Referências	162
ANEXOS	178
ANEXO A- Instrumentos de pesquisa utilizados nos estudos do Artigo 1. (Brasil e Espanha).....	178
ANEXO B- Instrumentos de pesquisa utilizados nos estudos do Artigo 1. (Brasil e Espanha).....	180
ANEXO C: Instrumentos de pesquisa utilizados nos estudos do Artigo 3. (Brasil).....	183
APÊNDICES	186
APÊNDICE A: Aprovação do comitê de ética.....	187
APÊNDICE B: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido utilizado para o Artigo 1 e 2. (Amostra Brasil).....	190
APÊNDICE D: Cenário utilizado e construído pela própria pesquisadora para o Artigo 1. (Amostra brasileira).....	193
APÊNDICE E: Cenário utilizado e construído pela própria pesquisadora para o Artigo 1. (Amostra espanhola)	194
APÊNDICE F: Instrumento de evocação livre construído pela própria pesquisadora para o Artigo 2 para as palavras “Embrião” e “Aborto” (Amostra brasileira).....	195
APÊNDICE G: Instrumento de evocação livre construído pela própria pesquisadora para o Artigo 2 para as palavras “Embrión” e “Aborto” (Amostra espanhola).....	197
APÊNDICE H: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido utilizado para o Artigo 3. (Amostra Brasil).....	198
APÊNDICE I: Cenário experimental criado pela própria pesquisadora para o Artigo 3. (Amostra brasileira).....	199
APÊNDICE J: Questionário sociodemográfico (Amostra brasileira)	202
APÊNDICE K: Questionário sociodemográfico (Amostra espanhola)	203

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANOVA: Análise de Variância

ANCOVA: Análise de Covariância

CHD: Classificação Hierárquica Descendente

CFM: Conselho Federal de Medicina

GPCP: Grupo de Pesquisa em Comportamento Político

IVG: Interrupção Voluntária da Gravidez

IVE: *Interrupción Voluntaria del Embarazo*

OFIU: Óbito Fetal Intrauterino

OME: Ordem Média de Evocação

OMS: Organização Mundial da Saúde

PNA: Pesquisa Nacional de Aborto

QVP: *Questionnaire Value Portrait*

SB: Sexismo Benevolente

SH: Sexismo Hostil

SIH: Sistema de Informações Hospitalares

SPSS: *Statistical Package for the Social Sciences*

STF: Supremo Tribunal Federal

SUS: Sistema Único de Saúde

TRS: Teoria das Representações Sociais

TSA: Teoria do Sexismo Ambivalente

UCM: *Universidad Complutense de Madrid*

UFPB: Universidade Federal da Paraíba

VD: Variável Dependente

VI: Variável Independente

WHO: *World Human Organization*

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. <i>Valores universais de Schwartz (1994)</i>	38
Tabela 2. Estrutura da representação social do embrião para os participantes brasileiros ...	100
Tabela 3. <i>Estrutura da representação social do embrião para os espanhóis</i>	102
Tabela 4. <i>Estrutura da representação social do embrião para os brasileiros</i>	105
Tabela 5. <i>Estrutura da representação social do aborto para os espanhóis</i>	108

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. <i>Estrutura dos tipos motivacionais de Schwartz</i>	40
Figura 2. <i>Classificação Hierárquica Descendente sobre o início da vida humana para a amostra brasileira</i>	66
Figura 3. <i>Classificação Hierárquica Descendente sobre o início da vida humana para a amostra espanhola</i>	68
Figura 4. <i>Modelo teórico de interação com o Sexismo Benevolente</i>	136
Figura 5. <i>Culpabilização da vítima em função da interação entre características da vítima e sexo do observador</i>	137
Figura 6. <i>CHD das justificativas acerca da culpabilização de uma vítima de violência sexual com diferentes desfechos gestacionais</i>	139

SEÇÃO I - MARCO TEÓRICO

Introdução

Em um recente caso judicial envolvendo a destruição acidental de embriões em uma clínica de fertilidade nos Estados Unidos, a Suprema Corte do Estado do Alabama decidiu, com base na legislação estadual, que todos os embriões são considerados “crianças”. Essa decisão vai contra o consenso médico e científico, que define os embriões como células com capacidade de desenvolver vida humana, mas que não são consideradas seres vivos (Chesak, 2024)¹. A partir dessa notícia, reitera-se a persistente falta de consenso acerca do momento que marca o início da vida humana. A compreensão dos conceitos de “vida” e “pessoa”, o *status* jurídico do embrião e a definição do instante a partir do qual a vida humana merece proteção legal decorrem de um vasto debate científico, religioso, cultural, filosófico e jurídico (Leal et al., 2018). Posto isso, determinar quando a vida começa torna-se decisivo em meio aos avanços tecnocientíficos contemporâneos, que abrangem tanto as questões relacionadas à legalidade do aborto quanto as intervenções biotecnológicas na manipulação de embriões (Barreto & Lauxen, 2017).

Diante dessa conjuntura, a presente tese se propõe a compreender como os grupos sociais representam socialmente a seguinte questão norteadora: quando a vida humana começa? Nesse sentido, abrange reflexões também acerca dos seguintes questionamentos: o quê ou quem é o embrião humano? De quem estamos falando quando discutimos o aborto? Qual vida se sobressai quando colocamos na balança – a da mulher ou a do feto? A bioética, enquanto disciplina, tem se ocupado desses grandes temas, que se vinculam, sobretudo, aos direitos fundamentais dos seres humanos, como o reconhecimento e a afirmação do direito à vida (Kottow, 2001).

Nesse seguimento, as perspectivas que abordam o marco inicial da vida humana apontam diferentes parâmetros, como o momento da fertilização, quando os genes do

¹ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cek79ley4g0o>

espermatozoide e do óvulo se combinam para formar um único indivíduo – uma visão partilhada pela Igreja Católica; o início das atividades cerebrais, variando entre a 8ª e a 20ª semana; a independência do feto ao sobreviver fora do útero e o estabelecimento do início da vida entre a 20ª e a 24ª semana – critério adotado em decisões judiciais sobre o aborto; e, por fim, destacam-se os argumentos que apontam não existir um momento único para o início da vida, enfatizando o desenvolvimento contínuo sem um marco distintivo claro (Barchifontaine, 2010; Gondim, 2012).

A despeito desses entendimentos, surgem três correntes fundamentais sobre o início da personalidade e a condição jurídica do nascituro, que é a pessoa por nascer concebida no ventre materno. A primeira é denominada natalista, e seus adeptos afirmam que a personalidade civil começa no nascimento. A segunda corrente é denominada condicional, reconhecendo a personalidade desde a concepção, mas condicionando-a ao nascimento com vida. A terceira é a concepcionista, que sustenta que a personalidade começa desde a concepção, ou seja, os direitos e o *status* do nascituro não dependem do nascimento com vida (Chinelato, 2004).

Por isso, essas reflexões relacionadas ao início da vida humana e ao estatuto do nascituro desembocam em outro importante tema: a dignidade humana com relação ao embrião humano.

Discutindo o embrião humano: divergências e reflexões

A partir do progresso científico e das conquistas técnicas na área da genética e reprodução, os temas relacionados às manipulações genéticas durante as fases do desenvolvimento humano despontam como alguns dos mais complexos dilemas éticos contemporâneos. Embora esses avanços proporcionem benefícios crescentes à vida e à saúde da humanidade, não se pode ignorar os riscos físicos impostos ao embrião, suscitando

preocupações éticas que demandam uma reflexão cuidadosa (Lauxen, 2021; Romeo-Casabona, 2013).

Desse modo, diversas percepções delineiam a visão sobre o embrião humano: como pessoa e pertencente à comunidade moral, desde a concepção (essa posição condena a pesquisa experimental sobre embriões bem como o aborto); como uma coisa e não como pessoa, até a aparição das primeiras funções cerebrais; e como uma entidade biológica e que pode ser empregado como material com fim de experimentação científica (Barchifontaine, 2010; Kottow, 2005). Cada perspectiva carrega consigo implicações éticas significativas, destacando a complexidade inerente às decisões e discussões em torno do embrião humano.

Nesse seguimento, a forma como o embrião humano é constituído tem impacto no tratamento que lhe é dispensado. Logo, os avanços da biotecnologia que possibilitam a manipulação, a criopreservação ou o descarte de embriões são fundamentadas pelo seu *status* (Baertschi, 2009; Liang et al., 2015). Sendo assim, reitera-se que ao tratar do *status* do embrião humano, as opiniões divergem no sentido de considerá-lo como uma simples materialidade biológica, isto é, uma parte ou uma extensão do corpo humano, ou então um indivíduo da espécie humana ou, ainda, uma pessoa humana (Barreto & Lauxen, 2017; Smok et al., 2018).

À vista disso, as técnicas da engenharia genética promovem embates e levantam questões éticas nas sociedades. Assim, de um lado são criticados os procedimentos de escolha do sexo e das características genéticas, físicas e cognitivas; por outro, há quem enxergue o aperfeiçoamento genético como moralmente justificável, refletindo a criatividade inerente ao ser humano diante da complexidade da biotecnologia (Buchanan et al., 2000; Sandel, 2013). A reprodução assistida é vista também como outro potencial de avanço genético, essencialmente por tratar infertilidade e doenças. No entanto, surgem preocupações com relação às práticas de redução embrionária, seleção e descarte de embriões (Barboza, 2015).

Levando em consideração esses elementos, as discussões acerca do uso do embrião para fins terapêuticos e de pesquisa culminaram na criação de dispositivos legais com o propósito de normatizar essas investigações e experimentos (Diniz & Avelino, 2009). O contexto europeu mostra-se flexível quanto aos experimentos com embriões, em específico na Espanha, no que se refere às técnicas de reprodução assistida. A partir da Lei orgânica 35/1988, existe uma anuência à realização de experimentos com embriões, desde que estes tenham sido obtidos por técnicas de reprodução humana assistida, sejam inviáveis e não façam parte de um projeto familiar (Espanha, 1988; 2006).

A respeito do Brasil, este apresenta-se como o primeiro país da América Latina a aderir pesquisas com o uso de células-tronco embrionárias. De acordo com o artigo 5º da Lei nº11.105, de 24 de março de 2005, da Lei de Biossegurança (Brasil, 2005) e a Resolução 2168/2017 do Conselho Federal de Medicina (CFM, 2017), a utilização de células-tronco embrionárias é permitida para fins de pesquisa e terapia quando obtidas de embriões produzidos por fertilização *in vitro*, considerados inviáveis e criopreservados há mais de três anos.

Portanto, as propriedades que são atribuídas ao embrião humano indagam o momento em que este se torna uma pessoa ou em que medida a individualidade do embrião merece respeito como pessoa (Bourget, 2002). Desse modo, essas diferentes perspectivas apontam que nem todos os seres humanos são humanos no mesmo grau e, conseqüentemente, não exigem o mesmo respeito e isso, por sua vez, suscita outro debate, agora centrado na questão do aborto.

Aborto: princípios, definições e contextos

O debate sobre o aborto, nesta perspectiva, configura-se a partir de dois princípios-chave: a “heteronomia da vida”, ou seja, os indivíduos que concedem ao zigoto um direito absoluto à vida desde a concepção até a morte natural e, em contrapartida, os defensores da

“autonomia reprodutiva”, que partem da ideia de que essa decisão deve caber somente à mulher, baseada na liberdade individual (Diniz, 1998; Vieira et al., 2021).

A prática do aborto parece ser difundida nas mais diversas culturas e períodos históricos. Na civilização ocidental, foi tratada desde a Antiguidade Remota até o século XVIII como uma questão relacionada às mulheres e aos cuidados com seus corpos, ou então do genitor, entendido como proprietário do embrião ou feto (Boltanski, 2012). Contudo, foi a partir da Idade Antiga, com o judaísmo, e, posteriormente, com a ascensão do cristianismo, que se iniciou uma oposição estruturada à prática – por entendê-la como uma interrupção de uma obra divina.

A partir desse momento, o foco desloca-se do interesse paterno para o feto em si. Somado a esses fatores, as guerras, as invasões e as pestes que assolaram diversos países implicaram na quantidade populacional, ou seja, em uma menor quantidade de mão de obra e soldados. Isso posto, o aborto passou a ser tratado como interesse público, e uma intervenção extensiva dos Estados passou a atuar contra essa prática. Logo, desenha-se uma tendência a privilegiar a proteção ao feto/embrião em relação às mulheres (Galeotti, 2007).

A etimologia da palavra “aborto” origina-se dos termos em latim “*abortus*” (ação de abortar), “*aborior*” (morrer, extinguir-se) e “*abortare*” (nascer antes do tempo) e é definido como sendo a interrupção da gestação antes de 20-22 semanas, envolvendo o embrião ou feto com peso inferior a 500 gramas. Quanto ao tempo em que ocorre, pode ser precoce (até 12 semanas de gestação) ou tardio (de 12 a 20 semanas). Após 20 semanas de gestação já não se fala em aborto, mas sim em óbito fetal intrauterino (OFIU) ou em parto prematuro, ainda que o recém-nascido evolua a óbito poucas horas depois (neomorto) (Organização Mundial de Saúde; OMS, 2013).

Do ponto de vista jurídico-legal, o aborto pode ser classificado como espontâneo/natural ou induzido/provocado (Cunningham et al., 2016). O abortamento

espontâneo ou natural ocorre quando o próprio organismo se encarrega de realizá-lo, independente da vontade da mulher, e sucede em decorrência da inviolabilidade natural do conceito. Por sua vez, o abortamento induzido ou provocado ocorre de forma intencional e ocasiona a morte do feto por vontade da própria gestante e/ou de outrem. Subclassifica-se, ainda, em criminoso ou legal/permitido, sendo este último aquele que se enquadra em situações previstas e amparadas pela lei do país em que ocorre (Silva, 2008).

Nessa sequência, o aborto legal se subdivide em: a) terapêutico ou necessário e é realizado para salvar a vida da gestante ou impedir riscos iminentes à sua saúde em razão de gravidez anormal; e b) humanitário ou sentimental, se a gravidez resulta de uma violência sexual (Morais, 2008). Considerando esse cenário, o contexto brasileiro legaliza o aborto quando não há outro meio de salvar a vida da gestante, quando a gravidez resulta de estupro ou, por analogia, de outra forma de violência sexual e, mais recentemente, quando o feto é anencéfalo (Brasil 1940; 2012).

Por conseguinte, nos demais casos, o aborto continua sendo considerado crime conforme o Código Penal, abrangendo: a) provocar aborto em si mesma ou consentir que outrem o faça, sujeito a pena de detenção de 1 a 3 anos (art. 124); b) provocar aborto sem o consentimento da gestante, passível de reclusão de 3 a 10 anos (art. 125); e c) provocar aborto com o consentimento da gestante, com pena de reclusão de 1 a 4 anos ([art. 126] Brasil, 1940).

Segundo dados do *Center for Reproductive Rights* (2023), 40% das mulheres em idade reprodutiva, o que equivale a 753 milhões de pessoas, vivem sob leis restritivas no que diz respeito ao aborto, enquanto 60% (1,12 bilhão) vivem onde o aborto é amplamente legal. Dentre esses países destaca-se a Espanha, que se encontra entre os países onde o aborto é legalizado e estipula-se um prazo de, no máximo, 14 semanas, em que é garantido às

mulheres a possibilidade de tomar uma decisão livre e informada sobre a interrupção da gestação (Espanha, 2010; 2023).

Constata-se que os últimos dados levantados do informe de interrupção voluntária da gestação apontam que, desde a entrada em vigor da *Ley Orgánica 2/2010 de salud sexual y reproductiva y de la interrupción voluntaria del embarazo*, se observa uma redução gradual do número de aborto na Espanha (118.611 em 2011 frente aos 98.316 realizados no ano de 2022), que representa uma diminuição de 17% do número de casos registrados (Espanha, 2023).

A respeito do Brasil, Alves e Rocha (2023)² analisaram mais de 1,7 milhão de internações registradas no Sistema de Informações Hospitalares (SIH-SUS) como gravidez que termina em aborto e, entre 2012 e 2022, 483 mulheres morreram por aborto em hospitais da rede pública de saúde do Brasil. Os dados apontam que o aborto foi a quarta causa obstétrica direta de morte materna no Brasil (Pinto et al., 2022). No entanto, a avaliação da magnitude da mortalidade materna, por meio dos dados disponíveis, enfrenta problemas de subdiagnóstico, ou seja, grande parte desses óbitos não são declarados como tal, visto a dificuldade da identificação destes (Cardoso et al., 2020).

Recentemente, no dia 22 de setembro de 2023, a ex-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Rosa Weber, votou para que o aborto no Brasil realizado até 12 semanas de gestação não seja mais crime no país (BBC, 2023)³. Com essa posição, a ex-presidente do STF destaca a necessidade de revisão de uma legislação que perdura por quase oito décadas. Isso ganha relevância ao considerar que a América Latina apresenta a maior incidência de abortos inseguros, com 76,4% dos procedimentos ocorrendo em condições inadequadas, constituindo um desafio significativo para a saúde pública (Ganatra et al., 2017).

² Disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/brasil-mortes-tentativa-aborto/>

³ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/ce52523njv4o>

Vale salientar que, de acordo com os dados da Pesquisa Nacional de Aborto ([PNA]; Diniz et al., 2023), estima-se que aproximadamente uma em cada sete mulheres até os 40 anos já tenha realizado um aborto. Além disso, tais dados indicam que mulheres negras têm 46% mais chances de se submeterem a um aborto inseguro em comparação com as mulheres brancas e que uma em cada duas mulheres que realizaram um aborto inseguro tinha menos de 19 anos, sendo 6% desse índice com menos de 14 anos.

Nessa situação, a Psicologia Social se revela como uma disciplina essencial para desvendar os padrões comportamentais tanto individuais quanto coletivos na sociedade (Torres et al., 2023). Assim, investigam-se as dinâmicas das interações sociais, os processos que ocorrem em grupos, as normas culturais, a percepção social e outros fenômenos sociais. Por conseguinte, acredita-se que essa disciplina desempenhe um papel crucial na compreensão desses fenômenos, explorando minuciosamente variáveis psicossociológicas específicas, a saber: a) representações sociais; b) valores humanos; c) ideologia política; e d) sexismo ambivalente. Essas análises proporcionam uma compreensão das questões relacionadas ao aborto e às diferentes percepções sociais e culturais que o cercam.

Teoria das Representações Sociais: uma análise conceitual e histórica

A Teoria das Representações Sociais (TRS) é uma abordagem psicossociológica que analisa os processos de construção do pensamento social (Vala & Castro, 2013). Essa teoria científica explora as representações sociais, considerando-as como verdadeiras “teorias do senso comum” formadas na vida grupal e nas interações diárias (Sousa & Chaves, 2023). As bases da TRS foram apresentadas por Serge Moscovici em sua tese de doutorado de 1961, intitulada “*La Psychanalyse – Son image et son public*”, na qual investigou a representação da Psicanálise na sociedade francesa dos anos 1960. Seu objetivo era compreender como o conhecimento científico, ao ser absorvido pela sociedade, se transformava em uma teoria do senso comum (Farr, 2013).

Para isso, é fundamental considerar a participação de dois processos sociocognitivos específicos na formação do conteúdo e da estrutura de uma representação: a objetivação e a ancoragem (Moscovici, 1961; 2009). A objetivação é o processo que transforma um conceito em uma imagem, ou núcleo figurativo, concretizando aquilo que é da ordem do abstrato por meio de características do objeto e conteúdos selecionados pelas próprias dinâmicas grupais (Moscovici, 2009). Por outro lado, a ancoragem corresponde à incorporação ou assimilação de um objeto a um sistema de pensamento preexistente, estabelecendo uma rede de significados em torno dele (Almeida & Santos, 2011).

Nesse contexto, as representações sociais emergem como um conceito essencial para a compreensão dos processos de transformação social em sociedades e comunidades. Ao longo de mais de cinquenta anos, a TRS consolidou-se como um movimento teórico e empírico de indiscutível importância. No entanto, como é comum no desenvolvimento teórico, a TRS tem sido objeto de revisão por diversos autores, que propõem abordagens teórico-metodológicas para fortalecê-la heurísticamente. Dentre essas propostas, destacam-se as abordagens: culturalista, formulada por Jodelet (1989); societal, proposta por Doise et al. (1992); e estrutural, apresentada por Abric (1994). Elas serão discutidas adiante.

Abordagem Culturalista de Jodelet

As representações sociais, para Denise Jodelet (1989), são expressões de conhecimento socialmente elaborado e compartilhado, com o propósito prático de contribuir para a construção de uma realidade comum dentro de um determinado grupo social. Nesse contexto, a autora propõe um novo enfoque metodológico conhecido como abordagem cultural, que desdobra a investigação das representações sociais em duas dimensões: social e cultural. É a partir dessas dimensões que se originam as construções mentais e coletivas dos fenômenos sociais (Jodelet, 2000).

Assim, as representações sociais desempenham o papel de canais de comunicação com o propósito de compreender o contexto social. Nessa direção, as pesquisas sobre representações sociais abrangem não apenas os discursos dos grupos que as formulam, mas também os comportamentos e práticas que as manifestam, além da análise de documentos e outros registros que oficializam esses discursos e práticas (Sousa & Souza, 2021).

Adicionalmente, incorporam as interpretações oferecidas pelos meios de comunicação, desempenhando um papel relevante tanto na preservação quanto na transformação do imaginário coletivo.

Por conseguinte, as investigações em representações sociais se propõem a responder duas questões centrais: a) como o social interfere na elaboração psicológica que constitui a representação e b) como essa elaboração psicológica interfere no social (Jodelet, 2005). Dessa forma, percebe-se que o foco de Jodelet (1990) é o pensamento social em seus aspectos constituído (produto) e constituinte (processo), sendo a objetivação e a ancoragem os processos que dão origem a essas representações.

Ao examinar a representação como um produto, o objetivo é compreender o conteúdo e o significado por meio de seus elementos constituintes: informações, crenças, imagens e valores expressados pelos sujeitos. A respeito das representações enquanto um processo, a atenção se volta para a relação entre a estrutura da representação e as condições e práticas sociais que incentivam e justificam sua criação (Sousa & Souza, 2021). Esse enfoque analisa os aspectos culturais, ideológicos e interacionais envolvidos.

Abordagem Societal de Doise

O modelo teórico proposto por Doise et al. (1992) aborda a TRS sob uma perspectiva societal, complementando a abordagem processual apresentada por Jodelet (1989). Esse modelo teórico tem como objetivo conciliar a complexidade estrutural das representações sociais com suas inserções nos contextos ideológicos e sociais (Doise et al., 1992). Para isso,

articula as representações sociais em uma perspectiva mais sociológica, focalizando a influência que os sistemas de crenças compartilhadas exercem sobre a organização e o funcionamento cognitivo.

Destaca-se também a inserção social dos indivíduos como a fonte da variação dessas representações. Logo, o conteúdo das representações é justificado pelo encadeamento das relações entre os grupos, mantendo a especificidade e a identidade deste grupo (Almeida, 2009). De modo particular, objetiva mostrar como os indivíduos possuem mecanismos que capacitam seu funcionamento na sociedade e, de maneira adicional, como as dinâmicas sociais, especialmente as interacionais, posicionais, e relacionadas a valores e crenças gerais, direcionam a operação desses processos (Doise, 2002).

Tendo em conta esses aspectos, estabelece-se uma conexão entre o indivíduo e o coletivo, integrando explicações tanto individuais quanto sociais. Nessa direção, Doise (2002) propõe a investigação das teorias de senso comum a partir de três fases analíticas: a) a identificação dos conteúdos representacionais compartilhados por uma sociedade, ou seja, a hipótese de que existem pontos de referências comuns entre indivíduos ou grupos que se comunicam; b) os princípios organizadores dos conteúdos representacionais, que dizem respeito às variações de atitudes nas tomadas de posição de acordo com as inserções sociais; e, por fim, c) a compreensão das ancoragens desses princípios subjacentes às variações grupais.

Nesse seguimento, com relação às ancoragens, Doise et al. (1992) propõe três tipos: a) a ancoragem psicológica, que corresponde ao posicionamento individual em atitudes ou escolhas de valores estudadas a nível individual; b) a ancoragem psicossociológica, que está ligada à forma como as pessoas percebem as relações sociais entre grupos sociais e, de forma mais geral, a estrutura social; e, por fim, c) a ancoragem sociológica, que se refere à pertença específica dos indivíduos a grupos e às suas relações e experiências sociais partilhadas, a

exemplo das afiliações políticas, movimentos sociais e diferenças culturais (Spini & Doise, 1998).

Vale salientar que as ancoragens promovem relações interpretativas diferentes para os seus objetos representacionais, ainda que dentro de um mesmo grupo. Logo, estudar o motivo pelo qual isso ocorre se faz necessário para entender os princípios dessas variações individuais (Rateau et al., 2012). Nota-se, assim, que existem consensos e dissensos nas representações sociais entre os membros do grupo, que se relacionam com as tomadas de posições nas realidades coletivas, em função também das posições e do *status* social aos quais pertencem (Doise, 2011).

Abordagem Estrutural de Abric

Jean-Claude Abric (1998) desenvolveu a “Teoria do Núcleo Central” como ferramenta para compreender a estrutura das representações sociais. O foco deste autor se dá na dimensão cognitivo-estrutural das representações. Por isso, essa abordagem contribui para elucidar as lógicas sociocognitivas implícitas nas organizações gerais das representações sociais (Abric, 1998). À vista disso, objetiva analisar como os conteúdos cognitivos se organizam e se estruturam em torno de um duplo sistema: central e periférico (Batista & Andrade, 2023).

Desse modo, o núcleo central apresenta crenças historicamente determinadas e fundamentais à cultura e aos modos de vida dos sujeitos. O núcleo central possui três funções essenciais: a) função geradora, que dá significado a representação; b) função organizadora, que explica o porquê de determinados elementos assumirem mais importância que outros; e c) função estabilizadora, que garante ao grupo o sentimento de pertença. Essas funções tornam o núcleo central resistente a mudanças, pois asseguram sua significação, consistência e permanência (Abric, 2003).

No que se refere ao sistema periférico, este possui características que são mais maleáveis e adaptativas. Esse sistema possui como funções: a) concretização, que demonstra como a representação está ancorada na realidade; b) regulação, que permite a adaptação da representação diante de um elemento novo; c) prescrição do comportamento, responsável por orientar as ações do sujeito; d) proteção, nesse caso, do núcleo central; e e) modulação da personalidade, responsável por diferenciar o conteúdo da representação de acordo com as características individuais dos sujeitos nos grupos (Abric, 2003).

Segundo Wolter et al. (2016), o núcleo central e o sistema periférico nas representações sociais desempenham papéis específicos e complementares. O núcleo central concentra-se na historicidade do grupo, sendo homogêneo, estável e rígido, sem sensibilidade a situações e contextos imediatos; é responsável pela significação da representação social. O sistema periférico, por sua vez, possibilita a historicidade dos membros do grupo, sendo heterogêneo, moldável e flexível, com sensibilidade, capacidade de transformação, suporte a contradições e proteção ao sistema central para adaptações (Parreira et al., 2018).

Considerando esses elementos cognitivos e sociais, presume-se que o indivíduo é ativo do ponto de vista cognitivo. Contudo, a influência desses processos cognitivos é determinada pelas condições sociais em que as representações são elaboradas e transmitidas (Wolter, 2018). Em resumo, as representações sociais estabelecem referências comuns que facilitam a comunicação social, protegendo as particularidades dos grupos ao mesmo tempo em que orientam e justificam as ações individuais, práticas sociais e/ou grupais (Tomé & Formiga, 2020).

Valores humanos: tipologia de Shalom Schwartz

Nesse seguimento, as teorias dos valores humanos compartilham um objetivo em comum às representações sociais: decifrar os princípios essenciais que subjazem o comportamento humano e as tomadas de posição (Tay & Diener, 2011). Observam-se quatro

teorias principais sobre os valores humanos: a Teoria Hierárquica das Necessidades, proposta por Abraham Maslow (1954); a Teoria dos Tipos de Valores, de Milton Rokeach (1973); a Teoria das dimensões culturais; de Geert Hofstede (1991); e a Teoria dos Valores Básicos de Shalom Schwartz (1992), que será o foco deste tópico, pois é um dos aportes teóricos do presente trabalho.

Desenvolvida na década de 1990, a teoria de Schwartz (1992) se converteu em uma referência no estudo dos valores a nível internacional, oferecendo uma perspectiva mais ampla e detalhada sobre como as pessoas valoram e priorizam diferentes aspectos da vida. Conforme Schwartz (1992), os valores são: a) crenças vinculadas aos afetos; b) relacionam-se com os objetos desejáveis que motivam a ação; c) transcendem ações e situações específicas; d) servem de guia para avaliar nossas ações; e) variam em função do grau de importância e essa ordem de importância guia os comportamentos humanos.

Nessa tipologia, são identificados dez valores básicos universais (Tabela 1), organizados em quatro grupos de ordem superior: a) os valores de autotranscendência, baseados na busca do bem-estar coletivo; b) os valores de autopromoção, que destacam a busca do sucesso pessoal e do domínio sobre os outros; c) os valores de abertura à mudança, que enfatizam a independência de ações e pensamentos; por fim, d) os valores de conservação, que ressaltam a obediência à autoridade na preservação de práticas tradicionais e na proteção da estabilidade (Schwartz, 1994).

Tabela 1.

Valores universais de Schwartz (1994)

Valores	Definição
Autodireção	Compreende a busca de independência do pensamento e ação, envolvendo escolhas, criatividade e exploração.
Estimulação	Diz respeito à busca de excitação, novidades e mudanças na vida.

Hedonismo	Esse tipo motivacional indica a busca de prazer e gratificação sexual por parte do indivíduo.
Realização	Evidencia a demonstração de sucesso pessoal e competência de acordo com os padrões sociais aceitáveis.
Poder	Com esse tipo motivacional é sugerida a busca de <i>status</i> social e prestígio, além de controle e/ou domínio sobre pessoas e recursos.
Benevolência	É representado pela busca e preservação do bem-estar das pessoas com quem se mantém relações de intimidade.
Conformidade	Refere-se a restrições de ações, impulsos e inclinações que violam as expectativas e as normas sociais vigentes.
Tradição	Esse tipo se traduz pela busca de respeito, compromisso e aceitação de costumes e ideais importantes para a cultura ou religião.
Segurança	Compreende a busca de segurança, harmonia e estabilidade da sociedade, dos relacionamentos e de si mesmo.
Universalismo	Indica a busca de compreensão, tolerância, aceitação e bem-estar de todos, além da proteção e preservação dos recursos naturais.

Fonte: Schwartz (1994)

Nesse seguimento, esses valores estão organizados em uma estrutura circular, como apresentado na Figura 1, significando que aqueles valores que estão adjacentes são compatíveis; os que estão localizados em extremos opostos apresentam conflitos (Schwartz, 2006). Além disso, podem cumprir diferentes interesses, seja de cunho individualista (poder, realização, hedonismo, estimulação e autodireção), coletivista (tradição, conformidade e benevolência) ou misto (segurança e universalismo) (Schwartz, 2006).

Figura 1.

Estrutura dos tipos motivacionais de Schwartz



Fonte: Adaptado de Schwartz (2006)

Essa teoria tem sido amplamente adotada em investigações transculturais, oferecendo uma ferramenta valiosa para comparar e contrastar os valores entre diferentes culturas. Por meio de questionários e estudos extensos, mapearam como os valores se manifestam e são priorizados em diferentes culturas (Alaminos-Fernández et al., 2023). Vale salientar que esses estudos abarcam mais de 70 países e mostram padrões consistentes na forma em que os valores estão organizados e hierarquizados (Davidov et al., 2014).

Ideologia e partidatismo político: uma análise dos contínuos políticos

As ideologias são pensadas como sistemas de crenças compartilhadas por grupos sociais com a finalidade de promover seus interesses e orientar suas práticas sociais e políticas (Jorge et al., 2020). Desse modo, as ideologias surgem como uma variável central, que orienta as ações coletivas de maneira similar aos valores humanos. Nesse sentido, a

ideologia é comumente pensada a partir dos contínuos de pensamentos “de esquerda-direita” ou “liberais-conservadores/autoritários” (Moreira & Rique, 2019).

Denota-se que esses contínuos de pensamentos começaram a ser utilizados ao longo do século XX, como referência às formas de ideologia política, quando os conceitos econômicos (por exemplo, liberalismo e socialismo) foram atualizados e passaram a representar modelos de organização social (Conover, & Feldman, 1981; Malka, & Lelkes, 2010). À vista disso, a ideologia de direita/conservadorismo defende a manutenção do *status quo* sendo resistente a mudanças sociais, enquanto a ideologia de esquerda é progressista, busca mudanças sociais e apresenta um caráter mais igualitário (Crawford & Pilanski, 2014).

Portanto, as diferenças verificadas entre esses polos ideológicos envolvem a forma como as pessoas compreendem, aplicam e combinam as concepções de justiça e de igualdade na construção da sociedade, na regulação das relações interpessoais, sociais e institucionais e na compreensão da realidade social (Martin, 2015). Logo, pode-se observar um conjunto de definições que conformam o seu núcleo semântico, entre as quais podemos listar: a) um sistema de crenças/ideais políticos; b) um conjunto de propostas políticas orientadas para a ação; e c) um conjunto de ideias de determinada classe ou grupo social (Freire, 2006).

Na Psicologia, a ideologia é estudada enquanto um fenômeno que está além da esfera política, e que não se limita, necessariamente, aos contínuos mencionados. Doise et al. (1998) consideram que as ideologias estão estruturadas em um conjunto de valores (e.g., democracia, igualdade, poder, liberdade, entre outros) e, a partir da importância atribuída, é possível identificar a defesa de um posicionamento político “mais progressista ou de esquerda”, ou “mais conservador ou de direita”. Por exemplo, uma alta valorização ao “poder” reflete um posicionamento político mais relacionado ao conservadorismo, visto que esse conceito envolve a defesa de valores individuais relacionados com a autorrealização e o exercício da autoridade (Doise, 2000).

Assim, observa-se que a construção do posicionamento político-ideológico representa a base das reflexões que as pessoas constroem sobre a sociedade, ou seja, representa a estrutura que dá suporte à construção dos diferentes tipos de valores ou das ideologias que as pessoas defendem, seja no que diz respeito aos posicionamentos sociais, políticos, de gênero, entre outros (Doise, 2000).

Teoria do Sexismo Ambivalente: explorando suas dimensões e implicações sociais

Cada vez mais, volta-se a atenção para as estruturas das relações grupais que dão origem às ideologias legitimadoras, pautadas como sistemas de crenças que justificam as posições e as relações relativas dos grupos sociais (Radke et al., 2018). Assentado nisso, o sexismo ambivalente emerge como um sistema de controle coordenado e em confluência com o patriarcado (ou seja, uma estrutura social na qual os homens têm poder social e político desproporcional em comparação com as mulheres [Sidanius & Veniegas, 2001]), a diferenciação de papéis de gênero e a interdependência mulher-homem (Bareket & Fiske, 2023). Por conseguinte, cada um desses elementos está associado a um conjunto de atitudes hostis e benevolentes em relação às mulheres que legitimam e endossam a dominação masculina.

A Teoria do Sexismo Ambivalente ([TSA]; Glick & Fiske, 1996) defende que o sexismo compreende duas ideologias distintas, mas complementares. Essas ideologias acarretam uma mistura de antipatia e benevolência subjetiva frente às mulheres. A primeira corresponde ao sexismo hostil (SH), que remete às definições clássicas de preconceito discutidas por Allport (1954) e implica na propulsão de comportamentos hostis às mulheres que representam uma ameaça à hierarquia de gênero. Logo, o SH enxerga as relações de gênero em termos combativos: as mulheres são vistas como usurpadoras do poder masculino de várias maneiras, seja por meio da sexualidade, aspirações de carreira ou pela sua inserção

em movimentos sociais (por exemplo, ativismo feminista). Em outras palavras, o SH envolve abertamente atitudes violentas e competitivas em relação às mulheres (Glick & Fiske, 2011).

No que se refere ao sexismo benevolente (SB), este consiste em atitudes subjetivamente favoráveis, mas paternalistas em relação às mulheres. De outro modo, o SB romantiza as relações heterossexuais e considera as mulheres o complemento perfeito para os homens, retratando-as como fracas e que carecem de proteção masculina, salientando o *status* de inferioridade destas (Glick & Fiske, 1996). Ou seja, o SB percebe as mulheres de forma estereotipada e em funções restritas. Assim sendo, ambos os subcomponentes da TSA exercem impactos diferentes nas relações de gênero; no caso do SB, a proteção masculina é oferecida em troca da conformidade da mulher. Assim, o SB recruta mulheres como participantes inconscientes de sua própria subjugação. Já o SH serve para salvaguardar o *status quo*, punindo aquelas que desviam dos papéis tradicionais de gênero (Glick & Fiske, 1997).

Posto isso, a desigualdade de gênero torna-se naturalizada por meio de uma ampla difusão e aceitação das ideologias sexistas, que servem para explicá-las e justificá-las (Fisher & Hammond, 2019). Observam-se esses desdobramentos considerando que as mulheres resistem ao SH; no entanto, frequentemente coadunam com o SB, tendendo a vê-lo em uma perspectiva relativamente inofensiva ou até mesmo favorável (Curun et al., 2017). Assim, o SH torna-se preterido diante do SB, que apresenta uma oferta atraente, isto é, promete fornecer às mulheres proteção masculina e tratamento preferencial em troca da sua cooperação (Hammond et al., 2018).

Não obstante, a natureza pretensamente benevolente do sexismo camufla seu caráter insidioso, aumentando nas mulheres a satisfação com o *status quo* de gênero e minando a sua resistência às desigualdades (Cowie et al., 2019). Nesse ínterim, o SB torna o SH mais concebível e implica em uma maior disposição para seu endosso ao longo do tempo

(Hammond et al., 2014). Alude-se essa estratégia ao que se consolidou caracterizar pela expressão “punho de ferro” e “luva de veludo” (Jackman, 1994). Em outras palavras, o SB apresenta-se personificado pela luva de veludo, cuja principal função seria manter o *status quo* e destinar os melhores recursos ao grupo dominante, no caso, os homens. Por outro lado, o SH designa o punho de ferro, que emerge quando o SB não consegue manter as mulheres em seus papéis prescritos.

À vista disso, o SB e SH apresentam funções específicas que repercutem nos variados tipos de enquadramento das relações sociais. Essas funções são sumarizadas em quatro grandes âmbitos: policiamento dos corpos de mulheres; violência interpessoal (física, sexual e psicológica); objetificação e controle de recursos econômicos e políticos (Connor et al., 2017). Essas funções servem para reforçar a dominação masculina, estabelecendo um conjunto de regras que circunscrevem o poder das mulheres em diversas esferas, seja de cunho pessoal, político, social e econômico (Fiskin & Sari, 2021; Frasure-Yokley, 2018).

Glick e Fiske (2001) também propuseram que o SH e SB são compostos por três dimensões particularizadas, mas positivamente correlacionadas. O SB é constituído por paternalismo protetor, diferenciação complementar de gênero e intimidade heterossexual. Nessas dimensões, os grupos subordinados veem o grupo dominante como legítimo, além de enfatizar a complementaridade dos atributos estereotipados de homens e mulheres, e as relações de gênero envolvem o contato íntimo, que forja expectativas e define socialmente comportamentos aceitáveis para homens e mulheres, como o matrimônio e a maternidade (Hopkins-Doyle et al., 2019).

A respeito do SH, este é formado pelos componentes relações de poder, diferenciação de gênero e sexualidade. Esses componentes buscam manter uma posição vantajosa na hierarquia de gênero, controlando e restringindo a sexualidade das mulheres, bem como demarcam as fronteiras de gênero, em que apenas os homens são percebidos como tendo

características aptas para governar instituições sociais importantes e assumir cargos de alto *status* (Łyś et al., 2021).

A partir dessa conjuntura, nesta tese em particular, buscamos incorporar nos estudos subsequentes a influência das representações sociais, dos valores humanos, da ideologia política e do sexismo ambivalente nas percepções relacionadas ao início da vida humana, ao embrião humano, ao aborto e, em específico, nas situações de gravidez decorrentes de violência sexual. No tópico a seguir, apresentamos a estrutura geral que constitui esta tese.

Problema geral e visão dos estudos

Esta tese pretende incitar um debate que gira em torno do problema central: quando socialmente entende-se que a vida humana se inicia? As representações sociais em torno dessa questão orientam as discussões sobre as manipulações sobre o embrião humano, bem como acerca da avaliação da legalidade do aborto (Barreto & Lauxen, 2017). Portanto, é uma problemática que se estende ao âmbito acadêmico, englobando aspectos morais e legais de nossa sociedade em um cenário que está em constante evolução.

Levando em conta esse cenário, realizamos um programa de investigação com o objetivo de identificar as representações sociais sobre o início da vida humana para os segmentos da população brasileira e espanhola. Para isso, a tese está organizada em três artigos. O primeiro artigo, intitulado “Representações sociais sobre o início da vida humana: uma análise dos elementos textuais do Brasil e da Espanha”, tem como objetivo central analisar os conteúdos representacionais, a partir da abordagem societal proposta por Doise et al. (1992) sobre a origem da vida humana para a amostra do Brasil e da Espanha. A abordagem societal (Doise et al., 1992) parte do princípio de que as tomadas de posição frente aos objetos sociais, nesse caso, o início da vida, estarão ancoradas em variáveis de cunho psicossociológico, a exemplo dos valores humanos e sociológicos, o partidarismo político.

Tal configuração é justificada ao considerar os valores humanos como importantes construtos no estudo das representações sociais, sendo vistos como fundamentos de nossos julgamentos e orientando o funcionamento dos indivíduos em sociedade (Moscovici, 2009; Pereira et al., 2005). Estudos baseados na tipologia de Schwartz (1992), exemplificados por Deak & Saroglou (2015), indicam que os valores de conservação estão associados a uma forte oposição a questões morais discutíveis, como aborto, eutanásia e suicídio. Essa oposição reflete a necessidade de aderir às normas tradicionais, especialmente nos domínios da preservação da vida e da sexualidade.

Portanto, sugere-se que os valores de conservação irão ancorar os conteúdos representacionais que atribuem o início da vida humana desde o momento em que há a fecundação do espermatozoide com o óvulo, destacando a caracterização do pré-nascido como humano e a defesa do “direito à vida” do feto (Jedryczka et al., 2023). Em contrapartida, espera-se que os valores de abertura à mudança relacionem-se às concepções vinculadas ao início da vida humana e baseiem-se em diferentes características do desenvolvimento humano, seja pelos critérios biológicos, como a nidação, o surgimento de células cardíacas ou nervosas, a viabilidade pulmonar para a vida extrauterina, entre outras (Goldim, 2012; 2015).

Nesse seguimento, as diferenças individuais, no que diz respeito às questões relacionadas ao sexo e à reprodução, também parecem sofrer influência do posicionamento político alinhadas ao *continuum* direita-esquerda (Patev et al., 2019). À vista disso, a orientação política de direita geralmente se opõe ao sexo pré-marital e ao aborto, enquanto os sujeitos que se autodeterminam de esquerda tendem a possuir uma atitude favorável (Adamczyk & Valdimarsdóttir, 2018; Kim & Steinberg, 2023).

Por conseguinte, presume-se que o espectro político de direita, juntamente com as tendências conservadoras (personalidade conservadora, atitudes autoritárias de direita), estará

associado à concepção que atribui o início da vida humana ao momento da concepção. No caso do espectro político de esquerda, a suposição é que esteja mais ligado ao desenvolvimento biológico, como o início das atividades cerebrais, a viabilidade do feto fora do útero, ao nascimento, entre outros (Barchifontaine, 2010; Chinelato, 2004). Importante notar que as diferenças nos conteúdos representacionais sobre o início da vida humana também abrangem variações geográficas e culturais entre os países estudados – Brasil e Espanha.

Dado que essas representações também envolvem debates sobre o estatuto do nascituro e a dignidade humana em relação ao embrião humano, assim como a legalidade do aborto, realizamos o segundo artigo, intitulado “O papel das representações sociais sobre a natureza do embrião e aborto: revelando semelhanças e diferenças entre o Brasil e a Espanha”. Esse artigo utiliza como referencial teórico a abordagem estrutural das representações sociais, proposta por Abric (1994), e tem como objetivo investigar a formação das representações sociais sobre o “embrião” e o “aborto” nos diferentes contextos socioculturais presentes no Brasil e na Espanha.

A proposição desse estudo foi fundamentada, sobretudo, nos achados de Aléssio et al. (2011) sobre a construção do campo representacional do embrião na França e no Brasil. O conteúdo brasileiro apresenta-se como um tema centrado na “origem” e vinculado à “criação”, exibindo também uma contraposição entre os elementos textuais “vida” e “aborto”. Para os franceses, a estrutura do universo semântico abrange palavras como “bebê”, “feto” e “aborto”, estabelecendo assim uma referência “relacional”, voltada para o “devir” do embrião e, provavelmente, dependendo da presença ou ausência de um projeto parental.

Desse modo, supõe-se que, neste estudo, o conteúdo representacional da amostra brasileira tenha o núcleo central também organizado em torno de um significado simbólico atrelado à vida; para o contexto da amostra espanhola, espera-se que este se detenha em

maior medida aos discursos científicos sobre o embrião. Considerando esses aspectos, o estudo também procurou compreender a estrutura semântica entre os grupos de brasileiros e espanhóis sobre a temática do aborto. O estudo proposto por Morais et al. (2021), à luz da abordagem estrutural das representações sociais, indicou que a organização dos elementos que compõem o sistema central acerca do aborto é formada por dois conjuntos de elementos antagonistas. Nessa direção, os dados expõem, de um lado, os conteúdos cujo foco está na mulher e em seus direitos sexuais e reprodutivos, e, no outro extremo, uma posição condenatória sobre o aborto, em que o embrião é visto como uma “vida em potencial” e como pessoa de direitos (Morais et al., 2021).

Diante desse cenário, para o contexto da amostra brasileira, espera-se que a maioria dos participantes defendam a vida do feto e apoiem a criminalização do aborto. Na Espanha, antecipa-se que as representações serão fundamentadas principalmente nos direitos sexuais e reprodutivos. Vale ressaltar que esses dois países se localizam geograficamente em continentes distintos, bem como apresentam legislações diferentes com relação à prática do aborto, como mencionado anteriormente. Destaca-se, portanto, que a legislação brasileira, no que diz respeito ao aborto, ainda é marcada por contradições, sendo uma prática criminalizada, salvaguardo para os casos de gestação decorrente de violência sexual, risco de vida materna e feto anencéfalo (Brasil, 1940; 2012). Em contrapartida, o cenário Espanhol é respaldado legalmente por uma prática favorável ao aborto, que garante assistência às mulheres que desejam interromper voluntariamente a gestação (Espanha, 2010; 2023). Diante desse contexto, no Brasil, há margem para que a prática seja ainda mais influenciada por considerações jurídicas, morais e religiosas, frequentemente colocando ênfase no nascituro em detrimento da mulher.

Com base nesse panorama, originou-se o ponto de partida para o terceiro artigo desta tese, limitado ao contexto brasileiro: em que medida uma mulher grávida em decorrência de

uma violência sexual será culpabilizada pela violência sofrida quando decide realizar uma Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG) em comparação com àquelas que decidem levar a gravidez a termo? O terceiro artigo, intitulado “Dois pesos e duas medidas: uma análise dos desfechos gestacionais na culpabilização secundária de uma vítima de violência sexual”, analisa uma situação de violência sexual com a possibilidade de dois desfechos gestacionais (gravidez a termo e IVG) e investiga em que medida o sexismo benevolente (SB) impacta nos níveis de culpabilização da vítima.

Para esse estudo, adotou-se o método experimental. Para isso, foram pensados cenários para a manipulação da variável de violência sexual, divididos entre as condições experimentais (situação em que a mulher fica grávida após a violência sexual e decide levar a gravidez adiante e situação em que a mulher fica grávida também após a violência sexual e decide realizar um aborto) e a condição controle (situação em que ocorre a violência sexual sem a presença de desfecho gestacional). Além disso, foram realizadas análises das justificativas dadas pelos participantes acerca das tomadas de posições frente aos desfechos gestacionais de uma gravidez decorrente de uma violência sexual.

Nessa perspectiva, as justificativas foram analisadas à luz da abordagem societal proposta por Doise et al. (1992), com a ancoragem psicossociológica no sexismo ambivalente, particularmente em sua dimensão benevolente. De acordo com Linhares e Torres (2022), a adesão às ideias do SB emerge como uma dimensão ativa no processo de culpabilização da mulher vítima de violência sexual. Este estudo faz parte de um programa de pesquisa desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa em Comportamento Político (GPCP), que tem se detido a estudar os processos grupais, principalmente relacionados às discriminações entre gêneros.

Dessa maneira, em consonância aos dados de Linhares e Torres (2022), os estudos indicam que indivíduos que endossam pontuações elevadas em SB tendem a se opor ao

aborto terapêutico (quando a gravidez é decorrente de uma violência sexual), enquanto o SH não prevê atitudes negativas (Osborne & Davies, 2009; 2012). Assim sendo, admite-se que o endosso ao SB irá impactar nos níveis de culpabilização da vítima, principalmente na condição em que esta decide realizar uma IVG. Esses resultados justificam-se pela concepção de que, para o sexista benevolente, não há papel maior para uma mulher do que a maternidade e, por isso, essa dimensão será adotada neste estudo (Huang et al., 2016). Reunidos, esses artigos visam adicionar elementos à compreensão das representações sociais frente à origem da vida humana, suscitando discussões também sobre o embrião humano e o aborto. A continuação, os artigos ora desenvolvidos na presente tese.

SEÇÃO II - BRASIL E ESPANHA

Artigo 1: Representações sociais sobre o início da vida humana: uma análise dos elementos textuais do Brasil e Espanha⁴

⁴ Este artigo encontra-se publicado na revista Boletim Conjuntura (BOCA). Possui o seguinte DOI: 10.5281/zenodo.10644816. Para esta tese, utilizamos a versão estendida do manuscrito.

**Representações sociais sobre o início da vida humana: uma análise dos elementos
textuais do Brasil e Espanha**

**Representaciones sociales sobre el comienzo de la vida humana: un análisis de los
elementos textuales de Brasil y España**

**Social representations of the beginning of human life: an analysis of textual elements in
Brazil and Spain**

Heloísa Bárbara Cunha Moizéis¹

Ana Raquel Rosas Torres¹

José Luis Álvaro Estramiana²

¹Universidade Federal da Paraíba;

²Universidad Complutense de Madrid

Nota dos autores

Heloísa Bárbara Cunha Moizéis:  <https://orcid.org/0000-0003-0477-8410>

Ana Raquel Rosas Torres:  [https:// Orcid.org/0000-0002-3161-0309](https://Orcid.org/0000-0002-3161-0309)

José Luis Álvaro Estramiana:  [https:// Orcid.org/0000-0002-3017-0305](https://Orcid.org/0000-0002-3017-0305)

E-mail address of the corresponding author: heloisabarbara96@gmail.com

Mailing address: CCHLA / UFPB, Federal University of Paraíba. Campus - Jardim Cidade
Universitária, João Pessoa - PB, 58033-455.

Resumo

As perspectivas sobre o início da vida humana abrangem diferentes critérios, como a fertilização entre o espermatozoide e o óvulo, o início das atividades cerebrais, a viabilidade do feto fora do útero, entre outros. Diante desses indicadores, este estudo tem como objetivo analisar as representações sociais de estudantes brasileiros e espanhóis sobre o início da vida humana e suas ancoragens psicossociais, particularmente nos valores humanos e no partidarismo político. Para tanto, contou com a participação de 424 estudantes universitários, sendo 192 no Brasil ($M=23,11$; $DP=6,2$) e 232 na Espanha ($M=19,72$; $DP=5,7$). Os participantes, em ambos os países, responderam a um questionário de autorrelato, que continha uma pergunta aberta sobre o começo da vida humana, o Questionário de Perfis de Valores (QVP), e perguntas sociodemográficas (idade, gênero, classe socioeconômica e posicionamento no espectro político). As análises foram realizadas com o auxílio do *software* Iramuteq, por meio do procedimento da Classificação Hierárquica Descendente (CHD). Os resultados, tanto para a amostra brasileira quanto para a espanhola, formaram cinco classes temáticas. As representações sociais para a amostra brasileira destacaram-se pelos argumentos que exploravam a possibilidade de o feto ser considerado uma vida em potencial. Já na amostra espanhola, a ênfase recaiu sobre os aspectos biológicos do desenvolvimento humano. Nesse contexto, observam-se as diversas variações que um fenômeno pode apresentar devido à sua inserção no campo representacional dos grupos sociais.

Palavras-chave: representação social; início da vida humana; grupo social; psicologia social

Abstract

Perspectives on the beginning of human life encompass various criteria, such as fertilization between sperm and ovum, the onset of brain activities, the viability of the fetus outside the uterus, among others. Faced with these indicators, this study aims to analyze the social representations of Brazilian and Spanish students regarding the beginning of human life and their psychosocial anchors, particularly in human values and political partisanship. To do so, 424 university students participated, with 192 in Brazil ($M=23.11$; $SD=6.2$) and 232 in Spain ($M=19.72$; $SD=5.7$). Participants in both countries answered a self-report questionnaire containing an open question about the beginning of human life, the Values Profile Questionnaire (VPQ), and sociodemographic questions (age, gender, socioeconomic class, and political spectrum positioning). Analyses were conducted using the Iramuteq software, through the Descending Hierarchical Classification (DHC) procedure. The results, for both the Brazilian and Spanish samples, formed five thematic classes. Social representations for the Brazilian sample stood out for arguments exploring the possibility of the fetus being considered a potential life. In the Spanish sample, the emphasis was on the biological aspects of human development. In this context, various variations of a phenomenon can be observed due to its insertion into the representational field of social groups.

Keywords: social representation; beginning of human life; group social; social, psychology

Resumen

Las perspectivas sobre el comienzo de la vida humana abarcan diferentes criterios, como la fertilización entre el espermatozoide y el óvulo, el inicio de las actividades cerebrales, la viabilidad del feto fuera del útero, entre otros. Ante estos indicadores, este estudio tiene como objetivo analizar las representaciones sociales de estudiantes brasileños y españoles sobre el inicio de la vida humana y sus anclajes psicosociales, particularmente en los valores humanos y el partidismo político. Para ello, contó con la participación de 424 estudiantes universitarios, siendo 192 en Brasil ($M=23,11$; $DP=6,2$) y 232 en España ($M=19,72$; $DP=5,7$). Los participantes, en ambos países, respondieron a un cuestionario de autoinforme, que incluía una pregunta abierta sobre el inicio de la vida humana, el Cuestionario de Perfiles de Valores (CPV) y preguntas sociodemográficas (edad, género, clase socioeconómica y posición en el espectro político). Los análisis se realizaron con la ayuda del software Iramuteq, mediante el procedimiento de Clasificación Jerárquica Descendente (CJD). Los resultados, tanto para la muestra brasileña como para la española, formaron cinco clases temáticas. Las representaciones sociales para la muestra brasileña se destacaron por los argumentos que exploraban la posibilidad de que el feto sea considerado una vida en potencial. En cambio, en la muestra española, el énfasis recayó en los aspectos biológicos del desarrollo humano. A partir de este panorama, se observa que las diferencias representacionales son presentadas por los estudiantes brasileños y españoles sobre el inicio de la vida humana, y que estas variaciones también se derivan de su inserción en los grupos sociales.

Palabras clave: representación social; comienzo de la vida humana; grupo social; psicología social

Introdução

Você já parou para pensar sobre o momento exato em que se inicia a vida humana? De maneira representacional, surge a questão: a vida começa no momento do nascimento ou na fecundação do óvulo? Ou talvez em algum ponto intermediário entre esses extremos? As diversas perspectivas abrangem critérios distintos, como a fertilização (combinação dos genes do espermatozoide e do óvulo), o início das atividades cerebrais (entre a 8ª e a 20ª semana), a viabilidade do feto fora do útero (entre a 20ª e 24ª semana, relevante em decisões judiciais sobre o aborto) ou argumentos que sublinham o desenvolvimento contínuo sem um ponto de transição definido (Barchifontaine, 2010).

A respeito desses parâmetros, Chinelato (2004) delinea três correntes fundamentais acerca da natureza jurídica do nascituro: a) a natalista, a qual postula que a personalidade civil tem início no momento do nascimento; b) a condicional, que reconhece a personalidade desde a concepção, mas a vincula ao nascimento com vida; e c) a concepcionista, que defende que a personalidade começa desde a concepção, ou seja, os direitos e o *status* do nascituro não dependem do nascimento com vida.

Essas discussões sobre o nascituro têm implicações diretas no debate sobre o direito ao aborto, especialmente sob a ótica concepcionista, em que os indivíduos que classificam o aborto como um “assassinato” argumentam que a vida humana se inicia desde o momento em que há a fecundação do espermatozoide com o óvulo (Vieira et al., 2021). Nessa lógica, alinhada à Constituição Brasileira, o principal direito que, de acordo com esse argumento, seria violado, é o direito à vida (Brasil, 1988).

No que diz respeito ao aborto, no âmbito legal, existem basicamente três formas pelas quais as sociedades se posicionam: a) permitido em qualquer hipótese (e.g. países que fazem parte da Comunidade Europeia, como Holanda, Bélgica, França, Portugal, Espanha); b) permitido sob algumas condições, por exemplo, quando a gravidez resulta de violência

sexual, existe um risco de vida materno ou o feto possui alguma anomalia grave (e.g. Brasil, Bolívia, Peru); e, por fim, c) veemente proibido, sob qualquer circunstância (e.g. El Salvador, Costa Rica, Honduras, Nicarágua, entre outros) (Aguilar et al., 2018).

Nesse cenário, a Espanha se encontra entre os países em que o aborto é legalizado, e estipula-se um prazo de no máximo 14 semanas, em que é garantido às mulheres a possibilidade de tomar uma decisão livre e informada sobre a interrupção da gestação (Espanha, 2010; 2023). Por outro lado, o Brasil está entre os países em que o aborto é legal sob algumas condições, a saber: quando não há outro meio de salvar a vida da gestante, quando a gravidez resulta de estupro ou, por analogia, de outra forma de violência sexual (Brasil, 1940), e em casos de fetos anencéfalos (Brasil, 2012).

Logo, admite-se que as discussões sobre a legalidade da prática do aborto no Brasil promovem uma disputa de direitos para o feto, visto como uma vida humana em potencial. De acordo com Moraes et al. (2018), o aborto, enquanto objeto social na imprensa brasileira, apresenta, por um lado, saberes que mostram uma atitude favorável acerca de sua legalização e do direito de escolha da mulher e, por outro, acentuam uma posição condenatória sobre o aborto, utilizando elementos que marcam a “vida em potencial” do embrião.

Nesse seguimento, o debate centra-se em uma polarização de argumentos entre os sujeitos que defendem a noção do embrião como pessoa humana *versus* a defesa de escolha da mulher (Aléssio et al., 2008). Sob tal perspectiva, os grupos presentes na sociedade constroem um conjunto de saberes compartilhados sobre os fenômenos sociais que tem por finalidade o controle e a explicação do meio (Santos & Campos, 2022).

Contudo, os trabalhos encontrados não incluem discussões propriamente sobre o início da vida humana. À vista disso, a pesquisa ora proposta objetiva preencher essa lacuna, investigando as representações sociais de estudantes universitários brasileiros e espanhóis sobre o início da vida humana. Dado o contexto legal divergente entre os dois países, prevê-

se que, na sociedade espanhola, os debates se concentrem nos direitos da gestante e na busca de um equilíbrio conforme a legislação vigente, sem enfatizar tanto os possíveis direitos do nascituro. Por outro lado, acredita-se que no contexto brasileiro, a legislação se inclinará mais para a proteção dos direitos do nascituro.

A partir desse cenário, é importante ter em conta que as diferenças substanciais existentes na legislação e na regulamentação proposta por cada governo, por exemplo, no que se refere às legislações do Brasil e da Espanha, apresentam implicações para a delimitação do início, desenvolvimento e fim da vida humana (Cuello & Jesús, 2014). Nessa perspectiva, ressalta-se que as pertencas sociais são um fator fundamental nas tomadas de posição dos sujeitos frente aos objetos sociais e atuam como fonte de variação das representações sociais (Doise et al., 1992).

Abordagem societal das representações sociais

A abordagem societal das representações sociais, adotada neste estudo, parte do princípio de que as representações são construídas a partir das inserções dos sujeitos nos contextos ideológicos e sociais, por isso dependem também das situações nas quais são produzidas (Doise et al., 1992). De acordo com Cabecinhas (2004), as representações sociais articulam conceitos psicológicos (e.g., crenças, opiniões, atribuições) e sociológicos (e.g., ideologia, cultura, sistema de valores) na tentativa de estabelecer pontes conceituais de análise das relações entre indivíduo e sociedade. Assim, a análise dos consensos e dissensos produzidos por meio dessas pontes manifesta-se como eixo central para a abordagem societal (Almeida, 2009).

Para analisar a formação das representações sociais, Doise, Clemence e Lorenzi-Cioldi (1992) defendem que estas devem ser investigadas a partir de três aspectos: a) a identificação dos conteúdos representacionais compartilhados por uma sociedade e/ou grupos; b) os princípios organizadores desses conteúdos representacionais, que dizem

respeito às variações de atitudes nas tomadas de posição de acordo com as inserções sociais; e, por fim, c) a compreensão das ancoragens desses princípios subjacentes às variações grupais. Essas ancoragens podem ser agrupadas em três grandes tipos: a) psicológica, que corresponde ao posicionamento individual em atitudes ou escolhas de valores estudadas a nível individual; b) psicossociológica, ligada à forma como as pessoas percebem as relações sociais entre grupos sociais e, de forma mais geral, a estrutura social; e, por fim, c) sociológica, vinculada à pertença específica dos indivíduos, como as afiliações política, adesão aos movimentos sociais e diferenças culturais (Spini & Doise, 1998).

Levando em conta a abordagem adotada, o trabalho ora desenvolvido utiliza os valores humanos, como ancoragens psicossociais, na perspectiva do modelo de Schwartz (1992), bem como o partidarismo político, que serão discutidos a seguir.

Teoria de valores básicos de Shalom Schwartz

Os valores humanos são importantes construtos no estudo sobre as representações sociais como fundamento de nossos julgamentos (Moscovici, 2009). À vista disso, Schwartz (1992) define os valores como: a) crenças ligadas à emoção de forma que, quando ativadas, geram sentimentos positivos e negativos; b) motivacionais, pois orientam os indivíduos; c) que transcendem situações e ações específicas; d) guiam a seleção e a avaliação de ações, políticas, pessoas e eventos; e e) variam de acordo com o grau de importância, assim, formam um sistema ordenado de prioridades axiológicas.

Nessa perspectiva, o indivíduo dispõe de processos que lhe permite funcionar em sociedade e as dinâmicas sociais, particularmente interacionais, posicionais ou de valores orientam no funcionamento desses comportamentos (Doise, 2000). Desse modo, nota-se que a fonte dos valores se localiza nas identidades ideológicas que orientam os interesses dos grupos (Pereira et al., 2005).

O modelo proposto por Schwartz (1992) defende a existência de dez valores universais, que estão organizados em quatro grupos de ordem superior: a) os valores de autotranscendência, baseados na busca do bem-estar coletivo; b) os valores de autopromoção, que destacam a busca de sucesso pessoal e do domínio sobre os outros; c) os valores de abertura à mudança, que enfatizam a independência de ações e pensamentos; e, por fim, d) os valores de conservação, que ressaltam a obediência à autoridade na preservação de práticas tradicionais e na proteção da estabilidade.

Em conjunto, as evidências apontam que tendências conservadoras (por exemplo, personalidade conservadora, valores de conservação, atitudes autoritárias de direita ou orientação política de direita) predizem alta oposição às questões morais socialmente discutíveis, como é o caso do aborto, da eutanásia, do suicídio, entre outras (Deak & Saroglou, 2015). Logo, a oposição a essas questões reflete a necessidade de apego às normas tradicionais, especialmente no que diz respeito aos domínios da preservação da vida e da sexualidade.

Nota-se que o apoio aos direitos reprodutivos das mulheres e a liberdade da interferência governamental nas vidas privadas são típicos de uma política pró-escolha *versus* pró-vida, em que a polarização em torno da defesa da liberdade individual das mulheres e a proteção em torno do embrião e/ou feto, respectivamente, são colocados em discussão e associados também, de sobremaneira, ao partidarismo político (Adamczyk et al., 2020).

Identificação partidária: *continuum* direita-esquerda

Dada a natureza polarizada frente ao aborto, nota-se que os defensores pró-escolha e/ou pró-vida tornam-se cada vez mais sujeitos às linhas partidárias, nos quais os partidos conservadores, que se situam à direita no espectro político, expressam menos apoio ao aborto do que os progressistas, que se situam mais à esquerda do espectro (Brysk & Yang, 2023).

Notavelmente, esses padrões emergem em vários países, incluindo Brasil (Ogland & Verona, 2011) e Espanha (Alvargonzález, 2017).

Assim, as investigações sugerem que as diferenças individuais, por exemplo, no que diz respeito às questões relacionadas ao sexo e à reprodução, sofrem influência da ideologia política (Osborne & Davies, 2012). Nessa lógica, os progressistas endossam crenças ligadas à abertura à mudança, inclusive no domínio sexual, e os conservadores tendem a apoiar os papéis tradicionais de gênero e outras instituições semelhantes (Jost et al., 2008).

No entanto, ressalta-se que a variável de identificação partidária, utilizada no presente artigo, deriva das preferências políticas dos indivíduos, especificamente de esquerda, centro e direita. Posto isto, a identificação partidária presente neste trabalho parte da avaliação que um indivíduo faz dos grupos ideológicos e baseia-se, em grande parte, nos símbolos intimamente associados a esses grupos, por isso, são fundamentais para a compreensão das atitudes políticas (Conover & Feldman, 2004).

A partir do exposto, o objetivo deste trabalho é analisar as representações sociais de estudantes brasileiros e espanhóis acerca do início da vida humana. Para tanto, serão investigados: a) os conteúdos representacionais sobre o começo da vida no Brasil e na Espanha; b) os princípios que organizam esses conteúdos; e c) as ancoragens psicossociais, em particular os valores humanos e o partidarismo político.

Método

Conteúdo sócio representacional acerca do início da vida humana para a população brasileira e espanhola

O trabalho em questão trata-se de um estudo exploratório, de caráter transversal e misto (quantitativo e qualitativo), subsidiado por uma abordagem psicossociológica das representações sociais (Doise et al., 1992).

Amostra

Contou com a participação de 424 estudantes universitários, sendo 192 do Brasil e 232 da Espanha. A amostra brasileira foi composta por 103 mulheres (55,4%), 81 homens (43,5%) e 2 não-binários (1,1%), com idade média de 23,11 anos ($DP = 6,20$). Desses participantes, 58,3% eram da área de Ciências Sociais e Humanas (e.g. direito, psicologia, ciências sociais etc.). A amostra espanhola foi formada por 148 mulheres (64,1%), 80 homens (32%) e 9 não binários (3,9%), com idade média de 19,72 anos ($DP = 5,70$ anos). Desses participantes, a maioria (99,1%) era da área de Humanas (e.g. antropologia social e cultural, sociologia e relações internacionais).

Instrumentos

Foi utilizado um questionário de autorrelato nos dois países, que se iniciava com uma questão aberta sobre a origem da vida, com o seguinte texto:

Assim como existem muitas teorias acerca da origem do universo, como o Criacionismo e o Big Bang, o mesmo vale para o início da vida. Existe um debate bioético muito extenso acerca do começo da vida. Algumas pessoas acreditam que existe vida desde o momento da concepção, enquanto outras pessoas acreditam que só existe vida após o nascimento. A partir dessas proposições e considerando seus conhecimentos e suas crenças a respeito desse assunto, para você, quando a vida inicia? Utilize o espaço abaixo para expor suas ideias (Texto elaborado para o instrumento de pesquisa pela própria autora).

Em seguida, eram apresentadas aos participantes o Questionário de Perfis de Valores (QVP) em sua versão formada por 21 itens (Schwartz & Rubel-Lifschitz, 2009). O instrumento foi validado em diferentes contextos e obteve índices de confiabilidade entre 0.50 e 0.70 para o Brasil (Tamayo & Porto, 2009) e de 0.58 e 0.64 para a Espanha (Schultz & Zelezny, 1998). As dimensões valorativas presentes na escala abarcam os seguintes valores: autotranscendência (universalismo e benevolência), autopromoção (poder e êxito),

conservação (segurança, conformidade e tradição) e abertura à experiência (estimulação, autodireção e hedonismo). A exemplo de um item presente na escala é: “Pensar em novas ideias e ser criativa é importante para ela. Ela gosta de fazer as coisas de maneira própria e original”. Os participantes avaliaram as frases e indicaram a resposta por meio de uma escala likert variando de 1 (se parece muito comigo) a 6 (não se parece nada comigo).

Para finalizar, os sujeitos responderam uma pergunta sobre o grau de identificação com relação ao espectro político esquerda-direita, sendo 1 (extrema esquerda), 4 (centro) e 7 (extrema direita). Além disso, foram realizadas questões de caracterização sociodemográfica (idade, gênero, classe socioeconômica e curso).

Procedimentos

As coletas de dados ocorreram na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e na *Universidad Complutense de Madrid* (UCM) durante o período de outubro a novembro de 2022. O instrumento foi aplicado de forma coletiva em salas de aula e respondido individualmente pelos participantes. Cada participante levou, em média, cerca de 20 minutos para responder o instrumento.

Análise de dados

As análises da questão aberta (Considerando seus conhecimentos e suas crenças a respeito desse assunto, para você, quando a vida inicia? Utilize o espaço abaixo para expor suas ideias) foram realizadas por meio do *software* Iramuteq (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*), que permite a realização de análises quantitativas do conteúdo lexical. As demais análises foram realizadas por meio do *Statistical Package for the Social Sciences* ([SPSS] IBM, 2017).

Com base nesse procedimento, as respostas à questão aberta foram submetidas ao método de análise da Classificação Hierárquica Descendente (CHD), que reparte e organiza pequenos segmentos de textos segundo o vocabulário, que pode ser tanto similar quanto

diferente, utilizado pelos participantes em cada classe. Sendo assim, essas classes, bem como a relação entre elas, são ilustradas por meio de um dendrograma, que possibilita uma análise quantitativa e qualitativa das respostas (Camargo & Justo, 2013; 2018).

Por conseguinte, foram consideradas as seguintes variáveis para as ancoragens psicossociais: valores humanos, nas suas dimensões (conservadorismo, abertura à mudança, autotranscendência e autopromoção), e identificação partidária (esquerda, centro e direita).

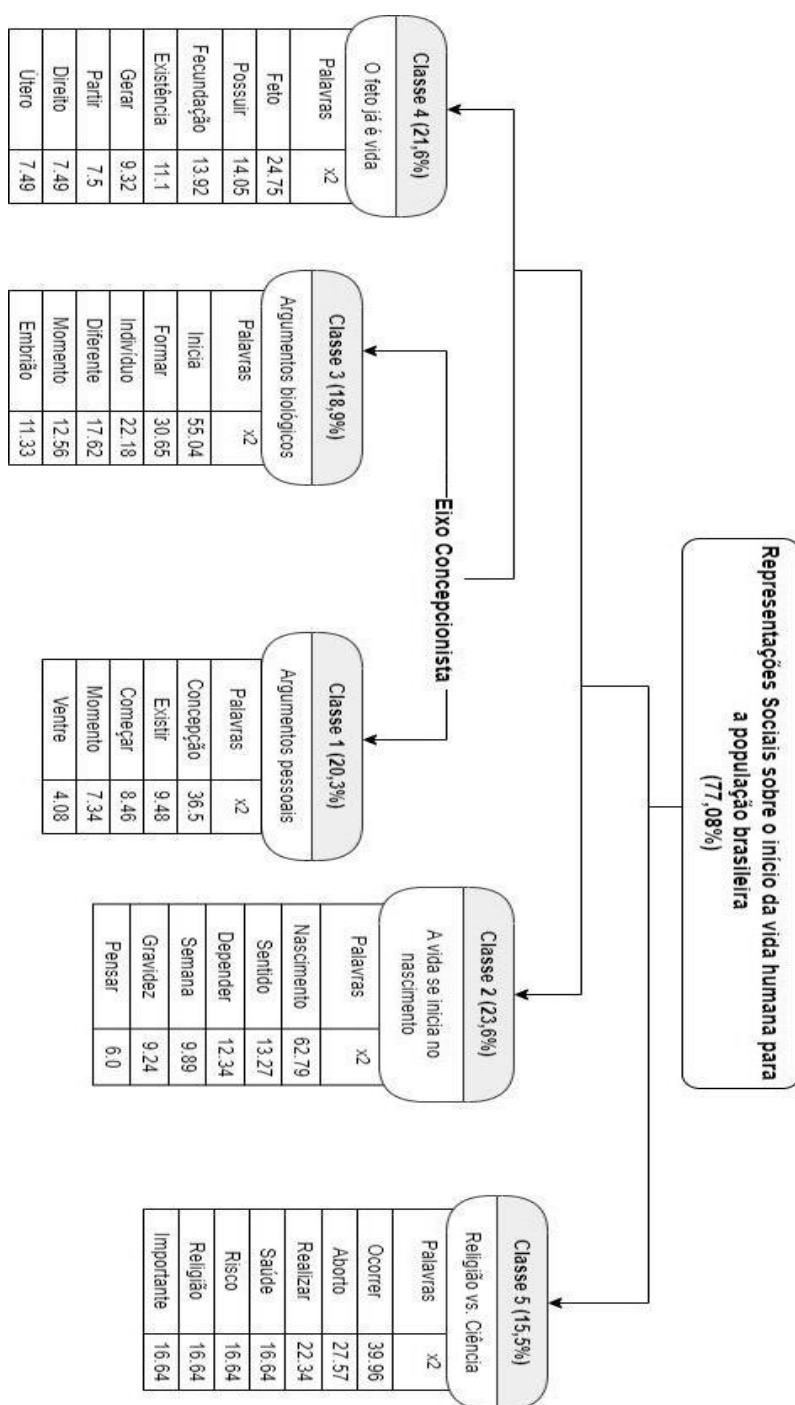
Resultados

Amostra brasileira

O *corpus* brasileiro inclui a justificativa de 192 estudantes universitários sobre quando a vida inicia e está representado no dendrograma da Figura 1. Para essa análise, o Iramuteq classificou 148 segmentos de textos, que representam 77,08% de aproveitamento para CHD. A análise resultou na configuração total de 5 classes.

Figura 2.

Classificação Hierárquica Descendente sobre o início da vida humana para a amostra brasileira



Fonte: Elaboração própria com base no *Software Iramuteq*

Inicialmente, a Classe 5 caracteriza-se por meio de um debate entre “Religião *versus* Ciência” e representa 15,5% do *corpus*. Os sujeitos apontam que “Para mim a vida inicia em sua concepção e é uma dádiva enviada por Deus às pessoas merecedoras. A vida deve ser

defendida sempre, quaisquer que sejam as hipóteses” (Participante 141, gênero masculino, 20 anos), bem como “Para mim a vida começa quando ocorre a nidação e não quando ocorre a concepção, nesse caso, não basta a mera fecundação do espermatozoide no óvulo, mas deve haver a fixação do óvulo no útero” (Participante 03, gênero feminino, 22 anos).

A Classe 2 versa sobre “A vida se inicia no nascimento” e contém 23,6% do *corpus* textual. Aqui os sujeitos estão caracterizados pelo espectro político de esquerda ($\chi^2=2,6$; $p=0,1$) e as justificativas indicam que “A vida se inicia com o nascimento, pois antes do parto a vida é dependente de outro corpo para sobreviver” (Participante 122, gênero feminino, 22 anos). Além disso, os aspectos biológicos também se apresentam entre esses discursos, como “A vida é algo relativo e eu consigo associar a lógica de ser a partir do nascimento, porém vejo do ponto de vista biológico que a partir da 12ª semana da formação temos vida, ou seja, algo ambíguo para mim” (Participante 143, gênero feminino, 19 anos).

A Classe 4, denominada de “O feto já é vida”, representa 21,6% do conteúdo e aborda, especialmente, sobre o feto como um indicador da vida humana. Os sujeitos discorrem que “A vida se inicia a partir do embrião já estar no útero, quando se descobre estar grávida” (Participante 33, gênero feminino, 18 anos) ou ainda afirmam que “A vida inicia dentro do útero quando passamos de uma célula para o feto” (Participante 43, gênero feminino, 22 anos).

Por fim, as Classes 3 e 1 conformam o Eixo “Concepcionista”. Essas classes compartilham ideias acerca da origem da vida humana desde a concepção. No entanto, discorrem argumentos distintos para exemplificar a temática.

A Classe 3, “Origem da vida na concepção: argumentos biológicos”, compõe 18,9% do conteúdo do *corpus* e é formada por sujeitos com uma identificação partidária de direita ($\chi^2=5,6$; $p<0,05$). Os argumentos ressaltam que “A vida, biologicamente falando, se inicia no momento em que os gametas interagem formando uma nova célula” (Participante 94, gênero

feminino, 21 anos), ou “A vida se inicia quando o gameta masculino fecunda o gameta feminino. Nesse momento, já é formado o ser humano” (Participante 158, gênero masculino, 20 anos).

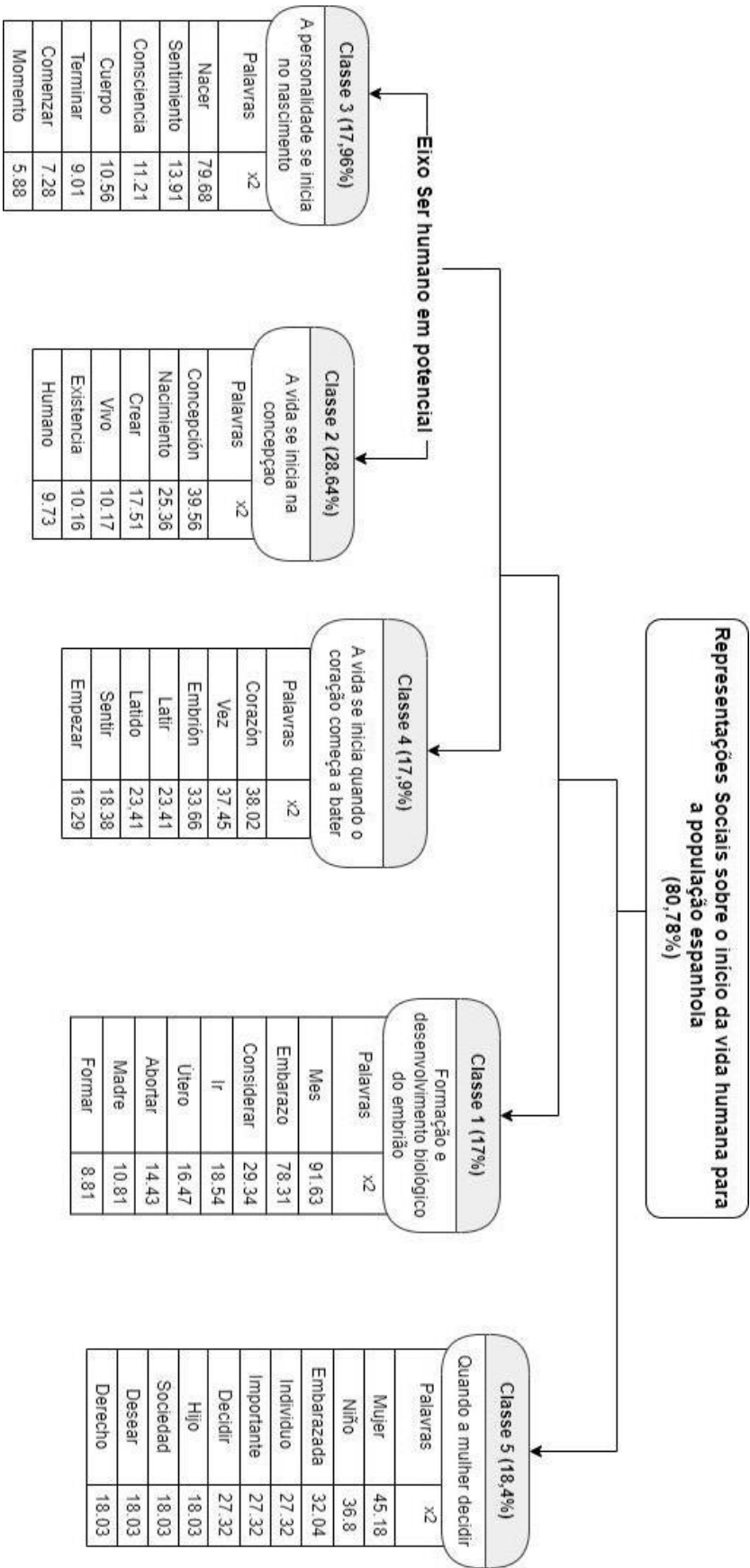
No que diz respeito à Classe 1 “Origem da vida na concepção: argumentos pessoais”, que corresponde a 20,3% do conteúdo representacional, as contribuições significativas foram ancoradas pela alta adesão aos valores de conservação ($\chi^2 = 3,3$; $p = 0,06$) e apontavam estritamente para o fato de o começo da vida humana estar relacionada com o momento da concepção, como em “A vida se inicia a partir do momento da concepção. Quem não quer gerar uma vida, se previne (Participante 157, gênero masculino, 29 anos)” e em “Na minha opinião, a vida se inicia desde a concepção e deve ser protegida e conservada” (Participante 38, gênero feminino, 18 anos).

Amostra espanhola

O *corpus* espanhol, por sua vez, apresenta a justificativa de 232 estudantes universitários. Do mesmo modo, realizou-se uma CHD também para essas justificativas acerca da origem da vida humana. O Iramuteq classificou 186 segmentos de textos, que representam 80,17% de aproveitamento para CHD na Figura 2, e serão apresentados e discutidos de acordo com a lógica de sua partição.

Figura 3.

Classificação Hierárquica Descendente sobre o início da vida humana para a amostra espanhola



Fonte: Elaboração própria com base no Software Iramuteq

A princípio, na Classe 5 “Quando a mulher decidir”, estão os sujeitos que possuem um alto endosso aos valores de abertura à mudança ($\chi^2 = 4,4$; $p < 0,05$). Essa classe possui um aproveitamento de 18,4% do *corpus*. Os argumentos dos participantes apresentam certa relatividade à questão do começo da vida humana: a ideia de que não é a sociedade que deve decidir quando começa a vida, mas que isso é um desejo e uma decisão que cabe essencialmente à mulher que gesta. As justificativas se desdobram nas seguintes ideias: “A vida, no sentido puramente biológico, existe antes mesmo do nascimento. O importante no debate não é se o feto tem ou não vida, mas sim o bem-estar da pessoa que está grávida⁵” (Participante 113, gênero masculino, 19 anos, tradução nossa), tal como “Penso que é uma questão de perspectiva. Se para a mulher que está grávida ter o bebê vai resultar em um comprometimento de sua integridade física e moral, então a mulher deve priorizar sua vida em relação à [vida] do bebê, sem se importar com o que a sociedade possa dizer⁶” (Participante 12, gênero feminino, 18 anos, tradução nossa).

A Classe 1 contém 17% do aproveitamento do *corpus* e apresenta ideias voltadas para “Formação e desenvolvimento biológico do embrião”. Nesse sentido, centra-se para a quantidade de meses em que já se pode atribuir vida ao embrião. As justificativas giram em torno de “Pessoalmente, considero que a vida começa durante os primeiros processos de criação do embrião, mas só pode ser considerada pessoa a partir do consenso científico, que, acredito, ocorre por volta de 2 meses⁷” (Participante 14, gênero masculino, 20 anos, tradução nossa) e, ainda, “Entendo que, até a presente data, os cientistas consideram que entre a 6ª e a

⁵ La vida desde el sentido únicamente biológico hay antes del mismo nacimiento. Lo importante en el debate, no es sobre si el feto tiene o no vida, sino sobre el bienestar de la persona que está embarazada (trecho original).

⁶ Pienso que es una cuestión de perspectiva. Si para la mujer que está embarazada tener el bebé va a suponer un deterioro de su integración física y moral, entonces la mujer debe anteponer su vida a la del bebé, sin importar lo que la sociedad tenga que decir (trecho original).

⁷ Personalmente considero que la vida empieza durante los primeros procesos de creación del embrión, pero solo se puede considerar persona a partir del consenso científico, que creo que es 2 meses (trecho original).

8ª semana de gravidez, se não estou enganado no prazo⁸” (Participante 19, gênero masculino, 70 anos, tradução nossa).

A Classe 4, “A vida se inicia quando o coração começa a bater”, representa 17,9% do *corpus*, e os participantes identificam-se no espectro político de centro ($\chi^2 = 3,5$; $p = 0,06$) e possuem uma baixa adesão aos valores de conservação ($\chi^2 = 3,4$; $p = 0,06$). A concepção presente nessa classe se relaciona ao desenvolvimento e à independência do embrião: “No momento em que o coração se forma e começa a funcionar, já podemos dizer que há vida, pois há o funcionamento do coração⁹” (Participante 20, gênero feminino, 18 anos, tradução nossa). Ademais, os participantes sugerem que “Em si, a vida começa quando o coração começa a bater, o que ocorre no interior de cada mãe, mas eu considero que ela começa a viver ao respirar pela primeira vez, uma vez que está fora de sua progenitora¹⁰” (Participante 77, gênero feminino, 18 anos, tradução nossa).

O eixo “Ser humano em potencial” é composto pelas classes 3 e 2. A Classe 3, “A personalidade se inicia no nascimento”, contém 17,9% do *corpus* e, assim como a Classe 2 do Brasil, os sujeitos apontam o início da vida humana no nascimento, contudo, também atribuem esta ao desenvolvimento da consciência e dos sentimentos, como “A vida começa no momento em que nasce, que é capaz de respirar, de chorar e de comer¹¹” (Participante 87, gênero feminino, 18 anos, tradução nossa), ou ainda, “A vida começa no momento em que o feto possui consciência e sente, ou seja, quando nasce¹²” (Participante 212, gênero feminino, 18 anos).

⁸ Tengo entendido que a la fecha de hoy, los científicos entienden que entre la 6 y la 8 semana de embarazo en el plazo, no estoy seguro (trecho original).

⁹ En el momento que se te forma corazón ya empieza a funcionar y por lo tanto ya podemos decir que hay vida, pues hay el funcionamiento del corazón (trecho original).

¹⁰ En sí, vivir comienza cuando tu corazón comienza a latir, que ocurre en el interior de cada madre, pero considero que empieza a vivir al respirar por primera vez una vez que estás fuera de tu progenitora (trecho original).

¹¹ La vida comienza en el momento que naces, que eres capaz de respirar, de llorar e de comer (trecho original).

¹² La vida comienza en el momento en el que el feto ya posee conciencia y siente, o sea, cuándo nace (trecho original).

A Classe 2, que representa 28,6% do *corpus*, tem como ideia geral de que “A vida se inicia na concepção”. Aqui, os sujeitos vinculam a concepção como o marcador principal do começo da vida humana, como em “Creio que a vida começa desde o momento da concepção¹³” (Participante 48, gênero feminino, 19 anos, tradução nossa). Entretanto, apresentam também algumas limitações com relação a essas discussões: “Para mim, como bióloga, a vida começa desde a concepção. No entanto, é vida, mas nas primeiras semanas ainda não há consciência¹⁴” (Participante 164, gênero feminino, 21 anos, tradução nossa). Os participantes enquadram-se no espectro político de direita ($\chi^2=2,4$; $p=0,1$) e possuem um baixo endosso aos valores de autopromoção ($\chi^2=6,8$; $p<0,001$).

Discussão

Os conteúdos representacionais sobre o início da vida humana mobilizam a construção de normas sociais formadas e reformadas ao longo dos séculos e estão permeadas por conceitos científicos, religiosos, filosóficos e sociológicos (Picón et al., 2021). Nesse contexto, este artigo tem como objetivo verificar as variações e especificidades dos diferentes grupos sociais de uma amostra de brasileiros e espanhóis na construção dos significados atribuídos à origem da vida humana como fenômeno coletivo.

O conteúdo representacional encontrado na amostra brasileira atribui como ideia preponderante a autonomia do feto desde o momento da fecundação. Nessa direção, as Classes 4 “O feto já é vida”, 3 “Origem da vida na concepção: argumentos biológicos” e 1 “Origem da vida na concepção: argumentos pessoais” englobam discussões que refletem o embrião humano como uma entidade autônoma e independente da mulher (Diniz & Almeida, 1998; Diniz et al., 2009). Ademais, observa-se que o eixo “Concepcionista”, formado pelas

¹³ Creo que la vida empieza desde el momento de la concepción (trecho original).

¹⁴ Para mí, una bióloga, la vida comienza em la concepción. No obstante, es vida, pero aún em las primeras semanas no hay conciencia (trecho original).

Classes 3 e 1, é fundamentado pelo conservadorismo, tanto em termos de ideologia política (orientação política de direita) quanto valorativo (valores de conservação).

À vista disso, esses posicionamentos parecem ser impulsionados por preocupações subjacentes com o feto, uma postura que inclui a caracterização do pré-nascido como humano e a argumentação sobre o “direito à vida” do feto (Jedryczka et al., 2023). Diante desse quadro, a estrutura de valores conservadores coloca o absolutismo moral e as normas de grupo acima das necessidades individuais. Assim, a oposição moral ao aborto parece ser mais uma questão de coesão e prevenção da violação das normas do grupo do que de proteção do bem-estar dos envolvidos. Esse posicionamento tem raízes na legitimação das assimetrias baseadas no sexo (Huang et al., 2014).

Dessa forma, os valores sociais fornecem quadros de referências comportamentais que estão intimamente ligados às identidades sociais dos grupos. As identidades e/ou o pertencimento ao grupo parecem estar alinhados num *continuum* direita-esquerda ou conservadora-progressista e, com base nessa ligação, entre valores e identidades, prevê-se que estarão relacionados com as atitudes sociais e políticas, incluindo atitudes em relação aos direitos das mulheres (Augoustinos & Walker, 1995).

A religiosidade apresenta-se como outra característica saliente dos grupos sociais, com os quais nos identificamos e consideramos importantes para a nossa autodefinição. No cenário da amostra brasileira, a Classe 5 “Religião *versus* Ciência” destaca o caráter ambíguo do conceito de origem da vida humana. De um lado, baseia-se no fundamento moral de “pureza ou santidade do corpo”, segundo a qual a premissa básica é que o corpo é um templo que abriga a divindade (Lockhart et al., 2023). Por outro lado, vinculam o desenvolvimento do ser humano a uma série de fases, entre elas: pré-embrião, embrião e feto (De Souza, 2008).

Além disso, existem os que acreditam que a vida dos sujeitos tem início a partir do nascimento, como apresentado pela Classe 2 “A vida se inicia no nascimento”, que, neste estudo, é composta pelos indivíduos que apresentam uma orientação política de esquerda. As atitudes políticas de esquerda priorizam os comportamentos dos indivíduos em contexto grupais (Hannikainen et al., 2017). A esse respeito, a orientação política de direita geralmente se opõe ao sexo pré-marital e ao aborto, enquanto os sujeitos que se autodeterminam de esquerda tendem a possuir uma atitude favorável (Adamczyk & Valdimarsdóttir, 2018; Kim & Steinberg, 2023).

Nessa lógica, a ideologia política de esquerda tem impactos positivos no uso de métodos contraceptivos, doação de óvulos, edição de embrião, entre outros (Rye & Underhill, 2020; Trevizo, 2018). Ou seja, ao considerar o início da vida humana condicionado ao nascimento, o desenvolvimento e o agrupamento celular não se caracterizam como condição humana. Nessas circunstâncias, a estrutura representacional expressa pela amostra espanhola esteve centrada, preponderantemente, nos aspectos biológicos da formação do embrião, com a Classe 1 “Formação e desenvolvimento biológico do embrião” e a Classe 4 “A vida se inicia quando o coração começa a bater”.

A partir dessas condições, o início da vida não ocorre com a concepção, mas sim, com o desenvolvimento das primeiras atividades cerebrais à medida que o sistema nervoso do feto ganha características mais complexas (Leal et al., 2018). Dessa forma, o início da vida seria constatado por volta do terceiro e/ou quarto mês do desenvolvimento do embrião (Leal et al., 2018). Nesse contexto, o embrião, em virtude do seu genoma e perfil epigenético, é capaz de passar por um processo de desenvolvimento contínuo e gradual até a maturidade da sua espécie (Silva & Pinheiro, 2017). Destaca-se também, nesse debate, a capacidade dos seres vivos de sentir e raciocinar sobre as suas emoções, podendo, assim, pensar e planejar suas ações.

Portanto, a definição de início da vida também pode ser buscada pelo seu inverso, ou seja, a morte. Para a medicina, a morte acontecia quando uma pessoa parava de respirar ou quando seu coração parava de bater. Desse modo, para alguns sujeitos, o início da vida ocorre com o funcionamento do coração. A representação da vida por meio do funcionamento do coração é representada pela Classe 4 “A vida se inicia quando o coração começa a bater” e é formada por sujeitos com uma identificação político partidária de centro-esquerda. A ideologia política de centro sofre influência tanto das atitudes políticas de esquerda quanto de direita (Blofield & Ewig, 2017).

Diante disso, torna-se necessário compreender o posicionamento social, econômico, religioso e valorativo dos sujeitos a fim de determinar suas implicações no campo dos direitos e da saúde reprodutiva (Osborne et al., 2022). Nesse caso, nota-se que as justificativas presentes nessa classe estão ligadas às práticas médicas, em que o funcionamento do corpo humano estaria associado ao coração. Ainda, essa classe também indica como parâmetro para o início da vida humana a viabilidade e a independência do feto fora do útero, que ocorre entre a 20ª e 24ª semana e que é um critério relevante em decisões judiciais sobre o aborto (Barchifontaine, 2010)

Isso posto, o aborto apresenta-se como uma das questões implicadas nas concepções do início da vida humana, principalmente entre os indivíduos conservadores que acreditam que a vida começa desde a fecundação (Doring, 2023). Essas atitudes são influenciadas por fatores relacionados às crenças culturais e morais, às normas e aos valores sociais, bem como às experiências pessoais e às representações da mídia (Conti & Cahill, 2017). A Espanha é reconhecida como um país pioneiro no plano legislativo no que se refere ao aborto e em matéria de reprodução humana assistida por isso, admite-se que esses fatores podem influir no modo como os sujeitos representam socialmente o início da vida humana (Norberg, 2016).

Considerando esses aspectos, na amostra espanhola, surgiu a Classe 5 “Quando a mulher decidir”, que discute sobre a autonomia reprodutiva e a defesa da vida da mulher que gesta, entretanto, essas justificativas não estiveram presentes como classe na amostra brasileira. Sabe-se que o panorama legislativo referente à prática do aborto está consolidado na Espanha, enquanto no Brasil é uma pauta em disputa. A percepção de autonomia sobre o corpo construída pelos participantes espanhóis apareceu articulada à defesa de direitos da mulher, nesse caso, reprodutivos. Conforme Allen e Griffin (1993), os indivíduos regulamentados, isto é, que estão subordinados às leis abortivas, não veem o aborto de forma negativa, por si só, mas são altamente a favor das restrições que cercam o procedimento, ou seja, são favoráveis à regulamentação e às leis que regem o aborto.

Desse modo, esses grupos são considerados situacionistas porque as circunstâncias que rodeiam o aborto podem influenciar suas concepções acerca deste. Logo, o debate presente na Classe 5 acerca da autonomia reprodutiva pode ser proveniente tanto do caráter legislativo presente no país, quanto das diferenças individuais, posições sociais, entre outras. Além disso, os sujeitos representados nessa Classe apresentam um alto endosso aos valores de abertura à mudança, que indexa as preferências e experiências culturalmente diversas, que incluem, por exemplo, direitos das minorias (mulheres, LGBT¹⁵) (Ziller & Berning, 2021) e direito ao aborto (Osborne et al., 2022). Isso acontece porque as dimensões centrais dos valores de conservação – aceitação da desigualdade e apoio ao *status quo* – entram em conflito por aqueles que endossam os valores de abertura à mudança (Jost, 2006).

O cenário da amostra espanhola também apresentou justificativas semelhantes ao Brasil para o eixo “Ser humano em potencial”, nas Classes 3 “A personalidade se inicia no nascimento” e 2 “A vida se inicia com a concepção”. Para a amostra espanhola, essas duas

¹⁵ Sigla que reúne orientações sexuais e identidade de gênero de grupos minoritários, como Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais ou Travestis.

classes partilham o mesmo eixo representacional, ou seja, não existe uma oposição entre as justificativas que apontam o nascimento e a concepção como indicadores do início da vida humana. O que diferencia os argumentos é que, para a corrente natalista, a personalidade do indivíduo se inicia a partir do nascimento, isto é, o nascituro seria um ser em potencial, enquanto para a corrente concepcionista o começo da vida ocorre desde o momento da fecundação (De Souza, 2008).

Denota-se, portanto, que esses argumentos incitam outro debate, que diz respeito ao momento em que o ser humano se torna uma pessoa ou em que medida a individualidade do embrião merece respeito como pessoa. Logo, nem tudo no ser humano é humano por igual ou nem todos os seres humanos são humanos no mesmo grau e, conseqüentemente, não exigem o mesmo respeito (Bourguet, 2002). Dessa forma, a corrente natalista apresenta critérios relacionados à personalidade, como o desenvolvimento da consciência e dos sentimentos na personalidade do nascituro. Sendo assim, a mente aqui pode ser caracterizada pela capacidade de pensar, advinda respectivamente da memória e do processo de aprendizagem e percepção dos sentidos, construindo, assim, seus comportamentos e sua personalidade (Leal et al., 2018).

Para a Classe 2 “A vida se inicia com a concepção”, as justificativas da amostra espanhola, assim como na amostra do Brasil, vincularam o início da vida ao momento da fecundação. Tais justificativas também foram ancoradas pelos valores de conservação que fundamentam sobre a defesa da vida do feto desde a concepção e, por isso, tendem a se posicionar contra o aborto (Morais et al., 2021). Nesse ínterim, frequentemente os sujeitos enquadram-se em termos de preocupações altruístas e baseadas em cuidados, em que a proteção da vida é a maior importância (Rottman et al., 2014). Assim, o aborto é visto sob a ótica de transgressão à pureza sexual e às crenças religiosas (Patev et al., 2019). Conseqüentemente, como os valores de autopromoção opõem-se ao bem-estar coletivo e

social e sua motivação centra-se em interesses próprios, mesmo às custas dos outros, parece coerente que essa classe apresente uma baixa adesão aos valores de autopromoção (Tamayo & Schwartz, 1993).

Nesse contexto, observam-se as diversas variações que um fenômeno pode apresentar devido à sua inserção no campo representacional dos grupos sociais (Wolter, 2018). À vista disso, as antinomias presentes nesses embates baseiam-se em aspectos relacionados à vida *versus* morte, nascimento *versus* concepção, biologia *versus* religião, defesa do feto *versus* defesa da mulher etc.

Considerações finais

A partir da análise das representações sociais de estudantes brasileiros e espanhóis acerca do início da vida humana, percebe-se que, para a amostra brasileira, o foco esteve centrado, em maior medida, nos argumentos que discorriam sobre a possibilidade de o feto já ser uma vida, enquanto para a amostra espanhola, a ênfase esteve mais relacionada aos aspectos biológicos do desenvolvimento humano. Vale salientar que as discussões sobre a defesa da autonomia e dos direitos sexuais e reprodutivos da mulher estiveram presentes enquanto classe somente na amostra espanhola; os discursos do cenário brasileiro detiveram-se, majoritariamente, na defesa da vida do feto. No entanto, tanto no cenário da amostra brasileira quanto espanhola, surgiram classes referentes às ideias concepcionista e natalista atreladas ao começo da vida humana.

Além disso, a emergência do caráter religioso no contexto brasileiro contrapõe-se à realidade observada na amostra espanhola. No Brasil, a laicidade enfrenta desafios devido à influência de perspectivas religiosas nas decisões políticas e nos debates sociais, especialmente no que diz respeito às leis relacionadas ao aborto. Na Espanha, a discussão sobre a laicidade do aborto está principalmente fundamentada em considerações de saúde e bem-estar da mulher. É importante salientar que a variável de religiosidade não foi abordada

no presente trabalho. No entanto, reconhece-se a relevância da religião em diversas questões sociais, como a liberdade sexual, o aborto e as pesquisas envolvendo o uso de embriões (Bird et al., 2018). Portanto, sugere-se que futuras pesquisas investiguem essa variável, examinando a influência das crenças religiosas ou a frequência de acesso aos serviços religiosos.

Paralelamente, embora a ideologia política tenha sido examinada neste estudo, sua avaliação esteve estritamente ligada ao contínuo político tradicional de direita-esquerda. Portanto, propõe-se que pesquisas futuras ampliem suas investigações, considerando estruturas políticas multipartidárias, em que as atitudes políticas tendem a ser menos polarizadas (Satherley et al., 2020). Nesse sentido, é fundamental explorar fatores de ordem individual, a exemplo das atitudes em relação à sexualidade e aspectos sociais, tais como os papéis de gênero (sexismo, adesão ao movimento feminista), como variáveis que influenciam as representações sociais sobre a origem da vida humana e, por conseguinte, sobre outros temas sociais, o embrião humano e o aborto.

Portanto, mesmo considerando as distinções nos sistemas legais sobre o aborto entre o Brasil e a Espanha, o que, em certo sentido, resulta em interpretações divergentes sobre o início da vida humana na esfera social, investigações futuras devem aprofundar suas análises por meio de indagações que busquem esclarecer: quais são as opiniões da população em relação ao *status* do embrião, considerando-o como uma simples materialidade biológica, uma parte do corpo humano, um indivíduo da espécie humana ou uma pessoa humana? E, a partir desses entendimentos, buscar compreender outras questões: qual é a concepção que os indivíduos têm em relação ao aborto? De que forma as legislações relacionadas a essas práticas são assimiladas pelo senso comum? Elas refletem os desejos ou as opiniões do coletivo? Até que ponto os indivíduos concordam ou discordam dessas legislações? Esses questionamentos são fundamentais para o desenvolvimento e a investigação dessa área.

Referências

- Adamczyk, A., & Valdimarsdóttir, M. (2018). Understanding Americans' abortion attitudes: The role of the local religious context. *Social Science Research*, 71, 129–144. <https://doi.org/10.1016/j.ssresearch.2017.12.005>
- Adamczyk, A., Kim, C., & Dillon, L. (2020). Examining public opinion about abortion: a mixed-methods systematic review of research over the last 15 years. *Sociological Inquiry*, 90(4), 920–954. <https://doi.org/10.1111/soin.12351>
- Aguiar, B. H. K., da Silva, J. M., Libardi, M. B. O., de Andrade Passos, J., de Andrade, S. C., Parente, P. B. C., Arrais, A. R., & de Oliveira, A. M. I. (2018). A legislação sobre o Aborto nos Países da América Latina: uma Revisão Narrativa. *Comunicação em Ciências da Saúde*, 29(01), 36–44. <https://doi.org/10.51723/ccs.v29i01.133>
- Aléssio, R. L. D. S., Apostolidis, T., & Santos, M. D. F. D. S. (2008). Entre o aborto e a pesquisa: o embrião na imprensa brasileira. *Psicologia: reflexão e crítica*, 21(3), 455–463. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722008000300014>
- Allen, H., & Griffin, D. (1993). Determinants of abortion decisions: Absolutists versus situationists. In *Poster presented at the Annual Convention of the Canadian Psychological Association, Montreal, QC*.
- Almeida, A. M. D. O. (2009). Abordagem societal das representações sociais. *Sociedade e Estado*, 24(3), 713–737. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922009000300005>
- Alvargonzález, D. (2017). Knowledge and attitudes about abortion among undergraduate students. *Psicothema*, 29(4), 520–526. <https://doi.org/10.7334/psicothema2017.58>
- Araújo, G. L., de Oliveira, K. D. L., Leal, M. M., Parente, P. B. C., & Quinaglia, J. C. (2018). Início da vida: uma visão multidisciplinar pautada na Bioética. *Comunicação em Ciências da Saúde*, 29(03). <https://doi.org/10.51723/ccs.v29i03.298>

- Augoustinos, M., & Walker, I. (1995). The construction of stereotypes within social psychology: From social cognition to ideology. *Theory & Psychology*, 8(5), 629–652. <https://doi.org/10.1177/0959354398085003>
- Barchifontaine, C. D. P. (2010). Bioética e início da vida. *Revista Pistis & Praxis*. 2(1).
- Bird, M., Begun, S., & McKay, K. (2018). Religiosity and personal beliefs regarding abortion: Results from a survey of social work students in the United States. *Women's Reproductive Health*, 5(2), 117–131. <https://doi.org/10.1080/23293691.2018.1463742>
- Blofield, M., & Ewig, C. (2017). The left turn and abortion politics in Latin America. *Social Politics: International Studies in Gender, State & Society*, 24(4), 481–510. <https://doi.org/10.1093/sp/jxx018>
- Bourguet, V. (2002). *O ser em gestação: reflexões bioéticas sobre o embrião humano*. Edições Loyola.
- Brasil. Presidência da República. Casa Civil. (1940). *Decreto-Lei n. 2.848*. 1940. Código Penal. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm
- Brasil. Presidência da República. Casa Civil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. 1988. Senado Federal. www.planalto.gov.br
- Brasil. Ministério da Saúde. (2012). *Portaria MS/GM nº 1.508, de 1 de setembro de 2005*. Dispõe sobre o Procedimento de Justificação e Autorização da Interrupção da Gravidez nos casos previstos em lei, no âmbito do Sistema Único de Saúde. 2012. https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2005/prt1508_01_09_2005.html
- Brysk, A., & Yang, R. (2023). Abortion Rights Attitudes in Europe: Pro-Choice, Pro-Life, or Pro-Nation?. *Social Politics: International Studies in Gender, State & Society*, 30(2), 525–555. <https://doi.org/10.1093/sp/jxac047>

- Cabecinhas, R. (2004). Representações sociais, relações intergrupais e cognição social. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 14(28), 125–137. <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2004000200003>
- Camargo, B. V., & Justo, A. M. (2013). IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas em psicologia*, 21(2), 513–518. <https://doi.org/10.9788/TP2013.2-16>
- Camargo, B. V., & Justo, A. M. (2018). Tutorial para uso do software IRaMuTeQ (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires). *Laboratório de Psicologia Social de Comunicação e Cognição – UFSC*. <http://iramuteq.org/documentation/fichiers/tutoriel-portugais-22-11-2018>
- Chinelato, S. J. (2004). Bioética e direitos de personalidade do nascituro. *Scientia Iuris*, 7, 87–104. <https://doi.org/10.5433/2178-8189.2004v7n0p87>
- Conover, P. J., & Feldman, S. (2004). The origins and meaning of liberal/conservative self-identifications. In *Political psychology* (pp. 200–216). Psychology Press.
- Conti, J. A., & Cahill, E. (2017). Abortion in the media. *Current opinion in obstetrics and gynecology*, 29(6), 427–430. <https://doi.org/10.1097/GCO.0000000000000412>
- Cuello, Z., & de Jesús, A. (2014). É o aborto um direito sexual e reprodutivo da mulher? Análise a partir do biodireito, a bioética, a biopolítica e a biojurídica biopolítica nos Estados Unidos, Espanha e Colômbia. *Revista Latinoamericana de Bioética*, 14(2), 12–27. http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1657-47022014000200002&lng=en
- de Souza, P. B. (2008). Teorias do início da vida e lei de biossegurança. *ETIC-encontro de iniciação científica*, 4(4).

- Deak, C., & Saroglou, V. (2015). Opposing abortion, gay adoption, euthanasia, and suicide: Compassionate openness or self-centered moral rigorism?. *Archive for the Psychology of Religion*, 37(3), 267–294.
- Diniz, D., & Almeida, M. D. (1998). Bioética e aborto. In Costa, S. I. F., Garrafa, V., Oselka, G., (Eds.), *Iniciação à bioética*. Conselho Federal de Medicina.
- Diniz, D., Corrêa, M., Squinca, F., & Braga, K. S. (2009). Aborto: 20 anos de pesquisas no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 25(4), 939–942. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2009000400025>
- Doise, W. (2002). Da psicologia social à psicologia societal. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 18(1), 027–035. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722002000100004>
- Doise, W., Clémence, A., Lorenzi-Cioldi, F., & Bourdieu, P. (1992). *Représentations sociales et analyses de données*. Prensas Universitaires de Grenoble
- Doring, N. (2021). Abortion Attitudes (Media Content, User Comments). *DOCA-Database of Variables for Content Analysis*, 1(5). <https://doi.org/10.34778/5y>
- Espanha. (2023). Ley Orgánica 1/2023, de 28 de febrero, por la que se modifica la Ley Orgánica 2/2010, de 3 de marzo, de salud sexual y reproductiva y de la interrupción voluntaria del embarazo [en línea]. BOE (Boletín oficial del Estado): 02 de marzo del 2023. www.boe.es/buscar/act.php?id=BOE-A-2023-5364
- Hannikainen, I. R., Miller, R. M., & Cushman, F. A. (2017). Act versus impact: Conservatives and liberals exhibit different structural emphases in moral judgment. *Ratio*, 30(4), 462–493.
- Huang, Y., Osborne, D., Sibley, C. G., & Davies, P. G. (2014). The precious vessel: Ambivalent sexism and opposition to elective and traumatic abortion. *Sex Roles*, 71, 436–449.

IBM. (2023, 15 de maio). IBM SPSS Statistics for Windows. *IBM Corp*, 2017.

<https://hadoop.apache.org>

Jedryczka, W., Misiak, M., & Whitehouse, H. (2023). Explaining political polarization over abortion: The role of moral values among conservatives. *Social Psychology*, 54(4), 249–259. <https://doi.org/10.1027/1864-9335/a000525>

Jost, J. T. (2006). The end of the end of ideology. *American psychologist*, 61(7), 651. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.61.7.651>

Jost, J. T., Nosek, B. A., & Gosling, S. D. (2008). Ideology: Its resurgence in social, personality, and political psychology. *Perspectives on Psychological Science*, 3(2), 126–136. <https://doi.org/10.1111/j.1745-6916.2008.00070.x>

Kim, T., & Steinberg, J. R. (2023). Individual changes in abortion knowledge and attitudes. *Social Science & Medicine*, 320, 115722. <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2023.115722>

Leal, M. M., Oliveira, K. D. L. D., Parente, P. B. C., Araújo, G. L., & Silva, J. C. Q. (2018). Início da vida: uma visão multidisciplinar pautada na boética. *Comunicação em Ciências da Saúde*, 29(3), 191–200.

Lockhart, C., Lee, C. H., Sibley, C. G., & Osborne, D. (2023). The sanctity of life: The role of purity in attitudes towards abortion and euthanasia. *International Journal of Psychology*, 58(1), 16–29. <https://doi.org/10.1002/ijop.12877>

Morais, E. R. C. D., Santos, M. D. F. D. S., & Aléssio, R. L. D. S. (2021). La Controversia del Aborto: Reflexiones Teórico-Metodológicas sobre una Representación no Autónoma. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 21(3), 869–888. <http://dx.doi.org/10.12957/epp.2021.62688>

- Morais, E. R. C., dos Santos Aléssio, R. L., de Siqueira Coelho, L., & da Cunha Pontes, J. L. (2018). Aborto e bioética no jornal Folha de São Paulo. *Revista Psicologia em Pesquisa*, 12(1).
- Moscovici, S. (2009). *Representações sociais: investigações em Psicologia Social* (6ª ed.). Vozes.
- Norberg, A. (2016). *To adopt or not to adopt an abortion policy: A case study of the abortion reform processes in Spain and Portugal* (master's Thesis in Political Science).
<https://www.diva-portal.org/smash/record.jsf?pid=diva2%3A896760&dswid=-8637>
- Ogland, C. P., & Verona, A. P. (2011). Religion and attitudes toward abortion and abortion policy in Brazil. *Journal for the Scientific Study of Religion*, 50(4), 812–821.
<https://doi.org/10.1111/j.1468-5906.2011.01602.x>
- Osborne, D., & Davies, P. G. (2012). When Benevolence Backfires: Benevolent Sexists' Opposition to Elective and Traumatic Abortion. *Journal of Applied Social Psychology*, 42(2), 291-307. <https://doi.org/10.1111/j.1559-1816.2011.00890.x>
- Osborne, D., Huang, Y., Overall, N. C., Sutton, R. M., Petterson, A., Douglas, K. M., Davies, P. G., & Sibley, C. G. (2022). Abortion attitudes: An overview of demographic and ideological differences. *Political Psychology*, 43(1), 29–76.
<https://doi.org/10.1111/pops.12803>
- Patev, A. J., Hall, C. J., Dunn, C. E., Bell, A. D., Owens, B. D., & Hood, K. B. (2019). Hostile sexism and right-wing authoritarianism as mediators of the relationship between sexual disgust and abortion stigmatizing attitudes. *Personality and individual differences*, 151, 109528. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2019.109528>
- Pereira, C., Camino, L., & Costa, J. B. D. (2005). Um estudo sobre a integração dos níveis de análise dos sistemas de valores. *Psicologia: reflexão e crítica*, 18, 16–25.

- Picón, J. Y. A., Orozco, C. J. E., Lozada, I. D., & Moscote Salazar, L. R. (2021). Enfermedad, eutanasia y aborto: una reflexión desde la bioética. *Revista Médica de Risaralda*, 27(1), 4–9. <https://doi.org/10.22517/25395203.24659>
- Rottman, J., Kelemen, D., & Young, L. (2014). Tainting the soul: Purity concerns predict moral judgments of suicide. *Cognition*, 130(2), 217–226. <https://doi.org/10.1016/j.cognition.2013.11.007>
- Rye, B. J., & Underhill, A. (2020). Pro-choice and pro-life are not enough: an investigation of abortion attitudes as a function of abortion prototypes. *Sexuality & Culture*, 24(6), 1829–1851. <https://doi.org/10.1007/s12119-020-09723-7>
- Santos, E. A., & Campos, P. H. F. (2022). As representações sociais como teoria e como prática. *Revista Fragmentos de Cultura-Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas*, 32(2), 181–190. <https://doi.org/10.18224/frag.v32i2.12267>
- Satherley, N., Milojev, P., Greaves, L. M., Huang, Y., Osborne, D., Bulbulia, J., & Sibley, C. G. (2015). Demographic and psychological predictors of panel attrition: Evidence from the New Zealand Attitudes and Values Study. *PloS one*, 10(3), e0121950. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0121950>
- Schultz, P. W., & Zelezny, L. C. (1998). Values and proenvironmental behavior: A five-country survey. *Journal of cross-cultural psychology*, 29(4), 540–558. <https://doi.org/10.1177/0022022198294>
- Schwartz, S. H. (1992). Universals in the content and structure of values: Theoretical advances and empirical tests in 20 countries. *Advances in experimental social psychology*, 25. [https://doi.org/10.1016/S0065-2601\(08\)60281-6](https://doi.org/10.1016/S0065-2601(08)60281-6)
- Schwartz, S. H., & Rubel-Lifschitz, T. (2009). Cross-national variation in the size of sex differences in values: effects of gender equality. *Journal of personality and social psychology*, 97(1), 171. <https://doi.org/10.1037/a0015546>

- Silva, R. M., & Pinheiro, V. S. (2017). A dignidade da pessoa humana e o direito à vida do nascituro: fundamentos biológicos, filosóficos e jurídicos. *Revista de Direitos e Garantias Fundamentais*, 18(3), 139–176.
- Spini, D., & Doise, W. (1998). Organizing principles of involvement in human rights and their social anchoring in value priorities. *European journal of social psychology*, 28(4), 603-622. [https://doi.org/10.1002/\(SICI\)1099-0992\(199807/08\)28:4<603::AID-EJSP884>3.0.CO;2-P](https://doi.org/10.1002/(SICI)1099-0992(199807/08)28:4<603::AID-EJSP884>3.0.CO;2-P)
- Tamayo, A., & Porto, J. B. (2009). Validação do questionário de perfis de valores (QPV) no Brasil. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 25, 369–376. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722009000300010>
- Tamayo, A., & Schwartz, S. H. (1993). Estrutura motivacional dos valores humanos. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 9(2), 329–348.
- Trevizo, A. V. (2018). Autonomía reproductiva y maternidad tardía: una reflexión bioética. *Dilemata*, (28), 51–62.
- Vieira, L. T. Q., Leite, P. M., de Paiva, A. M., Falone, V. E., & do Amaral, W. N. (2021). O aborto sobre a perspectiva bioética. *Revista Bioética CREMEGO*, 3(1), 27–30.
- Wolter, R. (2018). The structural approach to social representations: Bridges between theory and methods. *Psico-USF*, 23, 621-631. <https://doi.org/10.1590/1413-82712018230403>
- Ziller, C., & Berning, C. C. (2021). Personality traits and public support of minority rights. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 47(3), 723–740. <https://doi.org/10.1080/1369183X.2019.1617123>

**Artigo 2: O papel das representações sociais sobre a natureza do embrião e o aborto:
desvelando aproximações e afastamentos entre o Brasil e a Espanha¹⁶**

¹⁶ Este artigo encontra-se submetido à revista *Psicología, Conocimiento y Sociedad*. Para esta tese, utilizamos a versão estendida do manuscrito.

O papel das representações sociais sobre a natureza do embrião e o aborto: desvelando aproximações e afastamentos entre o Brasil e a Espanha

The role of social representations about the nature of the embryo and abortion: revealing approaches and differences between Brazil and Spain

El papel de las representaciones sociales sobre la naturaleza del embrión humano y el aborto: revelando enfoques y diferencias entre Brasil y España

Heloísa Bárbara Cunha Moizéis¹

Ana Raquel Rosas Torres¹

José Luis Álvaro Estramiana²

¹Universidade Federal da Paraíba;

²Universidad Complutense de Madrid

Nota dos autores

Heloísa Bárbara Cunha Moizéis:  <https://orcid.org/0000-0003-0477-8410>

Ana Raquel Rosas Torres:  [https:// Orcid.org/0000-0002-3161-0309](https://Orcid.org/0000-0002-3161-0309)

José Luis Álvaro Estramiana:  [https:// Orcid.org/0000-0002-3017-0305](https://Orcid.org/0000-0002-3017-0305)

E-mail address of the corresponding author: heloisabarbara96@gmail.com

Mailing address: CCHLA / UFPB, Federal University of Paraíba. Campus - Jardim Cidade Universitária, João Pessoa - PB, 58033-455.

Resumo

O objetivo deste trabalho é analisar como os grupos de estudantes brasileiros e espanhóis constroem e organizam suas representações sociais acerca do embrião e do aborto. Para isso, utiliza-se a abordagem estrutural proposta por Abric, que defende que as representações sociais são formadas por um sistema duplo: o central e o periférico. Participaram 198 estudantes brasileiros, com idades variando de 18 a 66 anos ($M=23,03$; $DP= 6,14$), e 237 estudantes espanhóis, com idades variando de 18 a 70 anos ($M=19,69$; $DP=5,63$). Utilizou-se tarefas de evocação hierárquica e os dados foram analisados utilizando o *software* Iramuteq, por meio de análises prototípicas. Os resultados evidenciaram eixos argumentativos em que, no Brasil, o embrião é simbolicamente ligado à vida e visto como uma entidade autônoma, enquanto na Espanha destacam-se aspectos biológicos do desenvolvimento humano. A respeito do aborto, no Brasil, a prática ainda é associada a aspectos que remetem à sua criminalização e, na Espanha, associa-se aos direitos sexuais e reprodutivos. Essas diferenças se refletem nos debates sobre igualdade de gênero, demonstrando como contextos sociais distintos influenciam as representações sobre o embrião e o aborto.

Palavras-chave: representação social; embrião humano; aborto; psicologia social.

Abstract

The aim of this study is to analyze how groups of Brazilian and Spanish students construct and organize their social representations of the embryo and abortion. For this purpose, the structural approach proposed by Abric is used, which argues that social representations are formed by a dual system: the central and the peripheral. A total of 198 Brazilian students, aged 18 to 66 years ($M=23.03$; $SD=6.14$), and 237 Spanish students, aged 18 to 70 years ($M=19.69$; $SD=5.63$), participated. Hierarchical evocation tasks were used, and the data were analyzed using the Iramuteq software through prototypical analyses. The results revealed argumentative axes where, in Brazil, the embryo is symbolically linked to life and seen as an autonomous entity, while in Spain, biological aspects of human development are highlighted. Regarding abortion, in Brazil, the practice is still associated with aspects that refer to its criminalization, whereas in Spain, it is associated with sexual and reproductive rights. These differences are reflected in debates about gender equality, demonstrating how distinct social contexts influence representations of the embryo and abortion.

Keywords: social representation; embryo mammalian; abortion; social, psychology

Resumen

El objetivo de este estudio es analizar cómo los grupos de estudiantes brasileños y españoles construyen y organizan sus representaciones sociales del embrión y del aborto. Para ello, se utiliza el enfoque estructural propuesto por Abric, que sostiene que las representaciones sociales están formadas por un sistema dual: el central y el periférico. Participaron 198 estudiantes brasileños, con edades comprendidas entre 18 y 66 años ($M=23,03$; $DE=6,14$), y 237 estudiantes españoles, con edades comprendidas entre 18 y 70 años ($M=19,69$; $DE=5,63$). Se utilizaron tareas de evocación jerárquica y los datos fueron analizados utilizando el software Iramuteq, mediante análisis prototípicos. Los resultados evidenciaron ejes argumentativos en los que, en Brasil, el embrión está simbólicamente ligado a la vida y es visto como una entidad autónoma, mientras que en España se destacan los aspectos biológicos del desarrollo humano. En cuanto al aborto, en Brasil, la práctica aún está asociada a aspectos que remiten a su criminalización y en España se asocia con los derechos sexuales y reproductivos. Estas diferencias se reflejan en los debates sobre la igualdad de género, demostrando cómo los contextos sociales distintos influyen en las representaciones sobre el embrión y el aborto.

Palabras clave: representación social; embrión de mamíferos; aborto; psicología social

Introdução

O que é o embrião humano? As percepções que delineiam as visões sobre o embrião humano variam desde considerá-lo como uma pessoa pertencente à comunidade moral a partir do momento da concepção; como uma coisa e não como pessoa, até a aparição das primeiras funções cerebrais; ou como uma entidade biológica, que pode ser empregado como material com fim de experimentação científica (Barchifontaine, 2010). Nesse seguimento, os avanços da biotecnologia, que permitem a manipulação, criopreservação ou descarte de embriões têm sua fundamentação no *status* do embrião (Liang et al., 2015), isto é, caracterizá-lo como uma simples materialidade biológica ou então como um indivíduo da espécie humana (Barreto & Lauxen, 2017; Smok et al., 2018).

Nota-se, portanto, que essas concepções apresentam implicações éticas, que destacam a complexidade das decisões e dos debates relacionados à dignidade do embrião humano, de modo que essas percepções levam a uma visão e análise do embrião humano como objeto social. De acordo com o estudo proposto por Moizéis et al. (2024), as representações sociais sobre o “início da vida humana” entre estudantes universitários brasileiros e espanhóis se diferenciam pelos argumentos apresentados. No contexto da amostra brasileira, destacaram-se a possibilidade de considerar o feto como uma “vida em potencial” desde o momento da fecundação; no que diz respeito à amostra espanhola, a ênfase recaiu nos aspectos biológicos do desenvolvimento humano.

Aléssio et al. (2011), por sua vez, estudaram a construção do campo representacional do embrião em uma amostra da França e do Brasil, e os resultados identificaram também dois universos semânticos distintos. O conteúdo da amostra brasileira concentrou-se em significados simbólicos ligados à vida, destacando uma contraposição entre os elementos textuais “vida” e “aborto”. Para a amostra francesa, os dados indicaram uma abordagem “relacional do embrião”, vinculada à presença ou à ausência de um projeto parental.

Em conjunto, estes estudos destacam que o conceito de “embrião humano” está intrinsicamente ligado a uma construção social, sujeita ao contexto social e cultural. Essa perspectiva situa os indivíduos em um cenário no qual os objetos são concebidos e apropriados em relação aos outros, tanto em termos de relacionamentos quanto de processos intergrupais (Aléssio et al., 2011). Dessa forma, as representações sociais possibilitam a exploração das interpretações culturais de um objeto, levando em consideração a inserção dos sujeitos em seus contextos sociais e históricos (Jodelet, 2002). Em resumo, os conteúdos representacionais constituem reflexos sintomáticos dos debates sociais predominantes em cada contexto sociocultural.

Representações sociais do embrião e do aborto

A abordagem das representações sociais considera que os indivíduos são capazes de construir significados sociais e teorizam a realidade social, não se limitando ao mero recebimento e processamento da informação (Moscovici, 1961; 2017). Nessa concepção teórica, defende-se que a formação de ideias e de atitudes ocorrem sob influência da interação social mediada pela linguagem. Por isso, as representações sociais são teorias do senso comum compartilhadas sobre um determinado fenômeno (Wolter et al., 2023).

Conforme a Teoria do Núcleo Central das representações sociais, utilizada nesta pesquisa e proposta por Abric (1976), o objetivo é examinar a organização e a estruturação dos conteúdos sociocognitivos em torno de um sistema duplo: central e periférico. O núcleo central apresenta crenças historicamente determinadas e fundamentais à cultura e aos modos de vida dos sujeitos. Possuem três funções essenciais e dinâmicas: a) função geradora – que dá significado à representação; b) função organizadora – que explica o porquê de determinados elementos assumirem mais importância que outros; e c) função estabilizadora – que garante ao grupo o sentimento de pertença. Essas funções tornam o núcleo central

resistente a mudanças, pois asseguram sua significação, consistência e permanência (Abric, 2003).

A respeito do sistema periférico, este possui características que são mais maleáveis e adaptativas. Esse sistema possui funções, a saber: a) concretização – que demonstra como a representação está ancorada na realidade; b) regulação – que permite a adaptação da representação diante de um elemento novo; c) função de prescrição do comportamento, responsável por orientar as ações do sujeito; d) proteção do núcleo central – que considera elementos novos e contraditórios com o núcleo, sem questionar a validação da representação já estabelecida; e a e) modulação da personalidade – responsável por diferenciar o conteúdo da representação de acordo com as características individuais dos sujeitos nos grupos (Batista & Andrade, 2023).

Baseado nessa estrutura representacional, o estudo proposto por Moraes et al. (2021), no contexto brasileiro, indicou que a organização dos elementos que compõem o sistema central acerca do aborto é formada por dois conjuntos de elementos antagonistas. De um lado, os conteúdos cujo foco está na mulher e em seus direitos sexuais e reprodutivos, e, no outro extremo, uma posição condenatória sobre o aborto, em que o embrião humano é visto como uma “vida em potencial” e como pessoa de direitos. Portanto, a literatura, de modo geral, tem indicado três tendências de discurso acerca do embrião: a) como um “ser moral”; b) como uma “pessoa humana em potencial”; e c) como “entidade biológica” (Missa, 2000).

Sendo assim, essas premissas geram implicações no âmbito das questões reprodutivas, abrangendo temas como aborto, fertilização assistida, diagnóstico precoce de embriões, clonagem, entre outros (França et al., 2023). A pesquisa proposta por Aléssio et al. (2008) sobre a construção social do embrião humano, a qual analisou artigos de jornais brasileiros em 2005, identificou dois eixos principais. O primeiro relaciona-se ao controle da vida, destacando o papel do poder político, e o segundo concentra-se no discurso científico, que

implicitamente justifica o aborto com base na ausência de atividade cerebral do feto. Essa perspectiva favorece argumentos relacionados à saúde e à ciência.

Análogo a esses resultados, Moraes et al. (2018) também analisaram matérias do jornal da Folha de São Paulo, entre 1983 e 2013, referente às temáticas sobre bioética e aborto. Do mesmo modo, foram observadas a organização de dois eixos norteadores. O primeiro diz respeito à ampliação das possibilidades legais para o aborto e envolve o questionamento de práticas sociais e seu respaldo legal. O segundo refere-se à definição de pessoa e valores e concentra as tensões que circunscrevem o campo científico, social e político da noção de pessoa humana.

Dessa maneira, mais uma vez, essas pesquisas destacam a amplitude de suas abordagens ao envolverem tanto questões relacionadas à legalidade do aborto quanto às intervenções biotecnológicas na manipulação de embriões (Barreto & Lauxen, 2017). Nesse campo de investigação, Santos et al. (2023) apontam que a produção de conhecimentos acerca da edição de embrião esteve, inicialmente, vinculada a uma dimensão tecnológica e científica, bem como relacionou-se também a uma dimensão social, marcada por conteúdos sobre as dinâmicas sociais e os embates decorrentes do uso da técnica no social.

Por conseguinte, as propriedades atribuídas ao embrião humano suscitam questionamentos sobre o momento em que ele se torna uma pessoa e em que medida sua individualidade merece respeito como tal (Bourget, 2002). Essas diversas perspectivas apontam para a ideia de que nem todos os seres humanos são considerados humanos no mesmo grau, o que, por sua vez, desencadeia debates adicionais centrados na questão do aborto. Considerando o panorama exposto, o trabalho ora apresentado buscou investigar as representações sociais sobre o “embrião humano” e o “aborto” nos diferentes contextos socioculturais presentes no Brasil e na Espanha.

Denota-se que a maioria dos estudos, até então desenvolvidos, detinham-se às análises de materiais textuais, seja de jornais ou artigos sobre o embrião humano e o aborto.

Entretanto, este trabalho pretende analisar os conteúdos representacionais expressos pelos sujeitos acerca das questões sociais mencionadas por diferentes grupos sociais. Por outro lado, mesmo que Aléssio et al. (2011) tenham desenvolvido estudos ligados às representações de brasileiros e de franceses sobre o embrião humano, neste estudo, as análises desdobram-se e concentram-se também nos aspectos ligados ao aborto.

Vale salientar que, no Brasil, o aborto é tipificado como crime com penalidade para a mulher e o(a) médico(a) que o praticam, salvo nas situações em que a gestação decorre de estupro, para salvar a vida da gestante ou em casos de anencefalia fetal (Brasil, 1940; Brasil, 2012). Em contrapartida, a Espanha permite o aborto livre e legal nas primeiras 14 semanas e dentro das 22 semanas se existir um grave risco para a vida da gestante e graves anomalias para o feto, incompatíveis com a vida ou extremamente grave e incurável (Espanha, 2010; 2023).

No contexto europeu, a exemplo da Espanha, há uma flexibilidade em relação à realização de experimentos com embriões, sendo permitidos se obtidos por técnicas de reprodução humana assistida, forem inviáveis e não integrarem um projeto familiar (Espanha, 1988; 2006). Do mesmo modo, ainda que a legislação no Brasil seja restritiva no que diz respeito ao aborto, o país é um dos pioneiros na América Latina a adotar pesquisas com embriões e cultura de organismos geneticamente modificados (Brasil, 2005; CFM, 2017).

Diante desses cenários, surgem representações divergentes em relação ao embrião humano: de um lado, aqueles contrários ao aborto e à pesquisa com embriões; do outro, os que consideram os direitos individuais como parte dos direitos humanos. Para compreender essas representações sociais, conforme a abordagem teórica de Abric (1976), realiza-se um programa de investigação com o objetivo de analisar os conteúdos representacionais acerca

dos objetos sociais “embrião” e “aborto”, considerando os diferentes contextos socioculturais: Brasil e Espanha.

Método

Este estudo adota uma abordagem exploratória para identificar os elementos envolvidos na construção social dos fenômenos “embrião” e “aborto” em dois cenários distintos: Brasil e Espanha.

Amostra

Na coleta de dados, 437 estudantes universitários participaram. Na amostra brasileira, foram registrados 198 participantes, incluindo 108 mulheres, 82 homens e 2 não-binários, com uma idade média de 23,03 anos (variando de 18 a 66 anos, $DP= 6,14$ anos). No grupo espanhol, 237 sujeitos participaram, composto por 152 mulheres, 76 homens e 9 não-binários, com uma média de idade de 19,69 anos (variando de 18 a 70 anos, $DP= 5,63$ anos).

Instrumentos e Procedimentos

Utilizamos um questionário de autorrelato em português e espanhol, apresentando aos participantes duas palavras estímulos: “embrião” e “embrión”, assim como a palavra “aborto”, com grafia idêntica nos dois idiomas. Os participantes foram instruídos a listar cinco palavras evocadas por cada estímulo, com um limite de um minuto, seguido por mais um minuto para ordenar as palavras segundo sua importância. Após completar o questionário, os participantes responderam a perguntas sociodemográficas (idade, gênero e classe socioeconômica). A coleta de dados ocorreu na Universidade Federal da Paraíba, no Brasil, e na *Universidad Complutense de Madrid*, na Espanha. Os participantes foram convidados individualmente a preencher o questionário e realizaram a pesquisa em um tempo médio de 10 minutos.

Análise de dados

Os dados foram analisados por meio de uma análise prototípica, utilizando as cinco primeiras palavras evocadas pelos participantes para identificar como os objetos sociais “embrião” e “aborto” são percebidos, simbolizados e explicados com base em sua frequência. Essas respostas foram divididas em dois *corpora* para a amostra do Brasil, com as palavras “embrião” e “aborto”, e dois bancos para a amostra da Espanha, “embrión” e “aborto”, considerando a ordem de evocação dos respondentes, e foram analisados com o auxílio do *software* Iramuteq, o qual possibilita a realização de diversos tipos de análises estatísticas de dados textuais (Camargo & Justo, 2013; Souza et al., 2018).

Quanto à análise prototípica, considera-se a ordem e a frequência com que as palavras na associação livre são evocadas, ou seja, quais palavras vêm à mente com maior facilidade e rapidez (Abric, 2003). Assim, quanto mais cedo uma palavra for utilizada para descrever um objeto social e maior for seu uso, maior será sua importância para a estrutura da representação social. A partir disso, ocorre uma divisão em quatro quadrantes que retratam o núcleo central e o sistema periférico organizadores desses elementos. Ressalta-se que a análise prototípica fornece informações sobre uma hierarquia dos elementos representacionais, de modo que cada elemento expressa um “grau de centralidade” na representação social investigada (Wachelke et al., 2016). Essa técnica tem sido amplamente utilizada no tratamento estatístico das evocações.

Por fim, as respostas dadas no questionário referentes à caracterização sociodemográfica (idade, gênero e classe social) foram analisadas com o auxílio do *software* SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*), versão 20, por meio de estatísticas descritivas (média e desvio padrão).

Resultados e Discussão

Estrutura representacional do *corpus* brasileiro e espanhol sobre o “embrião”

A partir da estrutura representacional presente no *corpus* da amostra brasileira sobre a palavra estímulo “embrião”, a Tabela 2 apresenta os quatro quadrantes, que se dividiram de acordo com a frequência de 12,5 e a ordem média de evocação (OME) de 2,82. O núcleo central concentra as palavras “vida”, “feto”, “gestação”, “bebê”, “filho” e “fecundação”. As palavras que compõem o núcleo central correspondem a uma base social e coletiva comum que define grande parte da homogeneidade do grupo e desempenha um papel de estabilidade e coesão dos conteúdos representacionais construídos (Wolter, 2018). Nesse seguimento, o universo semântico da amostra brasileira aponta para uma ideia de que o embrião humano, de forma saliente, apresenta-se vinculado à vida assim como no estudo de Aléssio et al. (2011).

Tabela 2.

Estrutura da representação social do embrião para os participantes brasileiros

Representação social do embrião para os participantes brasileiros					
Núcleo central			Primeira periferia		
f ≥ 12,5 OME ≤ 2,82			f ≥ 12,5 OME > 2,82		
Evoc	F	OME	Evoc	F	OME
Vida	102	2.2	Aborto	50	2.9
Feto	79	2.0	Nascimento	41	3.1
Gestação	71	2.5	Criança	31	3
Bebê	70	2.2	Maternidade	21	3.1
Filho	27	2.4	Família	15	3.8
Fecundação	15	2.8	Mulher	13	4.2
			Biologia	13	2.9
Zona de contraste			Segunda periferia		
f < 12,5 OME ≤ 2,82			F < 12,5 OME > 2,82		
Evoc	F	OME	Evoc	F	OME
Formação	9	2.7	Células	11	2.9
Célula	6	2.5	Embriologia	11	3.1
Espermatozoide	6	1.7	Sexo	10	3.6
Desenvolvimento	6	2.5	Barriga	10	3.6
Ciência	5	2.0	Amor	9	3.3
Semente	5	2.6	Mãe	9	3.6
			Útero	9	3.1
			Parto	7	3.4
			Humano	7	3.0

Sob essa visão, os estudos de Sequeiros e Bento (2013) atestam sobre a constituição legal do estatuto do embrião, em que o direito e a dignidade à vida do embrião são apontados desde a fecundação, seguindo a mesma lógica das palavras apresentadas no quadrante. Desse modo, ocorre uma progressiva individualização da representação do embrião em relação ao corpo feminino, ou seja, o embrião passa a ser percebido enquanto uma entidade autônoma e de direito (Aléssio et al., 2008).

Dessa forma, na primeira periferia, observa-se a presença de termos como “aborto”, “nascimento”, “criança”, “maternidade”, “família”, “mulher” e “biologia”. Isso evidencia uma relação próxima, bem como um intercâmbio com o núcleo central, reforçando a maternidade como um instinto biológico e associado à concepção de família (Damaceno et al., 2021). Os indicadores sugerem que a norma da maternidade, isto é, a convicção de que uma mulher deve ter filhos para uma vida plena, goza de ampla aceitação popular, impactando tanto o bem-estar subjetivo de homens e mulheres quanto a estruturação da sociedade como um todo (Suppes, 2020).

Nessa lógica, a maternidade assume uma posição central nos papéis de gênero, cuja origem está associada às atividades relacionadas à gestação, amamentação, entre outras (Eagly & Wood, 2012). Assim, frequentemente, a mulher é idealizada como um símbolo de fecundidade, maternidade e pureza, e o não cumprimento ou desvio dessa norma do que é considerado uma “boa mulher” resulta em questões sociais complexas, como a violência de gênero, a sub-representação feminina nos espaços de poder e a restrição dos direitos sexuais e reprodutivos (Costa et al., 2022; Estramiana & Ruiz, 2006). O aborto, nesse contexto, é dotado de um significado moral e jurídico que o equipara a um assassinato (Diniz & Almeida, 1998).

Não obstante, a zona de contraste sinaliza mudanças nas representações, refletindo variações na centralidade para grupos específicos. Pode ser um complemento à primeira

periferia ou revelar um subgrupo que valoriza elementos diferentes da maioria (Wachelke et al., 2016). Apresenta as seguintes palavras: “formação”, “célula”, “espermatozoide”, “desenvolvimento”, “ciência” e “semente”. Nessa conjuntura, o embrião humano continua sendo percebido como um objeto ligado à concepção, entretanto, relacionam o desenvolvimento do embrião aos processos biológicos e científicos que fazem parte do desenvolvimento humano (Vinson et al., 2022).

A respeito do *corpus* espanhol, a Tabela 3 traz a estrutura do conteúdo da amostra espanhola ao serem apresentados ao termo “*embrión*”. Os dados também foram expostos de acordo com a frequência de 11,7 e OME de 2,83. O núcleo central aglutinou as palavras “*embarazo*”, “*vida*”, “*mujer*”, “*madre*”, “*biologia*”, “*pequeño*”, “*familia*” e “*ovulo*”.¹⁷

Tabela 3.

Estrutura da representação social do embrião para os participantes espanhóis

Representação social do embrião para os participantes espanhóis					
Núcleo central			Primeira periferia		
f ≥ 11,7 OME ≤ 2,83			f ≥ 11,7 OME > 2,83		
Evoc	f	OME	Evoc	f	OME
Embarazo	123	2.8	Bebé	115	2.9
Vida	49	2.0	Feto	77	3.2
Mujer	44	2.1	Aborto	50	3.0
Madre	34	1.9	Células	23	3.3
Biologia	29	2.6	Útero	23	3.1
Pequeño	16	2.6	Hijo	20	3.1
Familia	16	2.1	Niño	17	3.0
Ovulo	15	2.7			
Zona de contraste			Segunda periferia		
f < 11,7 OME ≤ 2,83			f < 11,7 OME > 2,83		
Evoc	f	OME	Evoc	f	OME
Nacimiento	11	2.7	Espermatozoide	10	4.1
Decisión	8	1.6	Reproducción	9	3.2
Amor	6	2.6	Gestación	8	3.1
Felicidad	6	2.5	Placenta	7	3.5
Creación	5	1.8	Fecundación	7	3.5
Salud	5	2.2	Maternidad	7	3.7
Desarrollo	5	2.6	Padre	7	3.0
Conjunto de células	5	2.4	Célula	7	3.6
Infante	5	2.5	Tripa	6	3.5

¹⁷ Gravidez, Vida, Mulher, Mãe, Biologia, Pequeno, Família e Óvulo (tradução nossa).

Cuerpo	5	1.6	Sangre	6	4.7
--------	---	-----	--------	---	-----

A partir dos dados, o núcleo central da amostra espanhola aparece mais heterogêneo do que a brasileira, e são ressaltados em maior medida os aspectos biológicos que fazem parte do desenvolvimento do embrião. Vale salientar que, na amostra espanhola também se vinculou o embrião ao imaginário da maternidade. Em contrapartida, também esteve mais fortemente associado à gestação (embarazo), que diz respeito a um período do desenvolvimento humano, enquanto a amostra brasileira o embrião esteve atrelado, em suma, ao conceito de vida.

A Espanha é reconhecida internacionalmente por sua legislação pioneira em reprodução humana assistida, estabelecendo regulamentações desde 1988 para o uso de técnicas de reprodução assistida, incluindo a condição jurídica do embrião (Espanha, 1988; 2006). Essa legislação protege o embrião, embora de maneira menos intensa do que os indivíduos já nascidos, com sanções menos severas para infrações contra sua proteção (Schettini, 2015). Isso cria um ambiente favorável para pesquisas científicas envolvendo o embrião na sociedade espanhola, com foco principalmente em aspectos biológicos e no progresso científico.

Em contrapartida, no Brasil, ainda que exista uma legislação favorável ao desenvolvimento de pesquisas com embriões e a cultura de organismos geneticamente modificados (Brasil, 2005; CFM, 2017), o aborto permanece como uma prática criminalizada, vista como um atentado à vida do feto (Bomfim et al., 2021; Vieira et al., 2021). Destaca-se, aqui, que a Espanha possui uma legislação favorável à prática do aborto em quaisquer situações, e os conflitos éticos, sociais, religiosos e políticos sobre o início da vida humana têm na fecundação e/ou gestação os polos de conflitos principais (Carlos, 2019).

A primeira periferia é representada pelas palavras “*bebê*”, “*feto*”, “*aborto*”, “*células*”, “*útero*”, “*hijo*” e “*niño*¹⁸” e reforçam os aspectos que fazem ou podem fazer parte do desenvolvimento de uma gestação. Desse modo, o bebê apresenta-se como a materialização da gestação, ou seja, é o produto do desenvolvimento gestacional, assim como feto, filho (hijo) e criança (niño). Ademais, surge a palavra “aborto”, que é uma possibilidade para a mulher diante de uma gestação, independente do seu motivo.

Nessa direção, a zona de contraste aparece como um complemento à estrutura representacional. Os argumentos se manifestam nas seguintes palavras: “*nacimiento*”, “*decisión*”, “*amor*”, “*felicidad*”, “*desarrollo*”, “*conjunto de células*” e “*infante*”, “*cuerpo*¹⁹”. A maternidade, então, é vista como uma escolha, ou seja, estão implícitas as noções dos direitos sexuais e reprodutivos que têm o intuito de garantir informações e acesso aos métodos seguros e eficazes para o planejamento familiar, bem como para o regulamento da fertilidade e o direito de acesso aos serviços de cuidado com a saúde durante a gravidez e o parto (Organização Mundial da Saúde; OMS, 2013). A legalização do aborto é considerada importante nesse processo, pois oferece a opção de não prosseguir com a maternidade, reduzindo seu determinismo biológico e fortalecendo seu aspecto social (Carlos, 2019).

Estrutura representacional do *corpus* brasileiro e espanhol sobre o “aborto”

Do mesmo modo ao estudo anterior, foram realizadas comparações entre a estrutura evocada por participantes brasileiros e espanhóis, nesse momento, com relação ao conteúdo representacional acerca da palavra “aborto”. A Tabela 4 retrata esses resultados referentes aos dados do Brasil.

¹⁸ Bebê, Feto, Aborto, Células, Útero, Filho e Criança (tradução nossa).

¹⁹ Nascimento, Decisão, Amor, Felicidade, Desenvolvimento, Conjunto de células, Infantil e Corpo (tradução nossa).

Tabela 4.

Estrutura da representação social do embrião para os participantes brasileiros

Representação social do aborto para os participantes brasileiros					
Núcleo central			Primeira periferia		
$f \geq 7,5$ OME $\leq 2,79$			$f \geq 7,5$ OME $> 2,79$		
Evoc	f	OME	Evoc	F	OME
Morte	82	1.9	Vida	35	3.0
Escolha	40	2.6	Mulher	33	2.8
Direito	37	2.6	Saúde	33	3.1
Feto	25	2.5	Crime	32	2.8
Legislação	10	2.2	Liberdade	18	3.1
Interrupção	10	1.9	Assassinato	18	2.9
Decisão	9	2.1	Dor	17	3.1
			Tristeza	16	3.1
			Religião	14	3.4
Zona de contraste			Segunda periferia		
$f < 7,5$ OME $\leq 2,79$			$f < 7,5$ OME $> 2,79$		
Evoc	f	OME	Evoc	F	OME
Saúde pública	7	1.7	Fim	7	3.3
Sufrimento	6	2.7	Feminismo	7	3.4
Crueldade	6	2.7	Sociedade	6	4.0
Criança	6	2.2	Lei	5	3.4
Erro	5	2.0	Psicológico	5	3.6
Descriminalização	4	2.5	Tabu	5	3.2
Consciência	4	2.0	Procedimento	5	3.4
Necessidade	4	2.5			
Gestação	4	1.5			
Polêmica	3	1.7			

A Tabela 4, anteriormente exposta, segue a estrutura dos quatro quadrantes de como a amostra brasileira responde ao ser apresentada ao termo “aborto”, e se dividem de acordo com a frequência de 7,6 e OME de 2,89. O núcleo central apresenta as seguintes palavras: “morte”, “escolha”, “direito”, “feto”, “legalização”, “interrupção” e “decisão”. Observa-se que a primeira palavra associada ao aborto pelos respondentes brasileiros é “morte”, refletindo a conexão feita com o ato como uma violação à vida. Essa percepção está alinhada com o Código Penal brasileiro, que considera o aborto como crime contra a vida (Brasil,

1940), sendo este o principal argumento jurídico utilizado em casos de suspeita ou prática de aborto. A influência política e moral da Igreja Católica e o crescimento das igrejas pentecostais têm reforçado essa postura antiaborto no Brasil (Diniz, 2004).

Portanto, observa-se um conflito aparente com relação às demais palavras, que se fundamentam pelo viés da perspectiva dos direitos sexuais e reprodutivos. Nessa lógica, os argumentos sugerem que a legalização do aborto poderia contribuir para a redução da mortalidade materna, ressaltando, desse modo, a relevância do tema como uma questão de saúde pública (Morais et al., 2018). Sendo assim, a ilegalidade do aborto não impede sua realização, resultando em práticas clandestinas e desassistidas que aumentam o risco de sequelas e morte para milhares de mulheres no Brasil, gerando um impacto significativo na saúde pública (Cardoso et al., 2020). Diante desse cenário ambíguo, os participantes reforçam palavras que, por um lado, podem despontar para a prática de forma criminalizada, bem como, por outro lado, as mesmas palavras podem sugerir um debate de promoção à autonomia sexual e reprodutiva de assistência as mulheres em situação de aborto.

Do mesmo modo, a primeira periferia representa também uma ambiguidade em torno da prática, pois ainda que se apresentem palavras como “vida”, “mulher”, “saúde” e “liberdade”, o aborto também é representado como “crime”, “assassinato”, “dor”, “tristeza” e “religião”. Presume-se que esse conteúdo esteja relacionado à criminalização do aborto no Brasil, que continua sendo um tabu reforçado pelo imaginário social, religioso e legal (Menezes et al., 2020). Apesar das políticas nacionais de saúde que buscam promover a igualdade e o respeito, como as normas técnicas de prevenção e tratamento de agravos resultantes da violência sexual contra mulheres (Brasil, 1999) e de atenção humanizada ao aborto (Brasil, 2005), as demandas reprodutivas continuam sendo restritas e atribuídas principalmente às mulheres (Anjos et al., 2013). Como resultado, a maioria dos estudos sobre o aborto tende a associá-lo a sentimentos e experiências negativas, como culpa, tristeza,

ansiedade e medo. Entretanto, há também relatos de sentimento de alívio e libertação entre as mulheres que vivenciam essa experiência (Rebouças & Dutra, 2011).

Nessa sequência, a estrutura representacional sobre o aborto na sociedade brasileira resulta, em grande medida, de dois movimentos em torno da prática: o movimento “pró-vida”, formado pelos indivíduos que defendem a penalização ou a criminalização do aborto; e o “pró-escolha”, um movimento pelo direito ao aborto legal, seguro e gratuito (Rye & Underhill, 2020). Essa estrutura é reiterada pela zona de contraste ao indicar palavras como “saúde pública”, “sofrimento”, “crueldade”, “criança”, “erro”, “descriminalização”, “consciência”, “necessidade”, “gestação” e “polêmica”, ou seja, apresentam ideias contrárias acerca do posicionamento frente ao aborto, tanto concepções de favorabilidade quanto de criminalização.

Desse modo, o aborto permanece como uma questão pouco discutida devido às questões sociais e religiosas envolvidas diante da prática (Lima et al., 2020). Assim, a falta de conhecimento sobre a legalização do aborto contribui para a falta de apoio, impedindo uma abordagem integral e humanizada para as mulheres que buscam esse procedimento, perpetuando uma postura desfavorável por uma grande parte da população (Giugliani et al., 2019).

A respeito dos dados do *corpus* da amostra espanhola, os respondentes ao serem apresentados ao termo “aborto”, propuseram uma estrutura representacional dividida de acordo com a frequência de 6,6 e OME de 2,94, como indicado na Tabela 5.

Tabela 5.*Estrutura da representação social do aborto para os espanhóis*

Representação social do aborto para os espanhóis					
Núcleo central			Primeira periferia		
$f \geq 6,6$ OME $\leq 2,94$			$f \geq 6,6$ OME $> 2,94$		
Evoc	F	OME	Evoc	f	OME
Mujer	57	2.6	Vida	22	3.5
Decisión	55	2.4	Salud	13	3.8
Libertad	44	2.5	Tristeza	9	3.4
Muerte	41	2.7	Ley	9	3.8
Derecho	41	2.2	Miedo	9	3.2
Bebé	33	2.7	Lucha	9	3.7
Embarazo	28	2.8	Necesidad	9	3.1
			Clinica	9	3.6

Zona de contraste			Segunda periferia		
$f < 6,6$ OME $\leq 2,94$			$f < 6,6$ OME $> 2,94$		
Evoc	F	OME	Evoc	f	OME
Matar	6	1.3	Sufrimiento	6	3.7
Hombre	5	2.6	Responsabilidad	6	3.7
No deseado	4	2.0	Cuerpo	6	4.2
Gratuito	4	2.8	Oportunidad	6	3.7
Células	3	1.3	Polemica	5	3.4
Importante	3	2.7	Bienestar	5	3.6
Persona gestante	3	2.7	Niño	5	3.2
Perdida	3	2.7			
Fin	3	2.3			
Medicos	3	1.7			

O núcleo central concentra as palavras: “*mujer*”, “*decisión*”, “*libertad*”, “*muerte*”, “*derecho*”, “*bebe*” e “*embarazo*”²⁰. Essas evocações sugerem uma estrutura atrelada ao poder de decisão das mulheres com relação à gestação. O debate sobre o aborto envolve tanto defensores dos direitos dos fetos quanto dos direitos das mulheres. Perante este prisma, os direitos reprodutivos abordam a igualdade e a liberdade na esfera reprodutiva, enquanto os direitos sexuais tratam da igualdade e da liberdade no exercício da sexualidade (Silva et al., 2019). Dessa forma, o campo representacional da amostra espanhola parece reconhecer e

²⁰ Mulher, Decisão, Liberdade, Morte, Direito, Bebê e Gravidez (tradução nossa).

validar a defesa da liberdade sexual das mulheres como meio de garantir sua autonomia sobre sua vida reprodutiva, especialmente em relação ao desejo ou não de maternidade.

Nessa direção, a primeira periferia com as palavras “*vida*”, “*salud*”, “*tristeza*”, “*ley*”, “*miedo*”, “*lucha*”, “*necesidad*”, “*clinica*” e “*seguro*”²¹ ratifica e complementa a ideia manifesta no núcleo central. Em países como a Espanha, onde o aborto é legalizado, o direito internacional tem encorajado os Estados a permitir que as mulheres interrompam uma gravidez indesejada, respeitando suas convicções morais e religiosas, garantindo, assim, seu direito à dignidade (Faria et al., 2021). Dessa maneira, o aborto inseguro, principalmente entre mulheres vulneráveis, é considerado um problema de saúde pública, não de repressão penal.

A despeito do núcleo central, a zona de contraste revela palavras como “*matar*”, “*hombre*”, “*no deseado*”, “*gratuito*”, “*células*”, “*importante*”, “*personas gestantes*”, “*perdida*” e “*fin*”²². Isso demonstra que a questão continua a gerar mobilização social, ainda que seja uma pauta institucionalizada legalmente, especialmente por grupos antiaborto cristãos e/ou partidos democrata-cristãos (Fernández, 2011). Esses grupos defendem a vida humana desde a concepção e usam o modelo familiar para apoiar posições contrárias ao aborto (Marcos & Bachiller, 2010). Por isso, esses conteúdos destacam que, apesar da despenalização legal do aborto, a sociedade ainda mobiliza estruturas que tentam deslegitimar a prática, mesmo em nível social.

Considerações finais

Nesta pesquisa, foi observado que o contexto social de Brasil e Espanha resulta em diferentes representações sobre o embrião e o aborto, influenciando as discussões sobre igualdade de gênero. No Brasil, prevalecem argumentos focados no controle da vida e na

²¹ Vida, Saúde, Tristeza, Lei, Medo, Luta, Necessidade, Clínica e Seguro (tradução nossa).

²² Homem, Não desejado, Gratuito, Células, Pessoas gestantes, Perdida e Fim (tradução nossa).

defesa do feto, enquanto na Espanha destacam-se a autonomia da mulher e o direito à saúde. Essas divergências refletem não apenas as diferenças legislativas sobre a interrupção voluntária da gravidez, mas também os principais pontos de debate em cada país.

Destaca-se que a variável de religiosidade não foi considerada nas análises desses resultados. Sugere-se que estudos futuros abordem esses aspectos além do gênero, classe socioeconômica etc. Outra limitação diz respeito à amostra composta apenas por estudantes universitários, o que inviabiliza a generalização dos dados. Recomenda-se ampliar a amostra incluindo outros grupos populacionais, além de outros países da América Latina, como Nicarágua, Honduras e El Salvador, que têm legislações mais restritivas que o Brasil com relação ao aborto (Aguiar et al., 2018).

Ademais, considerando especificamente o cenário brasileiro, é importante investigar as representações sociais da população sobre diversas situações de aborto, como o aborto pós-estupro. Apesar de ter respaldo legal no Brasil, essas práticas ainda enfrentam penalização e estigmatização social. Propõe-se examinar como as crenças sexistas contribuem para a construção das representações do embrião e do aborto, bem como compreender como as legislações relacionadas a essas práticas são percebidas pelo senso comum e refletem os desejos e as opiniões do coletivo.

Referências

- Abric, J. C. (1976). *Jeux, conflits et représentations sociales*. Éditeur: inconnu.
- Abric, J. C. (2003). La recherche du noyau central et de la zone muette des représentations sociales. Em J. C. Abric (Org.), *Méthodes d'étude des représentations sociales* (pp. 59–80) Saint-Agne: ÉRÈS.
- Aguiar, B. H. K., da Silva, J. M., Libardi, M. B. O., de Andrade Passos, J., de Andrade, S. C., Parente, P. B. C., ..., & de Oliveira, A. M. I. (2018). A legislação sobre o Aborto nos

- Países da América Latina: uma Revisão Narrativa. *Comunicação Em Ciências Da Saúde*, 29(01), 36–44. <https://doi.org/10.51723/ccs.v29i01.133>
- Aléssio, R. L. D. S., Apostolidis, T., & Santos, M. D. F. D. S. (2008). Entre o aborto e a pesquisa: o embrião na imprensa brasileira. *Psicologia: reflexão e crítica*, 21(3), 455–463. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722008000300014>
- Aléssio, R. L. D. S., Apostolidis, T., Santos, M. D. F. D. S., & Dany, L. (2011). Représentations sociales et embryon humain: une étude comparative Brésil/France. *Les Cahiers internationaux de psychologie sociale*, 4(92), 371–395. <https://doi.org/10.3917/cips.092.0371>
- Anjos, K. F. D., Santos, V. C., Souza, R., & Eugênio, B. G. (2013). Aborto e saúde pública no Brasil: reflexões sob a perspectiva dos direitos humanos. *Saúde em Debate*, 37(98), 504–515.
- Barchifontaine, C. D. P. (2010). Bioética e início da vida. *Dignidade da vida humana. São Paulo: LTR*, 13.
- Barretto, V. D. P., & Lauxen, E. C. U. (2017). O marco inicial da vida humana: perspectivas ético-jurídicas no contexto dos avanços biotecnológicos. *Cadernos de Saúde Pública*, 33.
- Batista, C., & de Andrade, M. S. (2023). Concepções, historicidade e abordagens da teoria das representações sociais. *Contribuciones a las ciencias sociales*, 16(11), 24760–24776. <https://doi.org/10.55905/revconv.16n.11-001>
- Bomfim, V. V. B. S., Cavalcante, R. P., da Silva Lins, Á. M. P., Guimarães, C. D., da Silva Eberhardt, E., Krebs, V. A., Arruda, M. D. I. S., & da Costa Silva, L. (2021). Criminalização do aborto e a saúde pública no Brasil. *Research, Society and Development*, 10(9), e14210917601-e14210917601. <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i9.17601>

Bourguet, V. (2002). *O ser em gestação: reflexões bioéticas sobre o embrião humano*.

Edições Loyola.

Brasil. Presidência da República. Casa Civil. (1940). *Decreto-Lei n. 2.848, de 07 de dezembro de 1940*. Código Penal. Rio de Janeiro. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm

Brasil. Ministério da Saúde. (1999). *Norma técnica prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes*. Brasília: Ministério da Saúde. Brasília: Ministério da Saúde.

Brasil. Presidência da República. Casa Civil (2005). *Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005*. Regulamenta os incisos II, IV e V do parágrafo 1º do art. 225 da Constituição Federal e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 28 mar. 2005. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111105.htm

Brasil (2005). Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica de Saúde da Mulher. *Atenção humanizada ao abortamento: norma técnica*. Brasília.

Brasil (2012, 10 de janeiro). Ministério da Saúde. Portaria MS/GM nº 1.508, de 1 de setembro de 2005. Dispõe sobre o Procedimento de Justificação e Autorização da Interrupção da Gravidez nos casos previstos em lei, no âmbito do Sistema Único de Saúde.

Camargo, B. V., & Justo, A. M. (2013). IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas em psicologia*, 21(2), 513–518.
<https://doi.org/10.9788/TP2013.2-16>

- Cardoso, B. B., Vieira, F. M. D. S. B., & Saraceni, V. (2020). Aborto no Brasil: o que dizem os dados oficiais? *Cadernos de Saúde Pública*, 36(1), e00188718.
<https://doi.org/10.1590/01002-311X00188718>
- Carlos, P. P. D. (2019). Gênero, maternidade e direitos sexuais e reprodutivos. *Revista Jurídica Luso-Brasileira*, 5(1), 1747–1781.
- Conselho Federal de Medicina. (2017). Resolução CFM nº 2.168/2017: Normas éticas para a utilização das técnicas de reprodução assistida. Brasília, DF: Autor. Recuperado de https://sistemas.cfm.org.br/normas/arquivos/resolucoes/BR/2017/2168_2017.pdf
- Costa, L. L. A., Diniz, F. C. D. O. R., Torres, A. R. R., & Estramiana, J. L. Á. (2022). Representações Sociais da Mulher na Literatura Científica: uma Revisão Sistemática. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 22(3), 998–1020.
<https://doi.org/10.12957/epp.2022.69799>
- Damaceno, N. S., Marciano, R. P., & Menezes, N. R. C. D. (2021). As representações sociais da maternidade e o mito do amor materno. *Perspectivas em Psicologia*, 25(1), 199–224.
- Diniz, D. (2004). Abortion in Brazilian bioethics. *Cambridge Quarterly of Healthcare Ethics*, 13(3), 275–279. <https://doi.org/10.1017/S0963180104133112>
- Diniz, D., & Almeida, M. D. (1998). Bioética e aborto. *Iniciação à Bioética*. Brasília: Conselho Federal de Medicina, 125–137.
- Eagly, A. H., & Wood, W. (2012). Social role theory. *Handbook of theories in social psychology*, 2, 458–476. <https://doi.org/10.4135/9781446249222.n49>
- Espanha. Gobierno de España. Agencia Estatal Boletín Oficial del Estado. (1988). *Ley 35/1988, de 22 de noviembre*. Sobre técnicas de reproducción asistida. Boletín Oficial Del Estado, Madrid, n. 282, 24 nov. 1988.
http://www.congresso.es.constituicion/ficheiros/leyes/espa/l_03_5_1988.pdf

- Espanha. (2006). Ley 14/2006, de 26 de mayo, sobre técnicas de reproducción humana asistida. *Boletín Oficial del Estado*, número 126, de 27/05/2006. BOE-A-2006-9292. Recuperado de <https://www.boe.es/eli/es/l/2006/05/26/14/con>
- Espanha. Gobierno de España. Agencia Estatal Boletín Oficial del Estado. (2023). *Ley Orgánica 1/2023, de 28 de febrero, por la que se modifica la Ley Orgánica 2/2010, de 3 de marzo, de salud sexual y reproductiva y de la interrupción voluntaria del embarazo* [en línea]. BOE (Boletín oficial del Estado): 02 de marzo del 2023. [Consulta: 29 de marzo de 2023]. www.boe.es/buscar/act.php?id=BOE-A-2023-5364
- Estramiana, J. L. Á., & Ruiz, B. F. (2006). Representaciones sociales de la mujer. *Athenea Digital. Revista de pensamiento e investigación social*, (9), 65–77.
- Faria, D. D. S. C., Silva, L. S. O., Leahy, L. L. G., Viana, M. P. C. F., Tourinho, L. D. O. S., & de Azevedo, F. L. A. (2021). As perspectivas dos direitos humanos sobre aborto e saúde pública no Brasil: uma revisão narrativa. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, 13(12), e9297-e9297. <https://doi.org/10.25248/reas.e9297.2021>
- Fernández, S. A. (2011). El movimiento antiabortista en la España del siglo XXI: el protagonismo de los grupos laicos cristianos y su alianza de facto con la Iglesia católica. *Revista de estudios políticos*, (154), 11–39.
- França, D., Santos, M. D. F. S., Apostolidis, T., dos Santos Aléssio, R. L., & Sousa, Y. S. O. (2023). Edição genética de embrião humano: uma perspectiva psicossocial. *Inovação & Desenvolvimento: A revista da FACEPE*, 1(10).
- Giugliani, C., Ruschel, A. E., Silva, M. C. B. D., Maia, M. N., & Oliveira, D. O. P. S. D. (2019). O direito ao aborto no Brasil e a implicação da Atenção Primária à Saúde. *Revista brasileira de medicina de família e comunidade*. 14(41), 1791–1804. [https://doi.org/10.5712/rbmfc14\(41\)1791](https://doi.org/10.5712/rbmfc14(41)1791)

- Jodelet, D. (2002). Les représentations sociales dans le champ de la culture. *Social science information*, 41(1), 111–133. <https://doi.org/10.1177/0539018402041001008>
- Kottow, M. (2005). A bioética do início da vida. In FR. Schram & M. Braz (Eds.), *Bioética e saúde: novos tempos para mulheres e crianças?* (pp. 19-38). Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ. Criança, mulher e saúde collection. ISBN: 978-85-7541-540-5. <https://doi.org/10.747/9788575415405>.
- Liang, P., Xu, Y., Zhang, X., Ding, C., Huang, R., Zhang, Z., Lv, J., Xie, X., Chen, Y., Li, Y., Sun, Y., Bai, Y., Songyang, Z., Ma, W., Zhou, C., & Huang, J. (2015). CRISPR/Cas9-mediated gene editing in human tripronuclear zygotes. *Protein & cell*, 6(5), 363–372. <https://doi.org/10.1007/s13238-015-0153-5>
- Lima, K. J., Pinto, F. J. M., Carvalho, F. H. C., Linard, C. F. B. M., Santos, F. C. R. D., Teófilo, F. K. S., & Nunes, G. P. (2020). Atenção ao abortamento em instituições hospitalares da rede SUS de Fortaleza, Ceará. *Cadernos Saúde Coletiva*, 28, 77–86. <https://doi.org/10.1590/1414-462X202028010297>
- Marcos, L. R., & Bachiller, C. R. (2010). Embriones, no nacidos y otras especies: una coreografía de los límites de la vida humana. *Athenea Digital: revista de pensamiento e investigación social*, (19), 29–50. <https://doi.org/10.5565/rev/athenead/v0n19.777>
- Menezes, G., Aquino, E. M., Fonseca, S. C., & Domingues, R. M. S. M. (2020). Aborto e saúde no Brasil: desafios para a pesquisa sobre o tema em um contexto de ilegalidade. *Cadernos de Saúde Pública*, 36, e00197918. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00197918>
- Missa, J. N. (2000). Le statut de l'embryon in vitro: terminologie et approche philosophique. In Y. Englert & A. Van Orshoven (Eds.), *L'embryon humain in vitro* (pp. 15–28). Bruxelles, Belgium: De Boeck & Larcier.

- Moizéis, H. B. C., Torres, A. R. R., & Estramiana, J. L. A. (2024). Representações sociais sobre o início da vida humana: uma análise dos elementos textuais do Brasil e Espanha. *Boletim Conjuntura (BOCA)*, 17(50), 232-254.
<https://doi.org/10.5281/zenodo.10644816>
- Morais, E. R. C. D., Santos, M. D. F. D. S., & Aléssio, R. L. D. S. (2021). La Controversia del Aborto: Reflexiones Teórico-Metodológicas sobre una Representación no Autónoma. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 21(3), 869–888.
<http://dx.doi.org/10.12957/epp.2021.62688>.
- Morais, E. R. C., dos Santos Aléssio, R. L., de Siqueira Coelho, L., & da Cunha Pontes, J. L. (2018). Aborto e bioética no jornal Folha de São Paulo. *Revista Psicologia em Pesquisa*, 12(1), 1–10. <https://doi.org/10.24879/201800120010089>
- Moscovici, S. (1961). La Représentation Sociale de la Psychanalyse. *Bulletin de psychologie*, 14(194), 807–810.
- Moscovici, S. (2017). *A Psicanálise, sua imagem e seu público*. Petrópolis: Vozes
- Organização Mundial da Saúde. (2013) Abortamento seguro: orientação técnica e de políticas para sistemas de saúde. 2 ed. OMS.
- Pacheco, A. C. V. (2015). Despenalização do aborto e saúde pública no Brasil. *Direito-Florianópolis*, 1, 1–66.
- Rebouças, M. S. S., & Dutra, E. M. D. S. (2011). Não nascer: algumas reflexões fenomenológico-existenciais sobre a história do aborto. *Psicologia em Estudo*, 16, 419–428.
- Rye, B. J., & Underhill, A. (2020). Pro-choice and pro-life are not enough: an investigation of abortion attitudes as a function of abortion prototypes. *Sexuality & Culture*, 24(6), 1829–1851. <https://doi.org/10.1007/s12119-020-09723-7>

- Santos, M. D. F. D. S., Eskinazi, R. H., Apostolidis, T., & Dany, L. (2023). Gene editing of the human embryo: tensions and controversies among scientists. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 40, e210091. <https://doi.org/10.1590/1982-0275202340e210091>
- Schettini, B. (2015). *O tratamento jurídico do embrião humano no ordenamento brasileiro*. Editora Ouro Preto.
- Sequeiros, I. T., & Bento, R. (2013). Estatuto do embrião: início de vida. *Percursos*.
- Silva, J. G., Branco, J. G. D. O., Vieira, L. J. E. D. S., Brilhante, A. V. M., & Silva, R. M. D. (2019). Direitos sexuais e reprodutivos de mulheres em situação de violência sexual: o que dizem gestores, profissionais e usuárias dos serviços de referência?. *Saúde e Sociedade*, 28, 187–200. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902019180309>
- Smok, C., Roa, I., Prieto, R., & Rojas, M. (2018). Transitando de embrión a feto: la metamorfosis de los cordados. *International Journal of Morphology*, 36(2), 709–715. <http://dx.doi.org/10.4067/S0717-95022018000200709>
- Souza, M. A. R. D., Wall, M. L., Thuler, A. C. D. M. C., Lowen, I. M. V., & Peres, A. M. (2018). O uso do software IRAMUTEQ na análise de dados em pesquisas qualitativas. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 52, e03353. <https://doi.org/10.1590/S1980-220X2017015003353>
- Suppes, A. (2020). Do women need to have children in order to be fulfilled? A system justification account of the motherhood norm. *Social Psychological and Personality Science*, 11(7), 999–1010. <https://doi.org/10.1177/1948550620909728>
- Vieira, L. T. Q., Leite, P. M., de Paiva, A. M., Falone, V. E., & do Amaral, W. N. (2021). O aborto sobre a perspectiva bioética. *Revista Bioética CREMEGO*, 3(1), 27–30.
- Vinson, E., Apostolidis, T., Dos Santos Aléssio, R., De Souza Santos, M. & Dany, L. (2022). Chapitre 6. Révisions des lois de bioéthique et recherche sur l’embryon humain: une

analyse psychosociale des États Généraux de la Bioéthique. *Journal international de bioéthique et d'éthique des sciences*, 33, 75–93. <https://doi.org/10.3917/jibes.333.0075>

Wachelke, J., Wolter, R., & Rodrigues Matos, F. (2016). Efeito do tamanho da amostra na análise de evocações para representações sociais. *Liberabit*, 22(2), 153–160.

Wolter, R. (2018). The structural approach to social representations: Bridges between theory and methods. *Psico-USF*, 23, 621–631. <https://doi.org/10.1590/1413-82712018230403>

Wolter, R., Oliveira, F. D. C., Peixoto, Á., & Santin, T. R. (2023). Estrutura e dimensões representacionais da graduação em psicologia para seus estudantes: experiências, conhecimentos e temores. *Avances en Psicología Latinoamericana*, 41(1). <https://doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/apl/a.10118>

SEÇÃO III - BRASIL

A comparação entre Brasil e Espanha revela uma dicotomia marcante no entendimento sobre o início da vida humana e os direitos reprodutivos. No Brasil, há uma ênfase no controle da vida e da proteção do feto, associados ao espectro político de direita, enquanto na Espanha prevalece a autonomia da mulher e o direito à saúde, alinhados à perspectiva de esquerda. Essas diferenças se estendem ao *status* do embrião, onde no Brasil há uma carga simbólica atribuída à vida, considerando o embrião como uma entidade autônoma, enquanto na Espanha se destacam principalmente os aspectos biológicos do desenvolvimento humano.

No que diz respeito ao aborto, no Brasil ainda se associa predominantemente à criminalização, enquanto na Espanha o debate centra-se no poder de decisão da mulher. Essas divergências fundamentais conduzem a dois eixos argumentativos distintos: no Brasil se baseia principalmente na defesa do feto, enquanto na Espanha se defende o direito de decisão e de escolha da mulher. Tais polarizações se refletem nos diferentes cenários legislativos em relação aos direitos sexuais e reprodutivos, especialmente no que diz respeito ao aborto. Embora a Espanha tenha sido reconhecida ao longo do século XX como um país avançado em termos dos direitos das mulheres, com legislação favorável à prática do aborto, o Brasil enfrenta contradições, mantendo a criminalização da prática, exceto em casos de gestação decorrente de violência sexual, risco de vida materna ou feto anencéfalo.

Diante desse contexto, torna-se evidente que os dados brasileiros destacam uma ênfase no nascituro em detrimento da mulher, seja por questões jurídicas, morais, religiosas, entre outras. Isso levanta o questionamento central que impulsionou a proposição do terceiro

artigo realizado exclusivamente no Brasil: em que medida uma mulher grávida em decorrência de uma violência sexual será culpabilizada pela violência por ela sofrida quando decide realizar uma IVG em comparação àquelas que decidem levar a gravidez a termo?

Artigo 3: Dois pesos e duas medidas: uma análise dos desfechos gestacionais na culpabilização secundária de uma vítima de violência sexual²³

²³ Este artigo encontra-se submetido à revista Psicologia e Saber Social. Para esta tese, utilizamos a versão estendida do manuscrito.

Dois pesos e duas medidas: uma análise dos desfechos gestacionais na culpabilização secundária de uma vítima de violência sexual

Double standards: an analysis of gestational outcomes in the secondary blame of a victim of sexual violence

Dos pesos y dos medidas: un análisis de los resultados gestacionales en la culpabilización secundaria de una víctima de violencia sexual

Heloísa Bárbara Cunha Moizéis¹

Ana Raquel Rosas Torres¹

José Luis Álvaro Estramiana²

¹Universidade Federal da Paraíba;

²Universidad Complutense de Madrid

Author Note

Heloísa Bárbara Cunha Moizéis:  <https://orcid.org/0000-0003-0477-8410>

Ana Raquel Rosas Torres:  [https:// Orcid.org/0000-0002-3161-0309](https://Orcid.org/0000-0002-3161-0309)

José Luis Álvaro Estramiana:  [https:// Orcid.org/0000-0002-3017-0305](https://Orcid.org/0000-0002-3017-0305)

E-mail address of the corresponding author: heloisabarbara96@gmail.com

Mailing address: CCHLA / UFPB, Federal University of Paraíba. Campus - Jardim Cidade Universitária, João Pessoa - PB, 58033-455.

Resumo

Este estudo buscou analisar o impacto de diferentes desfechos gestacionais no nível de culpabilização de uma vítima de violência sexual. Três estudos foram realizados para abordar essa questão. O primeiro envolveu 133 participantes ($M=25.29$; $DP=9.14$) e investigou como as condições propostas (aborto, gravidez a termo e controle) afetaram o nível de culpabilização da vítima. O segundo, com 161 participantes ($M=28.44$; $DP=10.01$), examinou como o Sexismo Benevolente (SB) previu diferentes níveis de culpabilização da vítima por meio de uma ANCOVA ($F(2, 153) = 9,89, p < .001$). Para os participantes com uma alta adesão ao SB, observou-se uma menor culpabilização da vítima na condição de gravidez a termo em comparação com a condição de aborto ($p < 0,001$) e a condição controle ($p < 0,001$). O terceiro estudo, com 173 participantes ($M=27.10$; $DP=9.43$), analisou as justificativas dos participantes diante da culpabilização atribuída a vítima pela violência sexual, considerando as condições em que a vítima optou por uma interrupção voluntária da gravidez (IVG) ou levar a gravidez a termo. Foi adotada, para este estudo, a abordagem societal de Doise para as representações sociais, utilizando como ancoragem psicossocial, o SB. Realizou-se por meio do *software* Iramuteq uma análise de Classificação Hierárquica Descendente (CHD). Os resultados sugeriram o aparecimento de quatro classes, e entre essas classes, percebeu-se que o SB se relaciona à culpabilização da vítima e associa-se às justificações de danos. Em conjunto, esses dados demonstram que ainda que o aborto em situações de violência sexual seja legalizado, a sociedade segue, em algum grau, estigmatizando a sua prática.

Palavras-chave: violência sexual; aborto legal; sexismo; representação social

Abstract

This study aimed to analyze the impact of different pregnancy outcomes on the level of victim-blaming in cases of sexual violence. Three studies were conducted to address this issue. The first involved 133 participants ($M=25.29$; $SD=9.14$) and investigated how proposed conditions (abortion, full-term pregnancy, and control) affected the level of victim-blaming. The second, with 161 participants ($M=28.44$; $SD=10.01$), examined how Benevolent Sexism (BS) predicted different levels of victim-blaming through ANCOVA ($F(2, 153) = 9.89$, $p < .001$). For participants with high adherence to BS, lower victim-blaming was observed in the full-term pregnancy condition compared to the abortion condition ($p < 0.001$) and the control condition ($p < 0.001$). The third study, with 173 participants ($M=27.10$; $SD=9.43$), analyzed participants' justifications for victim-blaming in cases of sexual violence, considering whether the victim opted for voluntary termination of pregnancy (VTP) or carried the pregnancy to term. For this study, Doise's societal approach to social representations was adopted, using BS as a psychosocial anchoring point. A Descending Hierarchical Classification (DHC) analysis was conducted using the Iramuteq software. The results suggested the emergence of four classes, and among these classes, it was noticed that BS relates to victim-blaming and is associated with justifications of harm. Taken together, these data demonstrate that even though abortion in cases of sexual violence may be legalized, society continues, to some extent, to stigmatize its practice.

Keywords: sex offenses; abortion legal; sexism; social representation

Resumen

Este estudio tuvo como objetivo analizar el impacto de diferentes resultados de embarazo en el nivel de culpabilización de la víctima en casos de violencia sexual. Se realizaron tres estudios para abordar esta cuestión. El primero involucró a 133 participantes ($M=25.29$; $DE=9.14$) e investigó cómo las condiciones propuestas (aborto, embarazo a término y control) afectaron el nivel de culpabilización de la víctima. El segundo, con 161 participantes ($M=28.44$; $DE=10.01$), examinó cómo el Sexismo Benevolente (SB) predijo diferentes niveles de culpabilización de la víctima a través de un ANCOVA ($F(2, 153) = 9.89$, $p < .001$). Para los participantes con una alta adherencia al SB, se observó una menor culpabilización de la víctima en la condición de embarazo a término en comparación con la condición de aborto ($p < 0.001$) y la condición de control ($p < 0.001$). El tercer estudio, con 173 participantes ($M=27.10$; $DE=9.43$), analizó las justificaciones de los participantes para la culpabilización de la víctima en casos de violencia sexual, considerando si la víctima optó por la interrupción voluntaria del embarazo (IVE) o llevó el embarazo a término. Para este estudio, se adoptó el enfoque societal de Doise para las representaciones sociales, utilizando el SB como punto de anclaje psicosocial. Se llevó a cabo un análisis de Clasificación Jerárquica Descendente (CHD) utilizando el software Iramuteq. Los resultados sugirieron la aparición de cuatro clases, y entre estas clases, se observó que el SB se relaciona con la culpabilización de la víctima y se asocia con justificaciones de daño. En conjunto, estos datos demuestran que aunque el aborto en casos de violencia sexual puede estar legalizado, la sociedad continúa, hasta cierto punto, estigmatizando su práctica.

Palabras-clave: delitos sexuales; aborto legal; sexismo; representación social

Introdução

A violência sexual é uma das diversas formas de violência enfrentadas pelas mulheres na contemporaneidade. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (WHO, 2002), a violência sexual engloba uma diversidade de atos sexuais ou tentativas de obtenção sexual, incluindo investidas ou comentários sexuais indesejáveis contra a sexualidade de uma pessoa, utilizando coerção, independentemente de sua relação com a vítima e em qualquer contexto social. Em escala global, estudos indicam que 35% das mulheres ao redor do mundo já foram vítimas de algum tipo de violência sexual em algum momento de suas vidas, tornando sua incidência uma questão de saúde pública (WHO, 2019).

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública, que compila os dados sobre a violência sexual, indica que o ano de 2023 registrou o maior número de estupros na história, totalizando 74.930 casos, com um aumento de 8,2% em relação a 2021. Dentro desse total, 88,7% das vítimas eram do sexo feminino; 56,8% pretas e pardas; 61,3% das vítimas tinham até 13 anos de idade; e o agressor era conhecido em 77,2% dos casos (Fórum Brasileiro de Segurança Pública [FBSP], 2023).

Diante desse panorama, além das consequências físicas desencadeadas por esse tipo de violência, as vítimas também enfrentam o medo e o julgamento, sendo culpabilizadas pelo que sofreram. Nota-se que os estudos têm consistentemente indicado que o grau de atribuição de culpa à vítima pode ser influenciado por diversas variáveis relacionadas à situação de violência, como o consumo de álcool (Angelone et al., 2018), o tipo de vestimenta (Landström et al., 2016), a cor da pele (Linhares et al., 2023) e o tipo de relacionamento com o agressor (Milesi et al., 2020).

A respeito do relacionamento com o agressor, estudos fazem uma distinção entre estupro por desconhecidos *versus* conhecidos. O primeiro refere-se a uma agressão sexual perpetrada por alguém que a mulher não conheceu previamente, enquanto o segundo envolve

agressões por alguém conhecido, abrangendo desde indivíduos recém-conhecidos até parceiros e/ou cônjuges (Grubb & Turner, 2012). A partir disso, as pesquisas indicam que as vítimas que têm algum grau de conhecimento com o agressor, em qualquer situação, tendem a ser mais culpabilizadas do que aquelas que são vítimas de estupro por desconhecidos (Gravelin et al., 2019).

Destaca-se também que, além da violência direta infligida à vítima, as consequências mais comuns decorrentes do estupro incluem estresse pós-traumático, abuso de substâncias, tentativa ou consumação do suicídio, depressão, comportamentos de risco, gravidez indesejada, entre outros (Nunes & Moraes, 2017; Souza et al., 2012). Pode-se considerar que a gestação indesejada e forçada pela agressão sexual é entendida pela maioria das mulheres como uma segunda expressão da violência, que as mobiliza na busca legítima pelo aborto legal (Pedroso et al., 2021).

Sabe-se que o Código Penal brasileiro (1940) permite a realização legal do aborto em duas circunstâncias: quando há risco de vida para a gestante e quando a gravidez é resultado de um estupro. Além disso, em 2012, uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) adicionou a possibilidade de interrupção em casos de anencefalia. Nessas três situações, a pessoa que busca o procedimento não requer autorização judicial, nem a realização de Boletim de Ocorrência para ter acesso à interrupção legal da gestação ([IVG] Decreto-Lei nº 2.848, 1940; STF, 2012).

Não obstante, mesmo com a legalidade frente ao aborto em casos de gravidez resultante de violência sexual, a ameaça, incluindo a promessa de morte, é destacada como o principal meio intimidatório do agressor para perpetrar a violência sexual (Bessa et al., 2019). Nota-se que a resistência aos procedimentos e cuidados disponíveis no sistema de saúde pode ser influenciada pela proximidade com o agressor, expondo as mulheres a constrangimentos, intimidações ou ameaças (Drezzett & Pedroso, 2012).

Desse modo, parte expressiva das mulheres teme receber tratamento inquisitório ou julgador, bem como a possibilidade de que o serviço de saúde divulgue a violência sexual para a polícia sem o seu consentimento (Santos, 2019). Neste sentido, Pimentel et al. (2020) observaram que a probabilidade da mulher desistir do aborto legal era duas vezes maior quando a vítima conhecia o agressor. Dessa forma, as disparidades nas relações de gênero contribuem para normalizar e ocultar a violência contra a mulher, endossando a ideia de subalternidade (Drezzett & Pedroso, 2012).

Sexismo ambivalente: analisando as dimensões de hostilidade e benevolência

Nessa lógica, o sexismo ambivalente emerge como um sistema de controle coordenado e em confluência com o patriarcado, no qual os homens detêm um poder social e político desproporcional em relação às mulheres, juntamente com a diferenciação dos papéis de gênero e a interdependência entre mulher e homem (Bareket & Fiske, 2023). A Teoria do Sexismo Ambivalente ([TSA]; Glick & Fiske, 1996) defende que o sexismo compreende duas ideologias distintas, mas complementares: o Sexismo Hostil (SH) e o Sexismo Benevolente (SB). Cada uma dessas dimensões estão associadas a um conjunto de atitudes que legitimam e endossam a dominação masculina em relação às mulheres.

O Sexismo Hostil (SH) refere-se à ideia de inferioridade das mulheres, concebendo-as como sedutoras com o objetivo de dominar os homens, seja por meio da sexualidade ou do feminismo (Glick & Fiske, 2001). Em contraste, o Sexismo Benevolente (SB) expressa a discriminação de forma sutil, sugerindo que as mulheres são fracas em relação aos homens e, portanto, necessitam de mais cuidados (Glick & Fisk, 2001). O SB serve como base para a manifestação do sexismo hostil, recompensando a subordinação das mulheres e penalizando aquelas que desafiam a desigualdade de gênero (Glick, 2019; Glick & Fiske, 1996).

Nesse seguimento, a adesão às ideias do SB aparece como uma dimensão ativa no processo de culpabilização da mulher vítima de violência sexual (Rollero & Tartaglia, 2019).

Os dados indicam que indivíduos que endossam pontuações elevadas em SB tendem a se opor ao aborto terapêutico (quando a gravidez é decorrente de uma violência sexual), enquanto o SH não prevê de forma consistente atitudes negativas, tendo em vista que se apresenta um caso em que não há “promiscuidade” sexual da mulher (Duerksen & Lawson, 2017; Osborne & Davies, 2009; 2012). Esses resultados ressaltam a concepção do sexismo benevolente acerca da importância do papel da maternidade atribuído na vida de uma mulher (Chrisler et al., 2014).

Teoria das representações sociais: o estudo da abordagem societal de Doise

A manutenção de uma determinada representação da mulher tem sido necessária para naturalizar processos que são essencialmente sociais, fazendo com que sejam percebidos como elementos inerentes à biologia feminina (Estramiana & Ruiz, 2006). Logo, essas representações assumem uma dualidade marcante de temas tradicionalmente ligados ao feminino, como a maternidade e a prostituição. Dessa forma, as representações apresentam uma ambivalência que reflete a complexidade da realidade social, influenciando a concepção do que é considerado o “lugar de mulher” na sociedade (Costa et al., 2022).

As representações sociais, para essa definição, formam-se na vida grupal e nas interações diárias dos sujeitos, influenciando nos processos de construção do pensamento social (Vala & Castro, 2013). A persistente ideia de que a realização feminina está ligada à maternidade, destacada por Suppes (2020), afeta significativamente o bem-estar subjetivo de homens e mulheres. Diante disso, adota-se o modelo teórico de Doise et al. (1992) para analisar as representações sociais sob uma perspectiva societal, considerando como os sistemas de crenças compartilhadas influenciam a organização e o funcionamento cognitivo.

Desse modo, utiliza-se o sistema de crenças do Sexismo Benevolente para compreender os princípios organizadores dos conteúdos representacionais, bem como as variações de atitudes nas tomadas de posição. Segundo Doise et al. (1992), essas variações

nas representações sociais ocorrem por meio das ancoragens, que se dividem em ancoragem psicológica, relacionada ao posicionamento individual em atitudes ou valores; ancoragem psicossociológica, vinculada à percepção das relações sociais entre grupos e, de maneira mais geral, à estrutura social; e a ancoragem sociológica, referente à afiliação específica dos indivíduos a grupos e às suas relações e experiências sociais compartilhadas (Spini & Doise, 1998).

Baseadas nessas considerações, este artigo teve como objetivos: a) examinar o impacto das crenças sexistas benevolentes na culpabilização de uma vítima de violência sexual com diferentes desfechos gestacionais (gravidez a termo, IVG e controle, em que a vítima não apresenta desfecho gestacional); b) analisar as justificativas dos participantes frente à violência sexual nos desfechos gestacionais de gravidez a termo e IVG). As justificativas foram avaliadas usando a abordagem societal de Doise et al. (1992), centrando-se na ancoragem psicossociológica do sexismo ambivalente, com ênfase na sua dimensão benevolente. Três estudos foram conduzidos para esse fim, de modo que os dois primeiros são, principalmente, quantitativos, e o terceiro adotou uma abordagem mista, pois combinou métodos quantitativos e qualitativos.

Método

Estudo 1. Efeito da manipulação experimental na culpabilização de uma vítima de violência sexual

Este estudo testou a hipótese (H1) de que o nível de culpabilização de uma vítima de violência sexual varia de acordo com a tomada de decisão diante de uma gravidez decorrente de estupro. Desse modo, a manipulação experimental testou o impacto das condições então propostas no estudo (condição de aborto, condição de gravidez a termo e condição controle) no nível de culpabilização da vítima pela violência sexual sofrida.

Amostra

A amostra foi composta por 133 participantes, com idade variando de 18 a 58 anos ($M=25,29$; $DP=9,14$), sexo feminino (55,6%), classe-média (45,9), solteira (71,4%) e católica (42,9%). A amostra foi não-probabilística por conveniência. A análise de sensibilidade *post-hoc* para efeitos fixos, especiais, principais e interações em Análise de variância (ANOVA) usando GPower 3.1.9 (Faul, Erdfelder, Lang, & Buchner, 2007), com $\alpha = 0,05$, numerador $df = 1$ e três grupos, mostrou que tínhamos 80% de chance de detectar um efeito principal ou de interação tão pequeno como $f = 0.25$.

Instrumentos

O questionário iniciava apresentando o seguinte cenário de violência sexual:

Quadro 1

Cenário da violência sexual

Maria é uma jovem de 27 anos que trabalha em uma empresa renomada no mercado de trabalho. Maria e Pedro são colegas de profissão e se conhecem há cerca de três anos. A empresa em que ambos trabalham realizou uma festa de comemoração dos seus 10 anos. Ao final da festa, Pedro se ofereceu para deixar Maria em seu apartamento e, chegando ao local, ainda no carro, começaram a conversar e trocar alguns beijos. Após algumas investidas de Pedro, Maria tentou afastar-se e pediu que Pedro parasse. Maria ainda tentou sair do carro, porém foi impedida. Pedro a pegou com força e continuou beijando-a até consumir o ato...”

A partir desse ponto, existiam dois finais para a história relatada:

a) “...Após dois meses, Maria comprou um teste de gravidez e descobriu que estava grávida. Mesmo considerando toda a situação, Maria decidiu levar a sua gravidez adiante, ainda que Pedro não a tenha procurado após o ocorrido.”;

b) “...Após dois meses, Maria comprou um teste de gravidez e descobriu que estava grávida. Considerando toda a situação, Maria decidiu interromper sua gravidez, realizando um aborto, visto que Pedro não a procurou após o ocorrido.”

Na condição controle, havia apenas o relato da situação de violência sexual, sem nenhum desfecho gestacional.

Em seguida, os participantes tinham que responder a seguinte questão, em formato *Likert* de 7 pontos (1 a 7, o que corresponde, respectivamente, a nada culpada e totalmente culpada): “*Em que medida você considera Maria culpada da violência por ela sofrida?*”. Ademais, os participantes responderam um conjunto de questões contendo dados sociodemográficos (idade, sexo, religião, estado civil e classe socioeconômica).

Procedimentos de coleta de dados

A coleta de dados ocorreu tanto *online*, por meio da distribuição de *links* do *SurveyMonkey* em plataformas digitais (*Facebook* e *e-mails*), quanto presencialmente, através de aplicação coletiva em salas de aula. Em ambas as situações, os participantes foram informados sobre o propósito da pesquisa. O projeto recebeu aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da UFPB, com o número de protocolo CAAE 46273121.4.0000.5188.

Procedimentos de análise

A análise foi conduzida no *software* SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*), versão 20. Para comparar as condições experimentais, empregamos uma ANOVA e consideramos a culpabilização da vítima como variável dependente (VD). A variável independente (VI) consistiu nos desfechos gestacionais decorrentes da violência sexual, que incluíram a gravidez a termo, a IVG e a condição de controle.

Resultados

Realizou-se uma análise de variância (ANOVA), na qual especificamos a culpabilização da vítima como variável dependente e as condições experimentais, citadas

acima, como variáveis independentes. Os resultados indicaram que não houve diferenças significativas entre as condições manipuladas no que se refere à culpabilização ($p=0,21$). No entanto, os resultados apontaram que as médias para a culpabilização na condição controle ($M=1,15$) e condição aborto ($M=1,31$) foram maiores em detrimento da condição da gravidez a termo ($M=1,09$). Vale destacar que, de maneira geral, a amostra apresentou níveis baixos de culpabilização frente à violência sexual sofrida pela vítima, que se estende também para as diferenças de médias dos cenários então propostos.

Estudo 2. Impacto das crenças sexistas na culpabilização de uma vítima de violência sexual com diferentes desfechos gestacionais

O estudo utiliza condições experimentais semelhantes ao estudo anterior, entretanto, tem como objetivo principal analisar em que medida o SB prevê diferentes níveis de culpabilização da vítima. Na presente análise, as seguintes hipóteses foram examinadas: H2 – uma alta adesão ao SB resultará em uma maior culpabilização da vítima que optou pela IVG em comparação com aquela que leva a gravidez a termo; e H2a – uma alta adesão ao SB resultará em uma maior culpabilização da vítima de violência sexual sem desfecho gestacional em comparação com aquelas que levam a gravidez a termo.

Nesse sentido, essas hipóteses foram construídas considerando que a dimensão do SB é empregada como um preditor mais eficaz da culpabilização da vítima de violência sexual em comparação ao SH, especialmente em cenários que envolvem o aborto pós-estupro (Begun & Walls, 2015; Huang et al., 2016).

Amostra

Definimos o tamanho da amostra por meio do programa GPower 3.1.9, conforme os procedimentos de Faul et al. (2007). Foram necessários pelo menos 161 participantes obter uma probabilidade de 80% de detectar efeitos principais e de interação ($p = 0,05$). Desse modo, participaram 161 sujeitos, com idade entre 18 e 65 anos ($M=28,44$; $DP=10,01$), sendo

50,9% do sexo feminino; 43,5% pertencentes à classe média; 75,2% solteiras e 37,9% sem filiação religiosa. Utilizamos uma amostra não-probabilística por conveniência, com delineamento entre participantes, e a designação dos participantes para cada condição foi feita de forma aleatória.

Instrumentos

Os instrumentos empregados neste estudo incluíram os mesmos cenários da pesquisa anterior. Além disso, foi utilizada a medida de Sexismo Ambivalente, desenvolvida por Glick e Fiske (1996) e adaptada para o Brasil por Formiga et al. (2002). Essa escala é composta por 22 itens, divididos igualmente entre 11 de Sexismo Hostil ([SH] por exemplo, “mulheres atraem sexualmente e depois rejeitam os homens”) e 11 de Sexismo Benevolente (por exemplo, “mulheres têm pureza que poucos homens possuem”). No entanto, para este estudo, foram considerados apenas os itens relacionados à dimensão de SB. Os participantes responderam a esses itens em uma escala tipo *Likert* de 7 pontos, variando de 1 (discordo totalmente) a 7 (concordo totalmente). Também foram fornecidos pelos participantes dados sociodemográficos, como sexo, idade, religião, estado civil e classe socioeconômica. O processo de coleta de dados foi igual ao do estudo anterior.

Procedimentos de Análise

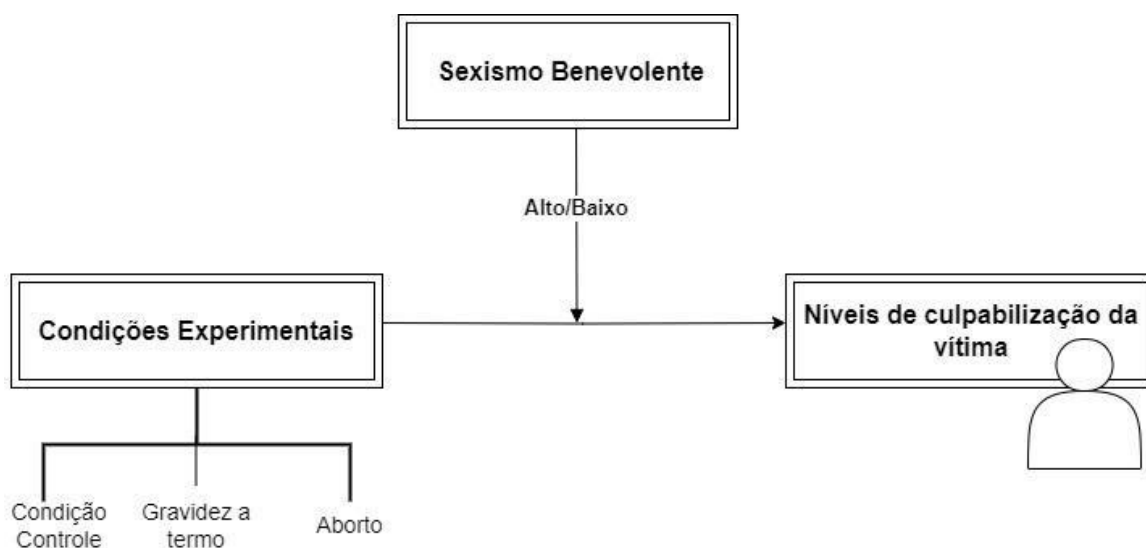
As análises foram conduzidas também com o auxílio do *software* SPSS. Uma Análise de covariância (ANCOVA) fatorial foi realizada, utilizando o Sexismo Ambivalente, especialmente o SB, como covariável. O objetivo foi testar a hipótese de que o SB atua como moderador na culpabilização da vítima de violência sexual, considerando os diversos desfechos gestacionais em casos de gravidez decorrente de violência sexual, nesse caso, a IVG e a gravidez a termo.

Resultados

A partir da análise de uma ANCOVA fatorial, testamos a hipótese de que o SB é responsável por prever diferentes níveis de culpabilização da vítima. O modelo teórico utilizado para analisar essa relação está ilustrado na Figura 4.

Figura 4.

Modelo teórico de interação com o Sexismo Benevolente

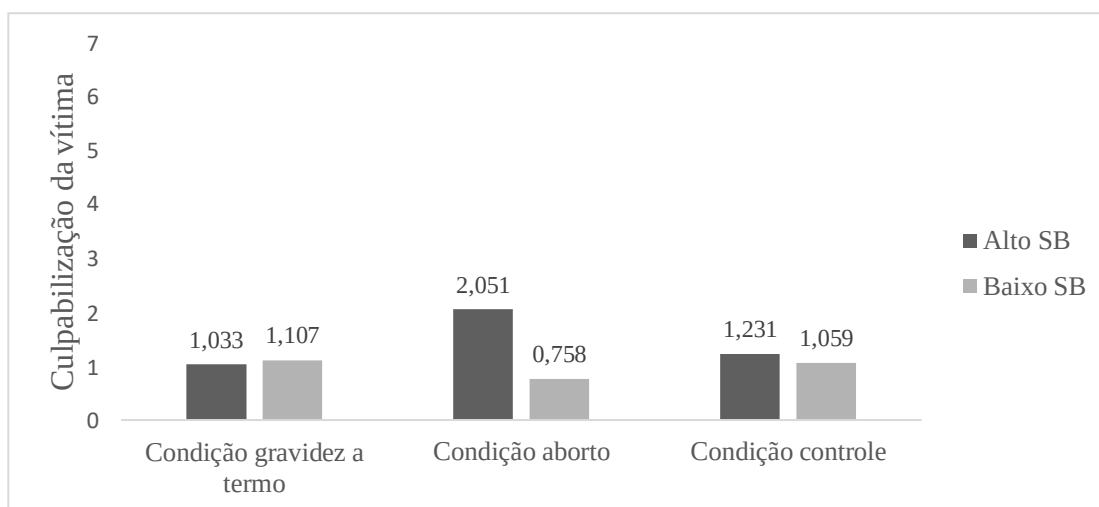


Fonte: elaborado pela própria autora (2023)

As análises indicaram um efeito significativo da interação entre as condições do estudo e o Sexismo Benevolente ($F(2, 153) = 9,89, p < .001$). Para participantes com alta adesão ao SB, observou-se diferença significativa nas médias, evidenciando menor culpabilização da vítima na condição de gravidez a termo em comparação com a condição de aborto ($p < 0,001$) e a condição controle ($p < 0,001$) na Figura 2. No entanto, para aqueles com baixa adesão ao SB, não houve diferença significativa entre as médias. Em resumo, a atitude sexista, em sua dimensão benevolente influenciou a percepção de culpabilização, destacando-se em contextos específicos, vide os cenários utilizados no estudo.

Figura 5.

Culpabilização da vítima em função da interação entre características da vítima e sexo do observador



Fonte: dados da pesquisa elaborado pelo própria autora (2023)

Estudo 3. Análise das justificativas acerca da culpabilização de uma vítima de violência sexual com base nos seus desfechos gestacionais

Participantes

Participaram desse estudo 173 sujeitos, destes, 98 mulheres (56,6%) com idades variando entre 18 e 64 anos ($M=27,10$; $DP=9,43$). Para a condição de gravidez a termo, a amostra foi constituída por 81 participantes, enquanto a amostra participante da condição de aborto, foram 92 sujeitos.

Instrumento

Os cenários utilizados foram os mesmo do estudo anterior. Pedia-se, no entanto, aos participantes que justificassem seu posicionamento frente à situação de violência sexual. As respostas a essa pergunta constituíram o *corpus* aqui analisado: “*Em que medida você considera Maria culpada pela violência por ela sofrida? Justifique sua resposta*”. Para esse estudo, foram analisadas somente as condições em que a vítima decidiu: a) levar a gravidez a termo e b) realizar uma IVG. Importante ressaltar que as justificativas foram analisadas

considerando o sexismo benevolente como uma ancoragem psicossocial. Assim, as respostas a essa pergunta compuseram o *corpus* submetido à análise.

Procedimentos de Análise

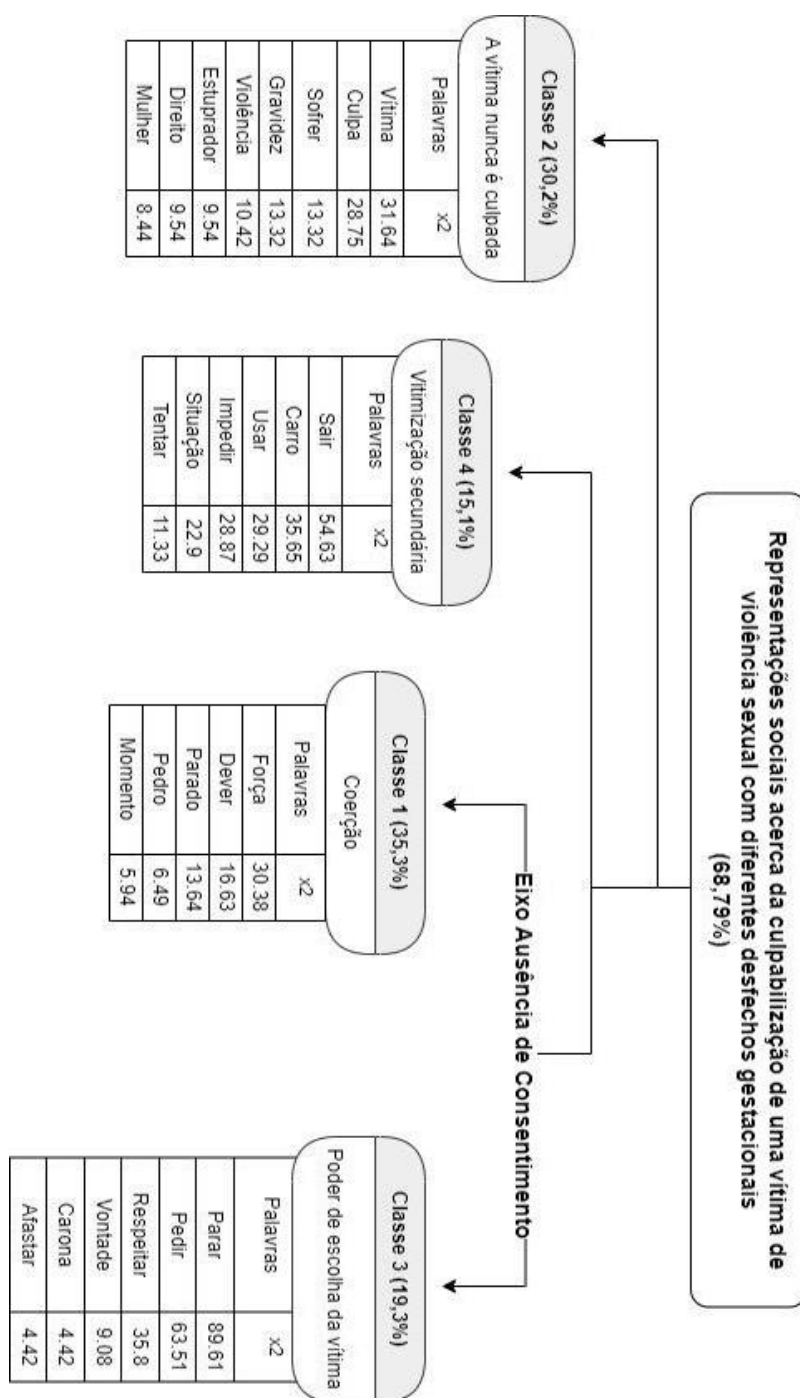
Os dados foram analisados com o auxílio do *Software* Iramuteq, por meio do Método *Reinert* de classificação de segmentos de texto. Esse método extrai um panorama lexical ao calcular a coocorrência de palavras em um segmento de texto, organizando-as hierarquicamente em classes de palavras (Camargo & Justo, 2018). A interpretação dos resultados é conduzida mediante a reconstrução do significado das classes de palavras pelo pesquisador. Nesse seguimento, foi realizada uma análise de Classificação Hierárquica Descendente (CHD) para os cenários utilizados na pesquisa, utilizando a condição do desfecho gestacional e o sexismo benevolente como variáveis de ancoragem psicossocial.

Concepções gerais da população acerca da culpabilização de uma vítima de violência sexual com diferentes desfechos gestacionais

Foram realizadas análises com as justificativas dadas pelos participantes e os dados apontaram a existência de três eixos norteadores que organizaram os conteúdos da amostra. O *corpus* original foi retido em 68,79%. As classes que compõem cada eixo foram descritas seguindo a ordem apresentada na CHD e foram nomeadas de acordo com a interpretação dos segmentos de texto. Dentro de cada uma das classes, as palavras foram apresentadas em ordem decrescente pelo valor de qui-quadrado (χ^2) e, portanto, da associação das palavras às classes. Nota-se também que cada palavra tem um valor p associado e apenas os vocábulos estatisticamente significativos ($p \leq 0,05$) foram considerados e incluídos no dendrograma (Figura 6).

Figura 6.

Classificação Hierárquica Descendente das justificativas acerca da culpabilização de uma vítima de violência sexual com diferentes desfechos gestacionais



Fonte: dados da pesquisa elaborado pela própria autora (2023)

A Figura 3 do dendrograma indicou a existência de quatro classes distintas. Nesse dendrograma, observa-se: o título atribuído a cada uma das classes seguido dos graus de

representatividade de cada classe em porcentagem, bem como as palavras de maior associação com a respectiva classe. Os eixos e as classes se desenharam da seguinte forma;

A Classe 2 versa sobre a ideia de que “A vítima nunca é culpada” e constitui 30,25% do conteúdo textual. Nesta classe, estiveram mais presentes participantes da condição em que a vítima decide realizar um aborto ($\chi^2=3,6$; $p=0,05$) e os que apresentaram um endosso moderado ao SB ($\chi^2=3,9$; $p<0,05$). Dentro dessa categoria, observa-se uma responsabilização e culpabilização ao perpetrador. Os sujeitos apontam que “ela foi estuprada e a culpa de um estupro é sempre do estuprador apenas” (participantes 99, 52 anos) ou ainda “Maria foi vítima de abuso e cabe a ela decidir manter ou não a gravidez” (participantes 13, 25 anos).

Dando continuidade, a Classe 4, intitulada “Vitimização secundária”, compreende 15,3% do *corpus*, e os participantes associados a essa classe demonstram uma alta adesão ao sexismo benevolente ($\chi^2=7,5$; $p<0,05$). Os conteúdos dessas justificativas atribuem uma responsabilização da violência sexual à vítima “Maria poderia tentar usar táticas de intimidação ou tentar golpear Pedro em pontos estratégicos para sua legítima defesa. Dependendo da eficácia dos esforços, Maria poderia investir em contornar a reação violenta de Pedro” (Participante 03, 18 anos) e ainda, do mesmo modo “ela se deixou levar” (Participante 11, 25 anos).

Por fim, o eixo “Ausência de consentimento” é formado pela Classe 1 – “Coerção” – e pela Classe 3 – “Poder de escolha da vítima”. As justificativas fornecidas destacam o emprego de força física pelo perpetrado como meio de dar continuidade à violência sexual, juntamente à violação do poder de escolha da vítima, o qual não foi respeitado. Desse modo, observa-se nesse eixo o foco é atribuído ao perpetrador da violência, enquanto nas classes anteriores o conteúdo representacional esteve centrado na vítima.

A Classe 1, “Coerção”, configura 35,1% do *corpus* textual e é representado pela condição em que a vítima decide levar a gravidez adiante ($\chi^2=3,23$; $p=0,07$). Os conteúdos

das justificativas apontam que o perpetrador agiu de forma coercitiva ao forçar o ato sexual, mesmo diante da falta de desejo ou consentimento evidente por parte da vítima, como “na minha opinião, Pedro forçou o ato acontecer, mesmo sem Maria desejar. Isso configura estupro e Pedro deveria ser penalizado perante lei” (Participante 21, 26 anos). Do mesmo modo, “ela não foi culpada pelo ocorrido pelo fato de que ela tentou afastar Pedro, mesmo assim, ele continuou. Então foi algo forçado por Pedro” (Participante 54, 20 anos).

Já a Classe 3 – “Poder de escolha da vítima” – compõe 19,3% do conteúdo representacional das justificativas e não apresenta nenhuma ancoragem associada. A classe destaca a importância do respeito ao consentimento em interações íntimas, bem como ressalta a ideia de que o consentimento pode ser revogado a qualquer momento e que a falta de respeito a essa revogação é considerada uma violência sexual: “A partir do momento em que ela pediu para que ele parasse, ele é totalmente culpado pelo ato que consumou. Mesmo que no início ela tenha consentido os beijos, mas ele não respeitou a vontade dela de ir adiante, então ela não tem culpa alguma do ocorrido” (Participante 47, 30 anos) e ainda “No momento em que ela se negou e pediu para parar, daí pra frente foi abuso” (Participante 07, 36 anos).

Discussão

A violência de gênero, especialmente na expressão de violência sexual, demonstra de forma contundente a manifestação da desigualdade de gênero, pois subjuga a vítima em sua totalidade, afetando não apenas o corpo, mas também sua autonomia (Braga et al., 2014). À vista disso, este artigo examinou como as crenças sexistas influenciam na culpabilização de vítimas de violência sexual, considerando diferentes resultados gestacionais e percepções sociais. Três estudos foram conduzidos para esse fim. O Estudo 1 investigou o impacto de diferentes condições experimentais na culpabilização da vítima. No Estudo 2, foi analisada a relação entre o Sexismo Benevolente (SB) e a culpabilização da vítima. Por fim, o Estudo 3 examinou as justificativas dos participantes para a culpabilização, especialmente relacionadas

às crenças sexistas benevolentes. Os resultados, em geral, ofereceram suporte parcial às hipóteses propostas.

No Estudo 1, os dados não confirmaram a H1, que afirmava que as diferentes condições experimentais influenciavam na culpabilização da vítima de violência sexual. Na verdade, o que se observou foi uma diminuta culpabilização da vítima em todos dos cenários experimentais, com uma média levemente maior de culpabilização para o cenário em que a vítima realizava um aborto, mas que não apresentou uma diferença significativa. Embora os estudos, em maior medida, apontem que nas situações em que as vítimas conhecem seu perpetrador da violência estas são mais culpabilizadas, esse cenário não foi previsto neste trabalho (Van der Bruggen & Grubb, 2014).

Além disso, no contexto da violência, acredita-se que, quando a gravidez resulta de violência sexual, os participantes tendem a culpar menos a vítima. Além disso, o aborto é legalmente amparado nessas circunstâncias, o que torna a decisão da vítima mais aceitável socialmente, mesmo que haja discordância em relação à prática (Instituto Patrícia Galvão & Instituto Locomotiva, 2022)²⁴. Pimentel et al. (2020) indicam que metade das mulheres com gravidez decorrente de violência sexual optam pelo aborto legalmente permitido, enquanto 32% aceitam a gravidez. Isso sugere que a decisão de abortar é comum e, portanto, mais socialmente aceita.

Por outro lado, existem variáveis que podem influir no posicionamento frente ao aborto, como é o caso do SB. Para isso, foi realizado um segundo estudo analisando o impacto dessa variável na culpabilização da vítima. Nesse seguimento, os resultados do Estudo 2 apontaram que a dimensão do SB prevê a culpabilização de uma vítima de violência sexual e que essa culpabilização é maior quando ocorre uma gravidez decorrente de estupro e

²⁴ Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/percepcoes-sobre-direito-ao-aborto-em-caso-de-estupro/>

a vítima decide uma IVG, confirmando a H2. Denota-se que, nessas situações, é consenso que o SB impacta positivamente nas atitudes negativas frente ao aborto (Huang et al., 2014; Osborne & Davies, 2009; 2012). Entretanto, a H2a, foi corroborada parcialmente, pois ainda que a condição em que a vítima decidisse levar a gravidez a termo tenha apresentado o menor nível de culpabilização, a diferença de média não foi significativa quando comparada a condição sem desfecho gestacional.

A percepção idealizada da maternidade para a dimensão do SB faz com que os indivíduos que endossam essa dimensão se oponham à autonomia das mulheres em papéis reprodutivos (Rye & Underhill, 2020). Desse modo, os estereótipos em torno da maternidade parecem estar menos relacionados ao apoio ao aborto, independente do motivo, seja ele fruto de uma violação ou não. Portanto, essas crenças sexistas moldam o apoio das pessoas em relação ao direito ao aborto, considerando ainda um conjunto mais amplo de atitudes sobre os direitos sexuais e reprodutivos.

Nessa lógica, o Estudo 3 foi proposto com o intuito de investigar os conteúdos dos sujeitos acerca da culpabilização da violência sexual para os cenários de gravidez a termo e interrupção voluntária da gravidez (IVG). De maneira geral, os participantes apresentaram justificativas que culpabilizavam unicamente o perpetrador da violência como responsável pela situação. À vista disso, os participantes com alto nível de SB forneceram avaliações rigorosas para os perpetradores de violência sexual; entretanto, as avaliações também se relacionam com a culpabilização da vítima e com as justificativas dos danos. Nesse sentido, o SB desempenha o papel de ancoragem psicossociológica, uma vez que influencia na percepção dos indivíduos sobre as dinâmicas e estruturas sociais, muitas vezes, perpetuando a desigualdade de gênero (Doise et al., 1993).

No contexto dos crimes contra a dignidade sexual, o direito penal brasileiro frequentemente culpa as vítimas por não resistirem à agressão, demonstrando uma

dificuldade em reconhecer o “não” da mulher como expressão de seu desacordo (Schulhofer, 2016). O consentimento pode ser retirado a qualquer momento, inclusive durante o ato sexual, por meio de uma recusa verbal que reflete à vontade anteriormente estabelecida. No entanto, muitos agressores, impulsionados pelo desejo de dominação, ignoram os sinais de negação e interpretam o “não” como um “sim”, incluindo o uso de força física ou coerção para consumação do ato (Santana, 2023).

É importante notar que, quando a vítima opta por realizar um aborto, os participantes expressaram argumentos ambíguos sobre essa decisão. Muitos indivíduos estão em conflito devido a valores contraditórios relacionados à prática do aborto (Albertson et al., 2005). Em situações em que a violência sexual resulta em gravidez, o estigma social é evidente na crença de que as mulheres naturalmente desejam a maternidade, negando, assim, a possibilidade de uma mulher fazer uma escolha consciente e experimentar sentimentos positivos em relação ao aborto. Esse pensamento reflete um tipo de paternalismo que procura restringir a liberdade reprodutiva das mulheres sob a justificativa de protegê-las de emoções negativas e exploração (Duerksen & Lawson, 2017).

Além disso, o aborto é frequentemente retratado como prejudicial às mulheres, sugerindo que elas são coagidas, enganadas e posteriormente se arrependem de suas decisões, colocando os defensores das restrições ao aborto como supostos protetores das mulheres. Esse argumento parte do pressuposto de que as mulheres são incapazes de tomar decisões reprodutivas de maneira informada (Allen, 2015). No entanto, estudos indicam que a maioria das mulheres experimenta baixos níveis de arrependimento após o aborto e sentimentos neutros ou positivos em relação à decisão sobre o aborto ao longo do tempo (Rocca et al., 2013; Rocca et al., 2015). Devido à recente emergência de um discurso psicologizado sobre o aborto, são necessárias mais pesquisas para compreender os fundamentos desse discurso dentro das políticas do aborto.

Considerações finais

Os estudos sobre esse tema são cruciais, pois as crenças internalizadas sobre os papéis de gênero têm um impacto significativo no acesso aos direitos sexuais e reprodutivos, como indicado pelo controle da natalidade (Gothreau et al., 2022). Essas crenças distorcem questões de gênero e perpetuam desigualdades. Assim, compreender o impacto dos diferentes resultados gestacionais na culpabilização da vítima pela violência sexual é fundamental para combatê-la. Essa compreensão pode facilitar a disseminação segura de informações e o desenvolvimento de políticas públicas que garantam o acesso aos serviços de saúde e incentivem as vítimas a denunciarem a violência. No entanto, há limitações inerentes à realização desses estudos, dada a complexidade das variáveis que influenciam na percepção da culpabilização da vítima nos cenários de aborto legal no Brasil. Portanto, sugere-se que estudos futuros investiguem outros cenários relacionados à prática do aborto legal, como casos de risco de vida materna e fetos anencéfalos. Além disso, é importante explorar e discutir variáveis que reforçam estereótipos de gênero e crenças sobre sexualidade, como maternidade compulsória e mitos da maternidade.

Referências

- Albertson, B., Brehm, J., Alvarez, R.M. (2005). Ambivalence as Internal Conflict. In: Craig, S.C., & Martinez, M.D. (eds) *Ambivalence and the Structure of Political Opinion*. Palgrave Macmillan. https://doi.org/10.1057/9781403979094_2
- Allen, M. (2015). Narrative diversity and sympathetic abortion: What online storytelling reveals about the prescribed norms of the mainstream movements. *Symbolic Interaction*, 38(1), 42–63. <https://doi.org/10.1002/symb.135>
- Angelone, D. J., Marcantonio, T., & Melillo, J. (2018). An Evaluation of Adolescent and Young Adult (Re)Victimization Experiences: Problematic Substance Use and

Negative Consequences. *Violence Against Women*, 24(5), 586–602.

<https://doi.org/10.1177/1077801217710001>

Bareket, O., & Fiske, S. T. (2023). A systematic review of the ambivalent sexism literature:

Hostile sexism protects men's power; benevolent sexism guards traditional gender roles. *Psychological Bulletin*, 149(11-12), 637–698.

<https://doi.org/10.1037/bul0000400>

Begun, S., & Walls, N. E. (2015). Pedestal or Gutter: Exploring Ambivalent Sexism's Relationship with Abortion Attitudes. *Affilia*, 30(2), 200–215.

<https://doi.org/10.1177/0886109914555216>

Bessa, M. M. M., Drezett, J., Adami, F., Araújo, S. D. T. D., Bezerra, I. M. P., & Abreu, L. C. D. (2019). Characterization of adolescent pregnancy and legal abortion in situations involving incest or sexual violence by an unknown aggressor. *Medicina*, 55(8), 474.

<https://doi.org/10.3390/medicina55080474>

Bohnenberger, M., & Bueno, S. (2021). Os registros de violência sexual durante a pandemia de covid-19. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, 15, 230–255.

Braga, A. G. M., Angotti, B., & Matsuda, F. E. (2014). Das violências reais e simbólicas: violência sexual contra as mulheres no Brasil. *Boletim IBCCRIM*, 254, 7–8. http://p-web01.mp.rj.gov.br/Informativos/caovd/2014/marco_abril/01_IBCCRIM_Violencias_sexuais.pdf

Brasil. Ministério da Saúde. (2012). *Portaria MS/GM nº 1.508, de 1 de setembro de 2005*.

Dispõe sobre o Procedimento de Justificação e Autorização da Interrupção da Gravidez nos casos previstos em lei, no âmbito do Sistema Único de Saúde.

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2005/prt1508_01_09_2005.html

- Brasil. Presidência da República. Casa Civil. (1940). *Decreto-Lei n. 2.848, de 07 de dezembro de 1940*. Código Penal. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm
- Camargo, B. V., & Justo, A. M. (2018). Tutorial para uso do software IRaMuTeQ (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires). *Laboratório de Psicologia Social de Comunicação e Cognição – UFSC*. <http://iramuteq.org/documentation/fichiers/tutoriel-portugais-22-11-2018>
- Chrisler, J. C., Gorman, J. A., Marván, M. L., & Johnston-Robledo, I. (2014). Ambivalent sexism and attitudes toward women in different stages of reproductive life: A semantic, cross-cultural approach. *Health care for women international*, 35(6), 634–657. <https://doi.org/10.1080/07399332.2012.740113>
- Costa, L. L. A., Diniz, F. C. D. O. R., Torres, A. R. R., & Estramiana, J. L. Á. (2022). Representações Sociais da Mulher na Literatura Científica: uma Revisão Sistemática. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 22(3), 998–1020. <https://doi.org/10.12957/epp.2022.69799>
- Doise, W., Clémence, A., Lorenzi-Cioldi, F., & Bourdieu, P. (1992). *Représentations sociales et analyses de données*. Presses Universitaires de Grenoble.
- Drezett, J., & Pedroso, D. (2012). Aborto e violência sexual. *Ciência e Cultura*, 64(2), 35–38. <http://dx.doi.org/10.21800/S0009-67252012000200015>
- Duerksen, K. N., & Lawson, K. L. (2017). “Not brain-washed, but heart-washed”: A qualitative analysis of benevolent sexism in the anti-choice stance. *International journal of behavioral medicine*, 24(6), 864–870. <https://doi.org/10.1007/s12529-017-9633-8>

- Estramiana, J. L. Á., & Ruiz, B. F. (2006). Representaciones sociales de la mujer. *Athenea Digital. Revista de pensamiento e investigación social*, 9, 65–77.
<https://www.redalyc.org/pdf/537/53700905.pdf>
- Faul, F., Erdfelder, E., Lang, A. G., & Buchner, A. (2007). G* Power 3: A flexible statistical power analysis program for the social, behavioral, and biomedical sciences. *Behavior research methods*, 39(2), 175–191. <https://doi.org/10.3758/BF03193146>
- Formiga, N. S., Golveia, V. V., & Santos, M. N. D. (2002). Inventário de sexismo ambivalente: sua adaptação e relação com o gênero. *Psicologia em estudo*, 7(1), 103–111. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722002000100013>
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2020). 14º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. <https://forumseguranca.org.br/anuario-14/>
- Glick, P. (2019). Gender, sexism, and the election: Did sexism help Trump more than it hurt Clinton?. *Politics, Groups, and Identities*. 7(3). 713–123.
<https://doi.org/10.1080/21565503.2019.1633931>
- Glick, P., & Fiske, S. T. (1996). The Ambivalent Sexism Inventory: Differentiating hostile and benevolent sexism. *Journal of Personality and Social Psychology*, 70(3), 491–512.
<https://doi.org/10.1037/0022-3514.70.3.491>
- Glick, P., & Fiske, S. T. (2001). Ambivalent sexism. *Advances in experimental social psychology*, 33, 115–188. [https://doi.org/10.1016/S0065-2601\(01\)80005-8](https://doi.org/10.1016/S0065-2601(01)80005-8)
- Glick, P., & Fiske, S. T. (2011). Ambivalent Sexism Revisited. *Psychology of Women Quarterly*, 35(3), 530–535. <https://doi.org/10.1177/0361684311414832>
- Gothreau, C., Arceneaux, K., & Friesen, A. (2022). Hostile, Benevolent, Implicit: How Different Shades of Sexism Impact Gendered Policy Attitudes. *Frontiers in Political Science*, 4, 817309. <https://doi.org/10.3389/fpos.2022.817309>

- Gravelin, C. R., Biernat, M., & Bucher, C. E. (2019). Blaming the victim of acquaintance rape: Individual, situational, and sociocultural factors. *Frontiers in psychology*, 9, 2422. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2018.02422>
- Grubb, A., & Turner, E. (2012). Attribution of blame in rape cases: A review of the impact of rape myth acceptance, gender role conformity and substance use on victim blaming. *Aggression and violent behavior*, 17(5), 443–452. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2012.06.002>
- Huang, Y., Davies, P. G., Sibley, C. G., & Osborne, D. (2016). Benevolent Sexism, Attitudes Toward Motherhood, and Reproductive Rights: A Multi-Study Longitudinal Examination of Abortion Attitudes. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 42(7), 970–984. <https://doi.org/10.1177/0146167216649607>
- Huang, Y., Osborne, D., Sibley, C. G., & Davies, P. G. (2014). The precious vessel: Ambivalent sexism and opposition to elective and traumatic abortion. *Sex Roles*, 71(11), 436–449. <https://doi.org/10.1007/s11199-014-0423-3>
- Instituto Patrícia Galvão & Instituto Locomotiva. (2022). Percepções sobre direito ao aborto em caso de estupro. <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/percepcoes-sobre-direito-ao-aborto-em-caso-de-estupro/>
- Landström, S., Strömwall, L. A., & Alfredsson, H. (2016). Blame attributions in sexual crimes: Effects of belief in a just world and victim behavior. *Nordic Psychology*, 68(1), 2–11. <https://doi.org/10.1080/19012276.2015.1026921>
- Linhares, L. V., Torres, A. R. R., de Lucena, A. K. V., & de Napolis, N. S. C. (2023). Blaming the Black Victim: the Victim's Skin Color and Belief in a Just World. *Trends in psychology*, 31(1), 1–15. <https://doi.org/10.1007/s43076-021-00134-7>
- Milesi, P., Süssenbach, P., Bohner, G., & Megías, J. L. (2020). The interplay of modern myths about sexual aggression and moral foundations in the blaming of rape

- victims. *European Journal of Social Psychology*, 50(1), 111–123.
<https://doi.org/10.1002/ejsp.2622>
- Nunes, M. C. A., & Morais, N. A. D. (2017). Pregnancy resulting from sexual violence: systematic review of the literature. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 69(2), 88–103.
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672017000200007&lng=pt&tlng=en
- Osborne, D., & Davies, P. G. (2009). Social dominance orientation, ambivalent sexism, and abortion: Explaining pro-choice and pro-life attitudes. In Palcroft, L. B., & Lopez, M. V. *Personality assessment: New research* (pp. 309–320). Nova Science Publishers.
- Osborne, D., & Davies, P. G. (2012). When Benevolence Backfires: Benevolent Sexists' Opposition to Elective and Traumatic Abortion. *Journal of Applied Social Psychology*, 42(2), 291–307. <https://doi.org/10.1111/j.1559-1816.2011.00890.x>
- Pedroso, D., Juliano, Y., Souza, P. C. D., & Ferreira, J. D. (2021). Gravidez decorrente de violência sexual: Caracterização sociodemográfica das mulheres e desfechos do aborto em um serviço público de referência, São Paulo, Brasil. *Latin American Journal of Development*, 3(3), 1455–1471. <https://doi.org/10.46814/lajdv3n3-035>
- Pimentel, R. M. M., Ferreira, J. D., Macedo Junior, H., Andreoni, S., & Souza e Silva, R. (2020). Desistência do abortamento de gestação decorrente de violência sexual: o papel do agressor sexual. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, 30(2), 170–178. <https://doi.org/10.7322/jhgd.v30.10363>
- Rocca, C. H., Kimport, K., Gould, H., & Foster, D. G. (2013). Women's emotions one week after receiving or being denied an abortion in the United States. *Perspectives on Sexual and Reproductive Health*, 45(3), 122–131. <https://doi.org/10.1363/4512213>
- Rocca, C. H., Kimport, K., Roberts, S. C., Gould, H., Neuhaus, J., & Foster, D. G. (2015). Decision rightness and emotional responses to abortion in the United States: A

- longitudinal study. *PloS one*, 10(7), e0128832.
<https://doi.org/10.1371/journal.pone.0128832>
- Rollero, C., & Tartaglia, S. (2019). The effect of sexism and rape myths on victim blame. *Sexuality & Culture*, 23(1), 209–219. <https://doi.org/10.1007/s12119-018-9549-8>
- Rye, B. J., & Underhill, A. (2020). Pro-choice and pro-life are not enough: an investigation of abortion attitudes as a function of abortion prototypes. *Sexuality & Culture*, 24(6), 1829–1851. <https://doi.org/10.1007/s12119-020-09723-7>
- Santana, M. C. T. (2023). *Stealth como violência de gênero: os limites do consentimento e a possibilidade jurídica do aborto por analogia in bonam partem* [Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal de Uberlândia].
<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/37672>
- Santos, D. L. A. D. (2019). *Mulheres na busca pelo aborto legal: rota crítica percorrida e necessidades em saúde suscitadas* [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo].
<https://doi.org/10.11606/T.83.2020.tde-24022021-094400>
- Schulhofer, S. J. (2016). Consent: What it means and why it's time to require it. *The University of the Pacific Law Review*, 47(4), 665–681.
<https://scholarlycommons.pacific.edu/uoplawreview/vol47/iss4/7>
- Souza, F. B. C., Drezett, J., de Cássia Meirelles, A., & Ramos, D. G. (2012). Aspectos psicológicos de mulheres que sofrem violência sexual. *Reprodução & Climatério*, 27(3), 98–103. <https://doi.org/10.1016/j.recli.2013.03.002>
- Spini, D., & Doise, W. (1998). Organizing principles of involvement in human rights and their social anchoring in value priorities. *European journal of social psychology*, 28(4), 603–622. [https://doi.org/10.1002/\(SICI\)1099-0992\(199807/08\)28:4<603::AID-EJSP884>3.0.CO;2-P](https://doi.org/10.1002/(SICI)1099-0992(199807/08)28:4<603::AID-EJSP884>3.0.CO;2-P)

- Suppes, A. (2020). Do women need to have children in order to be fulfilled? A system justification account of the motherhood norm. *Social Psychological and Personality Science*, 11(7), 999–1010. <https://doi.org/10.1177/1948550620909728>
- Vala, J., & Castro, P. (2013). Pensamento social e representações sociais. In. Vala, J., Monteiro, M. B. *Psicologia social* (9ª ed., pp. 569–602). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Van der Bruggen, M., & Grubb, A. (2014). A review of the literature relating to rape victim blaming: An analysis of the impact of observer and victim characteristics on attribution of blame in rape cases. *Aggression and violent behavior*, 19(5), 523–531. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2014.07.008>
- World Health Organization. (2002). *Sexual violence: world report on violence and health*. https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/42495/9241545615_eng.pdf?sequence=1
- World Health Organization. (2019). *Violence against women: intimate partner and sexual violence against women*. <https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/329889/WHO-RHR-19.16-eng.pdf?ua=1>

Discussão geral

A presente tese teve como objetivo analisar as representações sociais sobre o “início da vida humana”, abrangendo o contexto tanto do Brasil quanto da Espanha. Essa análise conduziu às reflexões sobre a natureza do embrião humano e os direitos do nascituro, conectando-se de maneira intrínseca com o conceito de dignidade humana (Leal et al., 2019). Além disso, explorou-se a construção das representações relacionadas aos objetos sociais "embrião" e "aborto", os quais refletem sobre o estatuto do nascituro e os avanços tecnocientíficos contemporâneos, assim como questões legais e éticas envolvendo a manipulação de embriões e o aborto (Barretto & Lauxen, 2017). Este estudo parte de uma análise teórica que propõe uma interligação entre as representações sociais sobre o início da vida humana e a persistente desigualdade de gênero, a qual influencia a vida das mulheres em diversos aspectos, neste caso, no que diz respeito aos direitos e à justiça sexual e reprodutiva.

As concepções acerca do estatuto do embrião humano são diversas e variam desde considerá-lo como uma pessoa com direitos morais até uma entidade biológica utilizada com objeto científico, implicando em questões éticas relacionadas ao aprimoramento da espécie humana, incluindo características genéticas, físicas, entre outras (Barchifontaine, 2010). As diferentes atribuições de propriedades ao embrião humano levantam questionamentos sobre o momento em que ele é considerado uma pessoa e em que medida sua individualidade merece ser respeitada (Bourget, 2002). Essas perspectivas divergentes indicam que nem todos os seres humanos são reconhecidos como tal no mesmo grau, o que, por sua vez, suscita debates adicionais, especialmente no que se refere à questão do aborto.

Nesta tese, foram delimitados marcadores geográficos e legais como aspectos centrais na investigação dos estudos empíricos, seja de forma convergente ou divergente. Os países selecionados abrangem diferentes continentes e apresentam distintos contextos socioculturais: a Espanha integra a comunidade europeia, enquanto o Brasil faz parte da América Latina.

Tanto o contexto espanhol quanto o contexto brasileiro demonstram flexibilidade em relação aos experimentos com embriões, permitindo sua realização para fins de pesquisa e terapia (Brasil, 2005; Espanha, 1988; 2006).

A respeito do aborto, entretanto, esses países divergem legalmente. No Brasil, o aborto é legalizado em casos em que não há outro meio de salvar a vida da gestante, em situações de gravidez resultante de estupro ou violência sexual e, mais recentemente, nos casos de anencefalia fetal (Brasil, 1940; 2012). Na Espanha, o aborto é legalizado e estipula-se um prazo máximo de 14 semanas, garantindo às mulheres a possibilidade de tomar uma decisão livre e informada sobre a interrupção da gestação (Espanha, 2010; 2023). Diante disso, a realização dos artigos que compõem esta tese visou articular conceitos e teorias da Psicologia Social para analisar as representações sociais sobre o início da vida e seus desdobramentos, tanto em relação ao embrião humano quanto à legalidade do aborto, especialmente nos casos de aborto pós-estupro no contexto brasileiro.

O trabalho foi estruturado em duas seções distintas: marco teórico e artigos empíricos. A seção I, por sua vez, consiste em uma introdução geral ao problema de pesquisa, justificção, definição dos principais conceitos (representações sociais, valores humanos, ideologia, identificação política e sexismo ambivalente) e identificação das lacunas na literatura. A segunda parte é composta por três artigos empíricos. O Artigo 1 tem como objetivo analisar os conteúdos representacionais do início da vida humana, utilizando a abordagem societal proposta por Doise et al. (1992), com amostras do Brasil e da Espanha.

O Artigo 2, por sua vez, adota a abordagem estrutural das representações sociais proposta por Abric (1994) como referencial teórico, investigando a formação das representações sociais sobre "embrião" e "aborto" nos diferentes contextos socioculturais do Brasil e da Espanha. Por fim, o Artigo 3 analisa uma situação de violência sexual com diferentes desfechos gestacionais: gravidez a termo, interrupção voluntária da gravidez (IVG)

e uma situação sem desfecho gestacional, investigando em que medida o sexismo benevolente (SB) influencia nos níveis de culpabilização da vítima pela violência sofrida.

Portanto, observa-se que de forma integrada, cada um desses artigos contribuiu para alcançar o objetivo geral da tese, que é responder perguntas: como os grupos sociais representam socialmente o início da vida humana? O que ou quem é o embrião humano? De quem estamos falando quando discutimos o aborto? Qual vida prevalece quando colocamos na balança - a da mulher ou a do feto? O Artigo 1 partiu da análise das três correntes principais sobre o início da personalidade e a condição jurídica do “nascituro”. A primeira, natalista, defende que a personalidade civil começa no nascimento. A segunda, condicional, reconhece a personalidade desde a concepção, mas a vincula ao nascimento com vida. A terceira, concepcionista, sustenta que a personalidade começa na concepção, independente do nascimento com vida (Chinelato, 2004).

Nesse seguimento, ao analisar as representações sociais de estudantes brasileiros e espanhóis sobre a origem da vida humana, observou-se que as percepções relacionadas ao feto na amostra brasileira enfatizaram argumentos que atribuíam a possibilidade do feto ser uma vida em potencial, enquanto na amostra espanhola, destacaram-se aspectos biológicos do desenvolvimento embrionário. Nota-se que esses resultados estão em consonância com o estudo proposto por Aléssio et al. (2011), que analisou as representações sociais do embrião na amostra brasileira e francesa. A amostra brasileira enfocou significados simbólicos ligados à vida, contrastando vida e aborto. Já na amostra francesa, os dados sugeriram uma abordagem "relacional do embrião", associando à presença ou ausência de um projeto parental.

Em síntese, no cenário da amostra do Brasil, predomina, de maneira geral, a ideia da autonomia do feto desde a fecundação, ligada aos valores conservadores, tanto no que diz respeito à ideologia política de direita quanto aos valores. Essa postura inclui uma

preocupação subjacente com o pré-nascido, tratando-o como um “potencial ser vivo” (Jedryczka et al., 2023). Os valores sociais estão ligados às identidades e pertencças grupais, que parecem estar alinhadas em um *continuum* direita-esquerda, que prevê atitudes sociais e políticas, incluindo atitudes em relação aos direitos das mulheres (Augoustinos & Walker, 1995). De acordo com o indicativo do Latinobarômetro (2023), cerca de 22,1% da população brasileira se identifica com uma orientação política de direita em uma escala de 0 a 10, onde 0 representa esquerda e 10, direita.

Na amostra da Espanha, o enfoque sobre o início da vida é mais heterogêneo; as justificativas ressaltam aspectos relacionados ao desenvolvimento embrionário, ao funcionamento do coração e à decisão da mulher com relação ao campo dos direitos sexuais e reprodutivos. Vale salientar que essa dimensão apareceu somente no cenário espanhol. Sabe-se que a Espanha é reconhecida como um país pioneiro no plano legislativo em matéria de aborto e reprodução assistida; por isso, acredita-se que são fatores que podem influenciar na forma como os sujeitos representam socialmente o início da vida humana (Norberg, 2016). Nesse sentido, a partir desses dados, admite-se que a pertença grupal e a posição política são fatores que contribuem na construção das representações sociais acerca desse fenômeno.

Diante disso, ainda considerando a pertença grupal, o Artigo 2 foi realizado com o intuito de investigar como os objetos sociais “embrião” e “aborto”, que aparecem nas justificativas presentes acerca do início da vida, são representados socialmente no Brasil e na Espanha. Nesse sentido, os resultados confirmaram que os diferentes contextos resultam em alguma medida, em diferentes representações, influenciando, sobretudo, nas discussões sobre a igualdade de gênero. Na amostra brasileira, os conteúdos centrais das representações sobre o “embrião” seguem focados no controle e defesa do feto; entretanto, os elementos periféricos discutem aspectos mais heterogêneos em torno do embrião, como a questão do aborto, da maternidade, família e da própria biologia em torno do desenvolvimento humano.

Na amostra espanhola, os temas centrais apresentaram semelhanças com os elementos periféricos brasileiros, enfatizando aspectos biológicos do desenvolvimento embrionário e sua relação com o período gestacional e a maternidade. No entanto, as representações centrais entre os dois países são distintas: na amostra brasileira, predominam elementos textuais focados no controle da vida e na defesa do feto, enquanto na amostra espanhola destacam-se aspectos relacionados ao desenvolvimento biológico do embrião. É importante ressaltar que ambos os países têm legislações favoráveis à pesquisa envolvendo embriões (Brasil, 2005; Espanha, 1988; 2006).

Conforme Catalan e Ferraro (2023) em um estudo comparativo entre a tutela do embrião no cenário ítalo-brasileiro, aponta que a Itália inicialmente permitiu a intervenção em embriões humanos desde que sua integridade fosse preservada e permitiu apenas para tratamentos terapêuticos. Nessa lógica, a Itália estabeleceu regras rigorosas, proibindo a experimentação com embriões, desde a seleção genética, entre outras práticas, conferindo ao embrião uma proteção jurídica antecipada, entretanto, decisões jurídicas posteriores abriram brechas, reconhecendo a necessidade de equilibrar a proteção do embrião com os avanços científicos (Itália, 2004).

No Brasil, a falta de disposições específicas no Código Civil sobre a proteção legal dos embriões direciona a responsabilidade para a Lei de Biossegurança (2005) e o Conselho Federal de Medicina (CFM, 2017). A Lei 11.105 (Brasil, 2005) autorizou a utilização de embriões excedentes em pesquisas, desde que considerados inviáveis ou congelados por pelo menos três anos, com o consentimento dos responsáveis e garantia de gratuidade do processo. Essa permissão foi confirmada constitucionalmente em um julgamento de grande repercussão. Contudo, críticas à legislação surgiram, defendendo a necessidade de uma lei específica para pesquisas com células-tronco e questionando a justificativa de sacrificar embriões em prol da humanidade.

Nesse seguimento, a Resolução 2168/2017 do CFM (2017) fortaleceu algumas restrições, como a proibição da fertilização de óvulos humanos para propósitos não reprodutivos, a limitação da seleção de embriões com mutações genéticas e a exigência de expressão de vontade durante a criopreservação, permitindo doação ou descarte em determinadas circunstâncias. Essas regulamentações são semelhantes à Lei 14/2006 da Espanha sobre técnicas de reprodução humana assistida, com foco especial na criopreservação e suas possíveis aplicações. Quanto à pesquisa envolvendo gametas e células embrionárias, estas podem ser utilizadas para identificar doenças ou desenvolver tratamentos médicos, desde que haja consentimento das partes envolvidas e autorização das autoridades de saúde. Existem regulamentos específicos sobre o uso desses materiais em pesquisas, incluindo a necessidade de consentimento e limites de tempo para o desenvolvimento dos embriões (Espanha, 2006).

Esse dado suscita uma questão significativa: embora o Brasil tenha regulamentações favoráveis para a pesquisa com embriões, assim como países como a Itália e a Espanha, que também possuem leis favoráveis ao aborto, por que, em um país onde a pesquisa com embriões é permitida, o aborto ainda não é legalizado? A questão do aborto é extremamente complexa, pois envolve diversos aspectos relevantes em sua análise, tais como religião, direito, economia, cultura e idiossincrasias, especialmente em países subdesenvolvidos. Esses fatores dificultam a busca por soluções que considerem princípios éticos como autonomia, justiça e não maleficência. A legislação sobre o aborto varia amplamente em todo o mundo: na maior parte da Europa, é permitido e acessível dentro dos prazos estabelecidos, enquanto na América Latina, países como Cuba, Uruguai, Argentina e México (apenas no Distrito Federal) têm leis flexíveis em relação ao aborto (Ponce-Cusi et al., 2022).

Logo, as divergências legislativas com relação ao aborto resultam em configurações substancialmente mais evidentes entre o Brasil e a Espanha. Os conteúdos representacionais

sobre o aborto, para a amostra brasileira, apresentam uma carga valorativa que reflete uma favorabilidade ou desfavorabilidade em relação ao tema, como é o caso de termos como vida, morte, crime, assassinato, dor, tristeza e sofrimento (Menezes et al., 2020; Rebouças & Dutra, 2011). Por outro lado, para a amostra espanhola, os conteúdos apresentam um caráter mais descritivo, relacionado ao desenvolvimento da gestação e aspectos da saúde pública, como gravidez, formação, desenvolvimento, células, clínica, lei e saúde (Vinson et al., 2022).

Dessa maneira, como se observa uma carga valorativa negativa e de criminalização diante da prática do aborto, o Artigo 3 propôs uma investigação das crenças sexistas benevolentes na culpabilização de uma vítima de violência sexual, considerando diferentes desfechos gestacionais e as justificativas sociais diante da violência. Os resultados denotam, de maneira geral, que o que se observou foi uma diminuta culpabilização da vítima em todos os cenários experimentais, e a grande maioria dos participantes legitimou a violência e atribuiu culpa ao perpetrador pelo ato. No entanto, ao considerar o endosso às crenças sexistas benevolentes no estudo como um fator de impacto para os sujeitos, foi observado que de fato, o SB prevê uma maior culpabilização da vítima quando ocorre uma gravidez decorrente de estupro e a vítima decide realizar uma interrupção voluntária da gravidez IVG (Huang et al., 2014; 206; Osborne & Davies, 2009; 2012).

Além disso, em linha com essas discussões, nas situações em que o cenário envolvia uma IVG e os participantes apoiavam a manutenção da gestação (alto endosso ao SB), as justificativas estiveram, em certa medida, relacionadas à culpabilização da mulher e à justificação de danos. Nesse ínterim, quando a vítima opta por realizar um aborto, os participantes expressaram argumentos ambíguos sobre essa decisão. Os estigmas sociais em torno da crença de que as mulheres naturalmente aspiram à maternidade negam a possibilidade de uma escolha consciente por parte da mulher e de sentimentos positivos em relação ao aborto. Essa mentalidade reflete um tipo de paternalismo que busca limitar a

liberdade reprodutiva das mulheres sob a justificativa de protegê-las de emoções negativas e exploração (Duerksen & Lawson, 2017).

Nesse contexto, essas ideias reforçam a representação comum do aborto como prejudicial às mulheres, insinuando que elas são coagidas, enganadas e, posteriormente, se arrependem de suas decisões, o que coloca os defensores das restrições ao aborto como supostos protetores das mulheres. Esse argumento parte do pressuposto de que as mulheres são incapazes de tomar decisões reprodutivas de maneira informada (Allen, 2015). Portanto, o fio condutor que perpassa esses três artigos nos aponta que as representações sociais construídas acerca do momento em que se atribui o início da vida podem influenciar no reconhecimento do *status* da dignidade do embrião, assim como na postura frente ao aborto.

Nesse sentido, por exemplo, ao considerar o início da vida humana como sendo atribuído ao momento da fecundação, é provável que as representações sociais sobre o embrião estejam associadas à sua autonomia. Em outras palavras, o embrião pode ser percebido como uma “pessoa” que merece ter os seus direitos protegidos, o que resulta em uma visão desfavorável frente ao aborto, considerando-o como um “assassinato” de um ser vivo. Entretanto, embora essas questões pareçam interligadas, é importante ressaltar que são diversos fatores que influenciam nesse cenário, como as crenças religiosas, a orientação política e o panorama legal/judiciário. É necessário mencionar que o debate legislativo sobre o aborto, no Brasil, ainda está em curso, o que sublinha ainda mais a sua relevância. Desse modo, há uma demanda crescente por um repertório representacional mais amplo para embasar essa discussão, bem como discorrer sobre como o panorama legislativo reflete o pensamento da sociedade sobre as questões relacionadas ao embrião e ao aborto e, de maneira mais ampla, sobre a justiça sexual e reprodutiva das mulheres.

Considerações finais

Os resultados apresentados nesta tese apoiam, de maneira geral, a hipótese de que as representações sociais sobre o início da vida podem impactar também nas representações sociais sobre o embrião e o aborto, e que essas representações podem estar condicionadas a fatores socioculturais, geográficos, legislativos, valorativos, políticos, entre outros. Ademais, especificamente, no contexto brasileiro, que ainda apresenta um debate legislativo em andamento no que diz respeito ao aborto e ao embrião, as representações sociais que endossam a prática do aborto à criminalização parecem internalizadas, ou seja, predominam ideias, concepções ou imagens que imperam em uma sociedade de forma hegemônica e são mantidas por grupos dominantes ou instituições que exercem poder e influência sobre a cultura, política, economia e outros aspectos da vida social. Por isso, mesmo que a amostra da pesquisa seja formada por sujeitos que supostamente apresentam um alto nível de educação, estudantes universitários, ainda refletem e perpetuam as visões de mundo que servem aos interesses dos grupos dominantes.

Essas representações podem ser difundidas através da mídia, da educação, da religião e de outras instituições que influenciam as percepções e valores compartilhados por uma comunidade. Sugere-se que, devido à sacralização da vida e à forte tradição judaico-cristã no Brasil, possa ter repercussões em aspectos relacionados à sexualidade. No entanto, a pesquisa não abordou a religiosidade dos participantes como uma variável de influência aos conteúdos representacionais. Embora a religião tenha sido mencionada nos conteúdos, a religiosidade dos participantes não foi investigada, como sua taxa de religiosidade, frequência de participação em serviços religiosos e o quanto consideram a religião importante em suas vidas. Logo, no decorrer desta tese, não se pôde fazer generalizações acerca dessa variável. Além disso, também não foram exploradas questões relacionadas às crenças sobre a sexualidade, maternidade e outros aspectos presentes no campo dos direitos sexuais e reprodutivos.

À vista disso, sugere-se ampliar as investigações, analisando o impacto das políticas públicas e o acesso aos serviços de saúde nos conteúdos representacionais acerca dos direitos sexuais e reprodutivos, nesse caso, por exemplo, com relação ao aborto. Como as leis e regulamentações governamentais afetam o acesso das pessoas ao aborto seguro e legal? Existem disparidades culturais, socioeconômicas ou étnicas no acesso aos serviços de saúde reprodutiva? Há padrões ou tendências comuns na forma como o aborto é percebido e regulamentado globalmente? Existe relação entre as regulamentações da prática do aborto e das pesquisas com embriões? De que forma os estereótipos acerca da maternidade interferem nessas representações?

No geral, a tese fornece uma análise abrangente e multifacetada das representações sociais sobre o início da vida humana, destacando a complexidade e a interconexão dessas questões com fatores sociais, políticos, éticos e legais. Suas conclusões têm implicações importantes para a promoção de políticas públicas, na ampliação dos debates legislativos e nas intervenções sociais relacionadas ao aborto e aos direitos sexuais e reprodutivos. Nesse ínterim, podem ajudar na formulação de políticas e programas interventivos em relação à prática do aborto, com um teor informativo com o intuito de desenvolver estratégias para lidar com questões como estigma, acesso aos serviços de saúde e educação sexual. Os conteúdos representacionais podem informar a prestação de cuidados sensíveis e culturalmente relevantes aos pacientes que enfrentam decisões difíceis relacionadas à gravidez indesejada e/ou ao aborto.

Referências

Abric, J. C. (2003). La recherche du noyau central et de la zone muette des représentations sociales. In Abric, J. C. (Org.), *Méthodes d'étude des représentations sociales* (pp. 59–80). ÉRÈS.

- Abric, J.-C. (1994). Représentations sociales: aspects théoriques. In Abric, J.C. (Ed.), *Pratiques sociales et représentations* (pp. 11–36). Presses Universitaires de France.
- Adamczyk, A., & Valdimarsdóttir, M. (2018). Understanding Americans' abortion attitudes: The role of the local religious context. *Social Science Research*, 71, 129–144.
<https://doi.org/10.1016/j.ssresearch.2017.12.005>
- Alaminos-Fernández, P., Alaminos-Fernández, A., & Alaminos, A. (2023). Schwartz: La estructura de valores en cuarenta sociedades europeas [Tese de Doutorado, Universidad de Alicante]. Repositorio Institucional de la Universidad de Alicante.
<http://hdl.handle.net/10045/138624>
- Aléssio, R. L. D. S., Apostolidis, T., Santos, M. D. F. D. S., & Dany, L. (2011). Représentations sociales et embryon humain: une étude comparative Brésil/France. *Les Cahiers internationaux de psychologie sociale*, 4(92), 371–395.
<https://doi.org/10.3917/cips.092.0371>
- Allen, M. (2015). Narrative diversity and sympathetic abortion: What online storytelling reveals about the prescribed norms of the mainstream movements. *Symbolic Interaction*, 38(1), 42–63. <https://doi.org/10.1002/symb.135>
- Allport, G. W., Clark, K., & Pettigrew, T. (1954). The nature of prejudice. Perseus Books
- Almeida, A. M. O. (2009). Abordagem societal das representações sociais. *Sociedade e Estado, Brasília*, 24(3), 713–737. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922009000300005>
- Almeida, A. M. O., & Santos, M. F. S. (2011). Representação Social. In Torres, C. V. & Neiva, E. R. (Orgs.) *Psicologia Social Temas e Vertentes* (pp. 287–295). Artmed.
- Alves, S. & Rocha, D. N (2023, 21 de setembro). Brasil tem uma morte a cada 28 internações por falha na tentativa de aborto. *Gênero e Número*.
<https://www.generonumero.media/reportagens/brasil-mortes-tentativa-aborto/>

- Baertschi B. (2009). *Ensaio filosófico sobre a dignidade*. Antropologia e ética das biotecnologias. Edições Loyola.
- Barboza, H. H. (2023, 13 de março). Proteção jurídica do embrião humano.
<http://www.ghente.org/temas/re-producao/protecao.htm>.
- Barchifontaine, C. D. P. (2010). Bioética e início da vida. *Revista Pistis & Praxis*. 2(1), 41–55. <https://doi.org/10.7213/pp.v2i1.13499>
- Bareket, O., & Fiske, S. T. (2023). A systematic review of the ambivalent sexism literature: Hostile sexism protects men's power; benevolent sexism guards traditional gender roles. *Psychological Bulletin*, 149(11-12), 637–698.
<https://doi.org/10.1037/bul0000400>
- Barretto, V. D. P., & Lauxen, E. C. U. (2017). O marco inicial da vida humana: perspectivas ético-jurídicas no contexto dos avanços biotecnológicos. *Cadernos de Saúde Pública*, 33(6), e00071816. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00071816>
- Batista, C., & de Andrade, M. S. (2023). Concepções, historicidade e abordagens da teoria das representações sociais. *CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES*, 16(11), 24760–24776. <https://doi.org/10.55905/revconv.16n.11-001>
- Boltanski, L. (2012). As dimensões antropológicas do aborto. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 7, 205–245. <https://doi.org/10.1590/S0103-33522012000100010>
- Bourguet V. (2002). *O ser em gestação: reflexões bioéticas sobre o embrião humano*. Edições Loyola.
- Brasil. Ministério da Saúde. (2012). *Portaria MS/GM nº 1.508, de 1 de setembro de 2005*.
Dispõe sobre o Procedimento de Justificação e Autorização da Interrupção da Gravidez nos casos previstos em lei, no âmbito do Sistema Único de Saúde.
https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2005/prt1508_01_09_2005.html

Brasil. Presidência da República. Casa Civil. (1940). *Decreto-Lei n. 2.848, de 07 de dezembro de 1940*. Código Penal. Rio de Janeiro.

Brasil. Presidência da República. Casa Civil. (2015). *Lei Federal nº 11.105 de 24 de março de 2005*. Lei de Biossegurança. Regulamenta os incisos II, IV, V do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam OGM e seus derivados, cria o CNBS, reestrutura a CTNBio, dispõe sobre a PNB e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília. 24 mar. 2005.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111105.htm.

Buchanan, A., Brock, D. W., Daniels, N., & Wikler, D. (2001). *From chance to choice: Genetics and justice*. Cambridge University Press.

Cardoso, B. B., Vieira, F. M. D. S. B., & Saraceni, V. (2020). Aborto no Brasil: o que dizem os dados oficiais?. *Cadernos de Saúde Pública*, 36(1), e00188718.

<https://doi.org/10.1590/01002-311X00188718>

Catalan, M. J., & Ferraro, A. V. (2023). A tutela do embrião humano no cenário ítalo-brasileiro: um estudo comparatístico. *Pensar-Revista de Ciências Jurídicas*, 28(1), 13-13.

Center for Reproductive Rights (2021). The world's abortion laws 2021. New York: *Center for Reproductive Rights*.

Chesak, J. (2024, 4 de março). Quando uma célula se torna uma pessoa? O consenso científico sobre a polêmica dos embriões. *BBC News Brasil*. URL:

<https://www.bbc.com/portuguese/articles/cek79ley4g0o>

Chinelato, S. J. (2004). Bioética e direitos de personalidade do nascituro. *Scientia Iuris*, 7, 87-104. <https://doi.org/10.5433/2178-8189.2004v7n0p87>

- Connor, R. A., Glick, P., & Fiske, S. T. (2017). Ambivalent sexism in the twenty-first century. In Sibley, C. G. & Barlow, F. K. (Eds.), *The Cambridge handbook of the psychology of prejudice* (pp. 295–320). Cambridge University Press.
<https://doi.org/10.1017/9781316161579.013>
- Conover, P. J., & Feldman, S. (1984). How people organize the political world: A schematic model. *American Journal of Political Science*, 28(1) 95-126.
<https://doi.org/10.2307/2110789>
- Conselho Federal de Medicina. (2017). Resolução CFM nº 2.168/2017: Normas éticas para a utilização das técnicas de reprodução assistida. Brasília, DF: Autor. Recuperado de https://sistemas.cfm.org.br/normas/arquivos/resolucoes/BR/2017/2168_2017.pdf
- Cowie, L. J., Greaves, L. M., & Sibley, C. G. (2019). Sexuality and sexism: Differences in ambivalent sexism across gender and sexual identity. *Personality and Individual Differences*, 148, 85–89. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2019.05.023>
- Crawford, J. T., & Pilanski, J. M. (2014). Political Intolerance, right and left. *Political Psychology*, 35(6), 841–851. <http://doi.org/10.1111/j.1467-9221.2012.00926.x>
- Cunningham, F. G., Leveno, K. J., Bloom, S. L., Dashe, J. S., Hoffman, B. L., Casey, B. M., & Spong, C. Y. (2021). *Obstetrícia de Williams-25*. McGraw Hill Brasil.
- Curun, F., Taysi, E., & Orcan, F. (2017). Ambivalent sexism as a mediator for sex role orientation and gender stereotypes in romantic relationships: A study in Turkey. *Interpersona: An International Journal on Personal Relationships*, 11(1), 55–69. <https://doi.org/10.5964/ijpr.v11i1.229>
- Davidov, E., Schmidt, P., & Schwartz, S. H. (2008). Bringing values back in: The adequacy of the European Social Survey to measure values in 20 countries. *Public opinion quarterly*, 72(3), 420–445.

- Deak, C., & Saroglou, V. (2015). Opposing abortion, gay adoption, euthanasia, and suicide: Compassionate openness or self-centered moral rigorism?. *Archive for the Psychology of Religion*, 37(3), 267–294. <https://doi.org/10.1163/15736121-12341309>
- Diniz, D., & Almeida, M. D. (1998). Bioética e aborto. *Iniciação à Bioética. Brasília: Conselho Federal de Medicina*, 125–137.
- Diniz, D., & Avelino, D. (2009). Cenário internacional da pesquisa em células-tronco embrionárias. *Revista de Saúde Pública*, 43(3), 541–547.
<https://doi.org/10.1590/S0034-89102009005000026>
- Diniz, D., Medeiros, M., & Madeiro, A. (2023). Pesquisa Nacional de Aborto-Brasil, 2021. *Ciência & Saúde Coletiva*, 28 (6). <https://doi.org/1601-1606>. 10.1590/1413-81232023286.01892023
- Doise, W. (2002). Da psicologia social à psicologia societal. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 18(1), 027–035. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722002000100004>
- Doise, W. (2002). *Direitos do homem e força das ideias*. (M. F. Rosado, Trad.). Livros Horizonte
- Doise, W. (2011). Sistema e metassistema. In A. M. O. Almeida, M. F. S. Santos & Z. A. Trindade (Orgs.), *Teoria das representações sociais: 50 anos* (pp. 123–156). Technopolitik.
- Doise, W., Clémence, A., Lorenzi-Cioldi, F., & Bourdieu, P. (1992). *Représentations sociales et analyses de données*. Prensas Universitaires de Grenoble
- Doise, W., Staerklé, C., Clémence, A., & Savory, F. (1998). Human rights and genevan youth: A developmental study of social representations. *Swiss Journal of Psychology*, 57(2), 86–100.
- Duerksen, K. N., & Lawson, K. L. (2017). “Not brain-washed, but heart-washed”: A qualitative analysis of benevolent sexism in the anti-choice stance. *International*

journal of behavioral medicine, 24(6), 864–870. <https://doi.org/10.1007/s12529-017-9633-8>

España. Gobierno de España. Agencia Estatal Boletín Oficial del Estado (1988). *Jefatura del Estado*.(22 de noviembre de 1988). Técnicas de Reproducción Asistida. [Ley 35/1988]. BOE 282. BOE-A-1988-27108. <https://www.boe.es/eli/es/l/1988/11/22/35>

España. Ministerio da Sanidad. (2023). Interrupciones voluntarias del embarazo. Datos estadísticos. <https://www.sanidad.gob.es/areas/promocionPrevencion/embarazo/datosEstadisticos.htm>

Espanha. (2006). Ley 14/2006, de 26 de mayo, sobre técnicas de reproducción humana asistida. *Boletín Oficial del Estado*, número 126, de 27/05/2006. BOE-A-2006-9292. Recuperado de <https://www.boe.es/eli/es/l/2006/05/26/14/con>

Espanha. Gobierno de España. Agencia Estatal Boletín Oficial del Estado. (2023). *Ley Orgánica 1/2023, de 28 de febrero, por la que se modifica la Ley Orgánica 2/2010, de 3 de marzo, de salud sexual y reproductiva y de la interrupción voluntaria del embarazo* [en línea]. BOE (Boletín oficial del Estado): 02 de marzo del 2023. www.boe.es/buscar/act.php?id=BOE-A-2023-5364

Farr, R. (2013). Representações sociais: a teoria e sua história. In: Jovchelovitch, S. & Guareschi, P. (Org.). *Textos em Representações Sociais*. Vozes.

Fisher, M. I., & Hammond, M. D. (2019). Personal ties and prejudice: A meta-analysis of romantic attachment and ambivalent sexism. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 45(7), 1084–1098. <https://doi.org/10.1177/0146167218804551>

Fiskin, G., & Sari, E. (2021). Evaluation of the relationship between youth attitudes towards marriage and motivation for childbearing. *Children and Youth Services Review*, 121, 105856. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2020.105856>

- Frasure-Yokley, L. (2018). Choosing the velvet glove: women voters, ambivalent sexism, and vote choice in 2016. *Journal of Race, Ethnicity, and Politics*, 3(1), 3–25.
<https://doi.org/10.1017/rep.2017.35>
- Galeotti, G. (2007). *História do aborto* (1ª ed.). Trad. Sandra Escobar. Edições 70
- Ganatra, B., Gerdts, C., Rossier, C., Johnson, B. R., Tunçalp, Ö., Assifi, A., ... & Alkema, L. (2017). Global, regional, and subregional classification of abortions by safety, 2010–14: estimates from a Bayesian hierarchical model. *The Lancet*, 390(10110), 2372–2381. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(17\)31794-4](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(17)31794-4)
- Glick, P., & Fiske, S. T. (1997). Hostile and benevolent sexism: Measuring ambivalent sexist attitudes toward women. *Psychology of women quarterly*, 21(1), 119–135.
<https://doi.org/10.1111/j.1471-6402.1997.tb00104.x>
- Glick, P., & Fiske, S. T. (2011). Ambivalent sexism revisited. *Psychology of women quarterly*, 35(3), 530–535. <https://doi.org/10.1177/0361684311414832>
- Goldim JR. (2012). Aspectos bioéticos no ciclo vital. In: Eizirik, C. L., Bassols, A. M. S., (Orgs.), *O ciclo da vida humana: uma perspectiva psicodinâmica* (2ª ed., pp. 31–40). Artmed.
- Hammond, M. D., Milojev, P., Huang, Y., & Sibley, C. G. (2018). Benevolent sexism and hostile sexism across the ages. *Social Psychological and Personality Science*, 9(7), 863–874. <https://doi.org/10.1177/1948550617727588>
- Hammond, M. D., Sibley, C. G., & Overall, N. C. (2014). The allure of sexism: Psychological entitlement fosters women’s endorsement of benevolent sexism over time. *Social Psychological and Personality Science*, 5(4), 422–429.
<https://doi.org/10.1177/1948550613506124>

- Hofstede, G. (1991). *Cultures and Organizations. Software of the Mind*. London: McGraw Hili. *Culture's Consequences. Comparing Values, Behaviors, Institutions, and Organizations Across Nations*.
- Hopkins-Doyle, A., Sutton, R. M., Douglas, K. M., & Calogero, R. M. (2019). Flattering to deceive: Why people misunderstand benevolent sexism. *Journal of Personality and Social Psychology*, 116(2), 167. <https://doi.org/10.1037/pspa0000135>
- Huang, Y., Davies, P. G., Sibley, C. G., & Osborne, D. (2016). Benevolent sexism, attitudes toward motherhood, and reproductive rights: A multi-study longitudinal examination of abortion attitudes. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 42(7), 970–984. <https://doi.org/10.1177/0146167216649607>
- Jackman, M. R. (1994). *The velvet glove: Paternalism and conflict in gender, class, and race relations*. Univ of California Press.
- Jedryczka, W., Misiak, M., & Whitehouse, H. (2023). Explaining political polarization over abortion: The role of moral values among conservatives. *Social Psychology*, 54(4), 249–259. <https://doi.org/10.1027/1864-9335/a000525>
- Jodelet, D. (1989). *Les représentations sociales*. PUF.
- Jodelet, D. (2001). Representações sociais: um domínio em expansão. In: Jodelet, D. (Org.). *Representações sociais* (pp. 17–44). Eduerj.
- Jodelet, D. (2002). Les représentations sociales dans le champ de la culture. *Social science information*, 41(1), 111–133. <https://doi.org/10.1177/0539018402041001008>
- Jodelet, D. (2005). *Loucuras e representações sociais*. Vozes.
- Jorge, V. L., Faria, A. M. T. D., & Silva, M. G. D. (2020). Posicionamento dos partidos políticos brasileiros na escala esquerda-direita: dilemas metodológicos e revisão da literatura. *Revista Brasileira de Ciência Política*, (33), 1–44. <https://doi.org/10.1590/0103-3352.2020.33.227686>

- Kim, T., & Steinberg, J. R. (2023). Individual changes in abortion knowledge and attitudes. *Social Science & Medicine*, 320, 115722.
<https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2023.115722>
- Kottow, M. (2001). Bioética del comienzo de la vida¿ Cuántas veces comienza la vida humana?. *Revista bioética*, 9(2), 25–42.
https://revistabioetica.cfm.org.br/revista_bioetica/article/view/243
- Latinobarómetro. (2023).La recesión democrática de América Latina (informes 2023).
Recuperado de https://d1qqtien6gys07.cloudfront.net/wp-content/uploads/2023/07/F00016664-Latinobarometro_Informe_2023-1.pdf
- Lauxen, E. C. U. (2021). *O status jurídico do embrião humano: repercussões bioéticas e na área da saúde* [Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul].
Repositório Digital UFRGS. <http://hdl.handle.net/10183/221676>
- Leal, M. M., Oliveira, K. D. L. D., Parente, P. B. C., Araújo, G. L., & Silva, J. C. Q. (2018). Início da vida: uma visão multidisciplinar pautada na bioética. *Comunicação em Ciências da Saúde*, 29(3), 191–200.
- Liang, P., Xu, Y., Zhang, X., Ding, C., Huang, R., Zhang, Z., Lv, J., Xie, X., Chen, Y., Li, Y., Sun, Y., Bai, Y., Songyang, Z., Ma, W., Zhou, C., & Huang, J. (2015). CRISPR/Cas9-mediated gene editing in human trippronuclear zygotes. *Protein & cell*, 6(5), 363–372.
<https://doi.org/10.1007/s13238-015-0153-5>
- Linhares, L. V., Torres, A. R. R., & Diniz, F. C. D. O. R. (2022). “Mas ela estava bêbada”: Violência Sexual e Culpabilização da vítima. *Psicología, Conocimiento y Sociedad*, 12(1), 81–105. <https://doi.org/10.26864/pcs.v12.n1.4>
- Łyś, A. E., Studzińska, A., & Bargiel-Matusiewicz, K. (2021). Beliefs on sexual violence in the context of system justification theory: the role of hostile sexism and beliefs in

- biological origins of gender differences. *Social justice research*, 34(3), 235-254.
<https://doi.org/10.1007/s11211-021-00373-0>
- Malka, A., & Lelkes, Y. (2010). More than ideology: Conservative–liberal identity and receptivity to political cues. *Social Justice Research*, 23, 156–188.
<https://doi.org/10.1007/s11211-010-0114-3>
- Martin, J. L. (2015). What is ideology? *Sociologia, Problemas e Práticas*, (77), 9–31. <https://doi.org/10.7458/SPP.2015776220>
- Maslow, A. H. (1954). *Motivation and personality*. Harper
- Menezes, G., Aquino, E. M., Fonseca, S. C., & Domingues, R. M. S. M. (2020). Aborto e saúde no Brasil: desafios para a pesquisa sobre o tema em um contexto de ilegalidade. *Cadernos de Saúde Pública*, 36, e00197918.
<https://doi.org/10.1590/0102-311X00197918>
- Morais, E. R. C. D., Santos, M. D. F. D. S., & Aléssio, R. L. D. S. (2021). La Controversia del Aborto: Reflexiones Teórico-Metodológicas sobre una Representación no Autónoma. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 21(3), 869–888.
<http://dx.doi.org/10.12957/epp..2021.62688>.
- Morais, L. R. (2008). A legislação sobre o aborto e seu impacto na saúde da mulher. *Senatus*, 6(1), 50–58.
- Moreira, P. L., & Rique, J. (2019). Julgamento moral e posicionamento político-ideológico de jovens brasileiros. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 71(1), 54–67.
<http://dx.doi.org/10.36482/1809-5267.ARB2019v71i1p.54-67>
- Moscovici, S. (1961). La représentation sociale de la psychanalyse. *Bulletin de psychologie*, 14(194), 807-810.
- Moscovici, S. (2009). *Representações sociais: investigações em psicologia social* (6ª ed., pp. 404–404). Vozes.

- Moscovici, S. (2009). Representações sociais: investigações em psicologia social. In *Representações sociais: investigações em psicologia social* (pp. 404–404).
- Norberg, A. (2016). *To adopt or not to adopt an abortion policy: A case study of the abortion reform processes in Spain and Portugal* (master's Thesis in Political Science).
<https://www.diva-portal.org/smash/record.jsf?pid=diva2%3A896760&dswid=-8637>
- Osborne, D., & Davies, P. G. (2009). Social dominance orientation, ambivalent sexism, and abortion: Explaining pro-choice and pro-life attitudes. *Personality assessment: New research*, 309–320.
- Osborne, D., & Davies, P. G. (2012). When Benevolence Backfires: Benevolent Sexists' Opposition to Elective and Traumatic Abortion 1. *Journal of Applied Social Psychology*, 42(2), 291–307. <https://doi.org/10.1111/j.1559-1816.2011.00890.x>
- Parreira, P., Mónico, L., Oliveira, D., Cavaleiro Rodrigues, J., & Graveto, J. (2018). Abordagem estrutural das representações sociais. In P. Parreira, J.H. Sampaio, L. Mónico, T. Paiva & L. Alves (coords.), *Análise das representações sociais e do impacto da aquisição de competências em empreendedorismo nos estudantes do Ensino Superior Politécnico* (pp. 55–68). Guarda: IPG/PIN.
- Patev, A. J., Hall, C. J., Dunn, C. E., Bell, A. D., Owens, B. D., & Hood, K. B. (2019). Hostile sexism and right-wing authoritarianism as mediators of the relationship between sexual disgust and abortion stigmatizing attitudes. *Personality and individual differences*, 151, 109528. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2019.109528>
- Pereira, C., Camino, L., & Costa, J. B. D. (2005). Um estudo sobre a integração dos níveis de análise dos sistemas de valores. *Psicologia: reflexão e crítica*, 18, 16–25.
- Pinto, K. B., Chagas, L. T. P. C., Alexandra, L., dos Santos, D., Dantas, M. K. L., & Figueiredo, M. S. (2022). Panorama de mortalidade materna no Brasil por causas

- obstétricas diretas. *Research, Society and Development*, 11(6), e17111628753.
<https://doi.org/10.33448/rsd-v11i6.28753>
- Ponce-Cusi, R., Ochoa-Rodríguez, Y., & Pilco-Ferreto, N. (2022). Consideraciones éticas del aborto en el contexto de la salud pública de América Latina. *Revista del Cuerpo Médico Hospital Nacional Almanzor Aguinaga Asenjo*, 15(1), 148-150.
- Radke, H. R., Hornsey, M. J., Sibley, C. G., & Barlow, F. K. (2018). Negotiating the hierarchy: Social dominance orientation among women is associated with the endorsement of benevolent sexism. *Australian Journal of Psychology*, 70(2), 158–166. <https://doi.org/10.1111/ajpy.12176>
- Rateau, P., Moliner, P., Guimelli, C., & Abric, J. C. (2012). Teoria das representações sociais. *PUR*.
- Rebouças, M. S. S., & Dutra, E. M. D. S. (2011). Não nascer: algumas reflexões fenomenológico-existenciais sobre a história do aborto. *Psicologia em Estudo*, 16, 419–428.
- Rokeach, M. (1973). *The nature of human values*. Free Press.
- Romeo-Casabona, C. M. (2013). Biotecnologia sob a ótica dos princípios jurídicos. *IHU On-Line*. <http://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao429.pdf>.
- Sandel, M. J. (2015). *Contra a perfeição: ética na era da engenharia genética*. Editora José Olympio.
- Schreiber, M., (2023, 22 de setembro). 'Fomos silenciadas!': os detalhes do voto de Rosa Weber pela liberação do aborto. *BBC News Brasil*.
<https://www.bbc.com/portuguese/articles/ce52523njv4o>
- Schwartz, S. H. (1992). Universals in the context and structure of values: theoretical advances and empirical tests in 20 countries. In. Zanna M. (Org.), *Advances in experimental social psychology* (pp. 1–65). Academic Press.

- Schwartz, S. H. (1994). Are there universal aspects in the structure and contents of human values? *Journal of social issues*, 50(4), 19–45.
- Schwartz, S. H. (2006). A theory of cultural value orientations: Explication and applications. *Comparative Sociology*, 5(2-3), 137–182
- Sidanius, J., & Veniegas, R. C. (2001). Gender and race discrimination: The interactive nature of disadvantage. *Contemporary Sociology*, 30(2), 120–121.
<https://doi.org/10.2307/2655372>
- Silva, F. D. L. (2008). *Fundamentos médicos e jurídicos do atendimento ao aborto* [Monografia de Especialização, Escola Paulista de Direito]. JurisWay-Sistema Educacional Online. https://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=1201
- Smok, C., Roa, I., Prieto, R., & Rojas, M. (2018). Transitando de embrión a feto: la metamorfosis de los cordados. *International Journal of Morphology*, 36(2), 709–715.
- Sousa, K. N., & de Souza, P. C. (2021). Social representation: A theoretical review of the approach. *Research, Society and Development*, 10(6), e38610615881.
<https://doi.org/10.33448/rsd-v10i6.15881>
- Sousa, Y. S. O., & Chaves, A. M. (2023). Representações Sociais. In Torres, A. R. R., Lima, M. E. O., Techio, E. M., & Camino, L. *Psicologia Social: temas e teorias* (3ªed., pp. 277–306). Blucher. <https://doi.org/10.5151/9786555502046-08>
- Spini, D., & Doise, W. (1998). Organizing principles of involvement in human rights and their social anchoring in value priorities. *European journal of social psychology*, 28(4), 603–622. [https://doi.org/10.1002/\(SICI\)1099-0992\(199807/08\)28:4<603:AID-EJSP884>3.0.CO;2-P](https://doi.org/10.1002/(SICI)1099-0992(199807/08)28:4<603:AID-EJSP884>3.0.CO;2-P)
- Tay, L., & Diener, E. (2011). Needs and subjective well-being around the world. *Journal of personality and social psychology*, 101(2), 354–365.
<https://doi.org/10.1037/a0023779>

- Tomé, A. M., & Formiga, N. S. (2020). Abordagens teóricas e o uso da análise de conteúdo como instrumento metodológico em Representações Sociais. *Psicologia e Saúde em debate*, 6(2), 97–117. <https://doi.org/10.22289/2446-922X.V6N2A7>
- Torres, A. R. R., Lima, M. E. O., Techio, E. M., & Camino, L. (2023). *Psicologia Social: temas e teorias* (3ª ed.). Blucher. <https://doi.org/10.5151/9786555502046-08>
- Vala, J., & Castro, P. (2013). Pensamento social e representações sociais. In. Vala, J., Monteiro, M. B. *Psicologia social* (9ª ed., pp. 569–602). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Vieira, L. T. Q., Leite, P. M., de Paiva, A. M., Falone, V. E., & do Amaral, W. N. (2021). O aborto sobre a perspectiva bioética. *Revista Bioética CREMEGO*, 3(1), 27–30.
- Vinson, E., Apostolidis, T., Dos Santos Aléssio, R., De Souza Santos, M. & Dany, L. (2022). Chapitre 6. Révisions des lois de bioéthique et recherche sur l’embryon humain: une analyse psychosociale des États Généraux de la Bioéthique. *Journal international de bioéthique et d'éthique des sciences*, 33, 75–93. <https://doi.org/10.3917/jibes.333.0075>
- Wolter, R. (2018). The structural approach to social representations: Bridges between theory and methods. *Psico-USF*, 23(2), 621–631. <https://doi.org/10.1590/1413-82712018230403>
- Wolter, R. P., Wachelke, J., & Naiff, D. (2016). A abordagem estrutural das representações sociais e o modelo dos esquemas cognitivos de base: perspectivas teóricas e utilização empírica. *Temas em Psicologia*, 24(3), 1139–1152. <https://doi.org/10.9788/TP2016.3->

ANEXOS

ANEXO A- Instrumentos de pesquisa utilizados nos estudos do Artigo 1. (Brasil e Espanha)

Questionário de Perfis de Valores (Amostra brasileira)

Instruções. Vamos descrever pessoas com diferentes características e vamos pedir que nos diga em que medida cada uma dessas pessoas se parece ou não com você.

1	2	3	4	5	6
Se parece muito comigo	Se parece comigo	Se parece mais ou menos comigo	Se parece pouco comigo	Não se parece comigo	Não se parece nada comigo

1. _____ Pensar em novas ideias e ser criativa é importante para ela. Ela gosta de fazer as coisas de maneira própria e original.
2. _____ Ser rica é importante para ela. Ela quer ter muito dinheiro e possuir coisas caras.
3. _____ Ela acredita que é importante que todas as pessoas do mundo sejam tratadas igualmente. Ela acredita que todos deveriam ter oportunidades iguais na vida.
4. _____ É muito importante para ela demonstrar suas habilidades. Ela quer que as pessoas admirem o que ela faz.
5. _____ É importante para ela viver em um ambiente seguro. Ela evita qualquer coisa que possa colocar sua segurança em perigo.
6. _____ Ela gosta de surpresas e está sempre procurando coisas novas para fazer. Ela acha ser importante fazer muitas coisas diferentes na vida.
7. _____ Ela acredita que as pessoas deveriam fazer o que lhes é ordenado. Ela acredita que as pessoas deveriam sempre seguir as regras, mesmo quando ninguém está observando.
8. _____ É importante para ela ouvir as pessoas que são diferentes dela. Mesmo quando não concorda com elas, ainda quer entendê-las.
9. _____ É importante para ela ser humilde e modesta. Ela tenta não chamar atenção para si.
10. _____ Aproveitar os prazeres da vida é importante para ela. Ela gosta de se mimar.
11. _____ É importante para ela tomar suas próprias decisões sobre o que faz. Ela gosta de ser livre e não depender dos outros.
12. _____ É muito importante para ela ajudar as pessoas ao seu redor. Ela quer cuidar do bem-estar delas.
13. _____ Ser muito bem-sucedida é importante para ela. Ela espera que as pessoas reconheçam suas realizações.
14. _____ É importante para ela que o governo garanta sua segurança contra todas as ameaças. Ela deseja que o Estado seja forte para poder defender seus cidadãos.
15. _____ Ela procura por aventuras e gosta de correr riscos. Ela quer ter uma vida excitante.
16. _____ É importante para ela sempre se comportar de modo adequado. Ela quer evitar fazer qualquer coisa que as pessoas possam dizer que é errado.
17. _____ É importante para ela ter o respeito dos outros. Ela deseja que as pessoas façam o que ela diz.
18. _____ É importante para ela ser leal a seus amigos. Ela quer se dedicar às pessoas próximas a ela.
19. _____ Ela acredita firmemente que as pessoas deveriam preservar a natureza. Cuidar do meio ambiente é importante para ela.
20. _____ Tradição é importante para ela. Ela procura seguir os costumes transmitidos por sua religião ou pela sua família.

21. _____ Ela procura todas as oportunidades para se divertir. É importante para ela fazer coisas que lhe tragam prazer.

([QVP]; Schwartz & Rubel-Lifschitz, 2009; adaptação para o Brasil, Tamayo & Porto, 2009)

ANEXO B- Instrumentos de pesquisa utilizados nos estudos do Artigo 1. (Brasil e Espanha)

Cuestionario de Perfiles de Valores (Amostra espanhola)

([CPV]; Schwartz & Rubel-Lifschitz, 2009; adaptação para a Espanha, Schultz & Zelezny, 1998)

Instrucciones. Le vamos a describir a personas con diferentes características y le vamos a pedir que nos diga en qué medida cada una de esas personas es o no es parecida a usted.

	1	2	3	4	5	6
Exactamente como yo						
Muy parecida a mí						
Parecida a mí						
Poco parecida a mí						
Nada parecida a mí						
No tiene nada que ver conmigo						
1. Una persona que le da importancia a tener ideas nuevas y ser creativa. Le gusta hacer las cosas a su manera.	1	2	3	4	5	6
2. Una persona para quien es importante ser rica. Quiere tener mucho dinero y cosas caras.	1	2	3	4	5	6
3. Una persona que cree que es importante que todas las personas sean tratadas igualmente. Cree que todos deben tener las mismas oportunidades en la vida.	1	2	3	4	5	6
4. Una persona que da mucha importancia a poder mostrar sus capacidades. Quiere que las personas admiren lo que hace.	1	2	3	4	5	6
5. Una persona que da importancia a vivir en un lugar donde se sienta segura. Evita todo lo que ponga su seguridad en riesgo.	1	2	3	4	5	6
6. Una persona a la que le gustan las sorpresas y está siempre buscando cosas nuevas para hacer. Cree que es importante hacer muchas cosas diferentes en la vida.	1	2	3	4	5	6
7. Una persona que cree que las personas deben hacer lo que les mandan. Cree que las personas deben cumplir siempre las reglas, incluso cuando nadie las está viendo.	1	2	3	4	5	6

8. Una persona para quien es importante oír a personas diferentes a ella. Incluso cuando no está de acuerdo con alguien, continúa queriendo comprender a esa persona.	1	2	3	4	5	6
9. Una persona para quien es importante ser humilde y modesta. Intenta no llamar la atención.	1	2	3	4	5	6
10. Una persona para quien es importante pasar buenos momentos. Le gusta cuidarse.	1	2	3	4	5	6

Exactamente como yo						
Muy parecida a mí						
Parecida a mí						
Poco parecida a mí						
Nada parecida a mí						
No tiene nada que ver conmigo						
11. Una persona para quien es importante tomar sus propias decisiones sobre lo que hace. Le gusta ser libre y no depender de otros.	1	2	3	4	5	6
12. Una persona para quien es importante ayudar a los que la rodean. Le gusta cuidar del bienestar de los demás.	1	2	3	4	5	6
13. Una persona para quien es importante tener éxito. Le gusta recibir el reconocimiento de otros.	1	2	3	4	5	6
14. Una persona para quien es importante que el Gobierno garantice su seguridad, contra todas las amenazas. Quiere que el Estado sea fuerte, de modo que pueda defender a los ciudadanos.	1	2	3	4	5	6
15. Una persona que busca la aventura y a la que le gusta correr riesgos. Quiere tener una vida emocionante.	1	2	3	4	5	6
16. Una persona para quien es importante portarse siempre como es debido. Evita hacer cosas que los demás consideren inadecuadas.	1	2	3	4	5	6
17. Una persona para quien es importante que los otros le tengan respeto. Quieren que los demás hagan lo que ella dice.	1	2	3	4	5	6
18. Una persona para quien es importante ser leal con los amigos. Se dedica a las personas que le son próximas.	1	2	3	4	5	6
19. Una persona que cree firmemente que las personas deben proteger la naturaleza. Proteger el medio ambiente es importante para ella.	1	2	3	4	5	6
20. Una persona que le da importancia a la tradición. Hace todo lo que puede para actuar de acuerdo con su religión y su familia.	1	2	3	4	5	6
21. Una persona que procura aprovechar todas las oportunidades que se le presentan para divertirse. Es importante para ella cosas que le produzcan placer.	1	2	3	4	5	6

ANEXO C: Instrumentos de pesquisa utilizados nos estudos do Artigo 3. (Brasil)

Inventário de Sexismo Ambivalente (Amostra brasileira)

([ISA]; Glick e Fiske (1996); adaptada para o Brasil, Formiga et al., 2002).

Instruções. Por favor, marque a alternativa que mais se aproxima da sua opinião:

Discordo totalmente	Discordo moderadamente	Discordo pouco	Não discordo nem concordo	Concordo pouco	Concordo moderadamente	Concordo totalmente
1	2	3	4	5	6	7

Todo homem deve ter uma mulher a quem amar. (SB)	1	2	3	4	5	6	7
Homem está incompleto sem uma mulher. (SB)	1	2	3	4	5	6	7
Mulher procura controlar o homem comprometido com ela. (SH)	1	2	3	4	5	6	7
Mulheres atraem sexualmente e depois rejeitam aos homens. (SH)	1	2	3	4	5	6	7
Mulheres devem ser queridas e protegidas por homens. (SB)	1	2	3	4	5	6	7
Ninguém é feliz sem ter um(a) companheiro(a). (SB)	1	2	3	4	5	6	7
Mulheres procuram poder controlando aos homens. (SH)	1	2	3	4	5	6	7
Mulheres exageram problemas no trabalho. (SH)	1	2	3	4	5	6	7
Mulheres não dão valor a tudo o que os homens fazem por elas.	1	2	3	4	5	6	7
Mulheres são mais refinadas e têm melhor bom gosto. (SB)	1	2	3	4	5	6	7
Uma boa mulher deve ser posta em um pedestal por seu companheiro. (SB)	1	2	3	4	5	6	7
Homem não se sente completo sem o amor de uma mulher. (SB)	1	2	3	4	5	6	7
Mulheres interpretam ações inocentes como sendo sexistas. (SH)	1	2	3	4	5	6	7
Mulheres têm pureza que poucos homens possuem. (SB)	1	2	3	4	5	6	7
Mulheres se ofendem muito facilmente. (SH)	1	2	3	4	5	6	7
Feministas procuram que as mulheres tenham mais poder. (SH)	1	2	3	4	5	6	7
Mulheres têm maior sensibilidade moral. (SB)	1	2	3	4	5	6	7

Homens devem prover segurança econômica a mulheres. (SB)	1	2	3	4	5	6	7
Feministas fazem demandas irracionais aos homens. (SH)	1	2	3	4	5	6	7
Mulheres alegam discriminação em derrotas justas. (SH)	1	2	3	4	5	6	7
Em catástrofes, mulheres devem ser resgatadas primeiro. (SB)	1	2	3	4	5	6	7
Em nome da igualdade, as mulheres procuram privilégios. (SH)	1	2	3	4	5	6	7

*Vale salientar que somente foram utilizadas as afirmativas referentes ao Sexismo Benevolente (SB).

APÊNDICES

APÊNDICE A: Aprovação do comitê de ética

CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Aborto Provocado: uma análise do papel do sexismo na culpabilização de uma vítima de violência sexual

Pesquisador: HELOISA BARBARA CUNHA MOIZEIS

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 46273121.4.0000.5188

Instituição Proponente: Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.741.853

Apresentação do Projeto:

Trata-se de uma tese de doutorado do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da UFPB cuja pesquisadora pretende analisar o papel do sexismo na culpabilização de uma mulher que realiza um aborto provocado decorrente de uma gravidez indesejada que resultou de uma violência sexual.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Este trabalho tem como objetivo analisar o papel do sexismo na culpabilização de uma mulher que realiza um aborto provocado decorrente de uma gravidez indesejada que resultou de uma violência sexual.

Objetivo Secundário:

Investigar o impacto do sexismo e do sexo do participante na culpabilização de uma mulher que realiza um aborto provocado decorrente de uma gravidez indesejada que resultou de uma violência sexual.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Endereço: UNIVERSITARIO S/N

Bairro: CASTELO BRANCO

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

**CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB**



Continuação do Parecer: 4.741.853

Toda pesquisa com seres humanos envolve possíveis riscos de formas e gradações variadas. Analisando as possibilidades de danos imediatos ou posteriores, essa pesquisa abarca riscos mínimos que envolvem aspectos subjetivos, considerando as reflexões que serão desenvolvidas pelos participantes a respeito de seu posicionamento frente aos direitos sexuais e reprodutivos, como o aborto. Embora os riscos desta pesquisa sejam mínimos, a pesquisadora responsável ficará disponível para o atendimento das demandas provenientes de algum prejuízo ao sujeito da pesquisa, sendo estes, compreendido e respeitado em suas singularidades, podendo também os sujeitos sentirem algum desconforto durante o preenchimento do questionário e, neste caso, terão liberdade para interromperem sua participação.

Benefícios:

O estudo proporcionará um enriquecimento para o conhecimento acadêmico e científico, tanto no que se refere a pesquisadora como para a sociedade em geral, trazendo uma apreensão mais aprofundada sobre o tema. Esta pesquisa busca pela prevalência dos benefícios esperados sobre os riscos e/ou desconfortos possíveis, de modo a, posteriormente, propor diálogo sobre questões referentes ao aborto, além de fomentar conversas importante sobre a difusão dos serviços e da legislação para a população.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa relevante e metodologia bem fundamentada.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos de apresentação obrigatória atendem aos requisitos formais do CEP.

Recomendações:

Não há recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sou de parecer FAVORÁVEL a execução desse projeto de pesquisa, salvo melhor juízo.

Considerações Finais a critério do CEP:

Certifico que o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba – CEP/CCS aprovou a execução do referido projeto de pesquisa. Outrossim, informo que a autorização para posterior publicação fica condicionada à submissão do Relatório Final na Plataforma Brasil, via Notificação, para fins de apreciação e aprovação por este egrégio Comitê.

Endereço: UNIVERSITARIO S/N		CEP: 58.051-900
Bairro: CASTELO BRANCO		
UF: PB	Município: JOAO PESSOA	
Telefone: (83)3216-7791	Fax: (83)3216-7791	E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

**CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB**



Continuação do Parecer: 4.741.853

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1740766.pdf	29/04/2021 18:59:00		Aceito
Folha de Rosto	folhaderostoBarbara.pdf	29/04/2021 18:58:41	HELOISA BARBARA CUNHA MOIZEIS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto.docx	28/04/2021 19:16:42	HELOISA BARBARA CUNHA MOIZEIS	Aceito
Solicitação Assinada pelo Pesquisador Responsável	pesquisadora.pdf	23/04/2021 13:17:52	HELOISA BARBARA CUNHA MOIZEIS	Aceito
Cronograma	cronograma.pdf	23/04/2021 13:17:41	HELOISA BARBARA CUNHA MOIZEIS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	23/04/2021 13:16:28	HELOISA BARBARA CUNHA MOIZEIS	Aceito
Outros	instrumentos.pdf	23/04/2021 13:16:19	HELOISA BARBARA CUNHA MOIZEIS	Aceito
Orçamento	orcamento.pdf	23/04/2021 13:15:59	HELOISA BARBARA CUNHA MOIZEIS	Aceito
Outros	certidaoAdReferendum.pdf	22/04/2021 11:12:30	HELOISA BARBARA CUNHA MOIZEIS	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JOAO PESSOA, 28 de Maio de 2021

Assinado por:

**Eliane Marques Duarte de Sousa
(Coordenador(a))**

Endereço: UNIVERSITARIO S/N

Bairro: CASTELO BRANCO

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

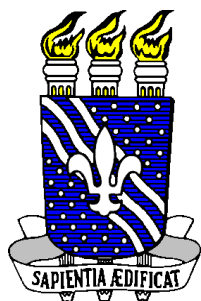
Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

APÊNDICE B: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido utilizado para o Artigo 1 e

2. (Amostra Brasil)



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL

CEP 58.051-900 – João Pessoa - PB

TEL.: 83 99519717/83 998661215

E-MAILS: arr.torres@gmail / heloisabarbara96@gmail.com

Prezado (a) participante,

Você está sendo convidado (a) a colaborar em uma pesquisa que está sendo conduzida por pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da UFPB. Essa pesquisa tem o propósito de investigar a opinião de pessoas como você sobre a sociedade brasileira. Para tanto, gostaríamos de contar com a sua colaboração respondendo este questionário.

Pedimos que leia atentamente as instruções e marque as respostas que mais se aproximam da sua opinião, se possível, sem deixar qualquer questão em branco. Os dados fornecidos serão utilizados para fins acadêmicos e apresenta CAAE 46273121.4.0000.5188. Para que você possa fornecer suas respostas com a máxima sinceridade e liberdade, queremos lhe garantir o caráter anônimo e a confidencialidade de sua participação. Contudo, antes de prosseguir, de acordo com o disposto na resolução 510/16 do Conselho Nacional de Saúde, faz-se necessário documentar seu consentimento.

Desde já, agradecemos a sua colaboração.

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Assinando este termo, estou concordando em participar do estudo acima mencionado, sob a coordenação da Profa. Dra. Ana Raquel Rosas Torres e execução da doutoranda Heloísa Bárbara Cunha Moizéis, do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social. Declaro, ainda, que estou ciente de que poderei deixar o estudo a qualquer momento, sem penalização, e que os dados fornecidos poderão ser utilizados com fins acadêmicos e científicos, apoiando publicações futuras, assegurando sempre meu anonimato.

João Pessoa, ____ de _____ de 2022

Assinatura / Rubrica

APÊNDICE C: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido utilizado para o Artigo 1 e 2.

(Amostra Espanha)



**UNIVERSIDAD COMPLUTENSE
MADRID**

Somos un Grupo de Investigación de la Universidad Complutense de Madrid que está investigando las opiniones de las personas sobre diferentes temas relacionados con la sociedad española. Así, en cada apartado de este cuestionario usted será preguntado sobre un aspecto determinado.

A continuación se presentan una serie de cuestiones en las que no hay respuestas correctas ni incorrectas, así que puede responder con sinceridad, ya que nos interesa mucho su opinión. Toda la información será confidencial y anónima, siendo sólo utilizada para fines estadísticos.

Agradecemos su colaboración voluntaria en esta investigación. Si quiere formularnos alguna cuestión sobre el estudio, puede ponerse en contacto con nosotros (heloisabarbara96@gmail.com).

¡GRACIAS por anticipado!

APÊNDICE D: Cenário utilizado e construído pela própria pesquisadora para o Artigo**1. (Amostra brasileira)**

Instruções. A seguir você encontrará um breve texto sobre o debate bioético acerca do início da vida. Leia atentamente para responder a seguinte pergunta.

1. Assim como existem muitas teorias acerca da origem do universo, como o Criacionismo e o Big Bang, o mesmo vale para o início da vida. Existe um debate bioético muito extenso acerca do começo da vida. Algumas pessoas acreditam que existe vida desde o momento da concepção, enquanto outras pessoas acreditam que só existe vida após o nascimento. A partir dessas proposições e considerando seus conhecimentos e suas crenças a respeito desse assunto, para você, quando a vida inicia? Utilize o espaço abaixo para expor suas ideias.

APÊNDICE E: Cenário utilizado e construído pela própria pesquisadora para o Artigo**1. (Amostra espanhola)**

Instrucciones. A continuación encontrará un breve texto sobre el debate bioético sobre el comienzo de la vida. Lee atentamente para responder la siguiente pregunta.

1. Así como hay muchas teorías sobre el origen del universo, como el creacionismo y el Big Bang, lo mismo ocurre con el comienzo de la vida. Hay un debate bioético muy extenso sobre el comienzo de la vida. Algunas personas creen que hay vida desde el momento de la concepción, mientras que otras creen que solo hay vida después del nacimiento. Con base en estas proposiciones y considerando sus conocimientos y creencias sobre este tema, para usted, ¿cuándo comienza la vida? Use el espacio a continuación para expresar sus ideas.

**APÊNDICE F: Instrumento de evocação livre construído pela própria pesquisadora
para o Artigo 2 para as palavras “Embrião” e “Aborto” (Amostra brasileira)**

Instruções. Por favor, leia atentamente as perguntas para responder as seguintes questões:

1. Se eu lhe digo a palavra **EMBRIÃO**, o que lhe vem à mente? Diga-me rapidamente as palavras que você associa.

1. _____

2. _____

3. _____

4. _____

5. _____

2. Ordene as palavras acima de acordo com o **grau de importância** delas para você:

1º. _____

2º. _____

3º. _____

4º. _____

5º. _____

3. Agora, se eu lhe digo a palavra **ABORTO**, o que lhe vem à mente? Diga-me rapidamente as palavras que você associa.

1. _____

2. _____

3. _____

4. _____

5. _____

4. Ordene as palavras acima de acordo com o **grau de importância** delas para você:

1º. _____

2º. _____

3º. _____

4º. _____

5º. _____

**APÊNDICE G: Instrumento de evocação livre construído pela própria pesquisadora
para o Artigo 2 para as palavras “Embrión” e “Aborto” (Amostra espanhola)**

Instrucciones. Lea atentamente las preguntas para responder a las siguientes preguntas:

1. Si te digo la palabra **EMBRIÓN**, ¿qué te viene a la mente? Dime rápidamente las palabras que asocias.

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____

2. Ordena las palabras de arriba según lo importantes que sean para ti:

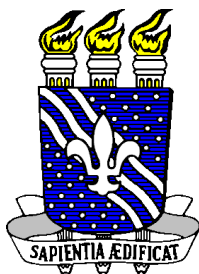
- 1º. _____
- 2º. _____
- 3º. _____
- 4º. _____
- 5º. _____

3. Ahora, si te digo la palabra **ABORTO**, ¿qué te viene a la mente? Dime rápidamente las palabras que asocias.

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____

4. Ordena las palabras de arriba según lo importantes que sean para ti:

- 1º. _____
- 2º. _____
- 3º. _____
- 4º. _____
- 5º. _____

APÊNDICE H: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido utilizado para o Artigo 3.**(Amostra Brasil)**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL
CEP 58.051-900 – João Pessoa - PB
TEL.: 83 998661215/ 83 99519717
E-MAILS :arr.torres@gmail / heloisabarbara96@gmail.com

Prezado (a) participante,

Você está sendo convidado (a) a colaborar em uma pesquisa que está sendo conduzida por pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da UFPB. Essa pesquisa tem o propósito de investigar a opinião de pessoas como você sobre a sociedade brasileira. Para tanto, gostaríamos de contar com a sua colaboração respondendo este questionário. Pedimos que leia atentamente as instruções e marque as respostas que mais se aproximam da sua opinião, se possível, sem deixar qualquer questão em branco. Os dados fornecidos serão utilizados para fins acadêmicos e apresenta CAAE 46273121.4.0000.5188. Para que você possa fornecer suas respostas com a máxima sinceridade e liberdade, queremos lhe garantir o caráter anônimo e a confidencialidade de sua participação. Contudo, antes de prosseguir, de acordo com o disposto na resolução 510/16 do Conselho Nacional de Saúde, faz-se necessário documentar seu consentimento.

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Assinando este termo, estou concordando em participar do estudo acima mencionado, sob a coordenação da Profa. Dra. Ana Raquel Rosas Torres e execução da doutoranda Heloísa Bárbara Cunha Moizéis, do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social. Declaro, ainda, que estou ciente de que poderei deixar o estudo a qualquer momento, sem penalização, e que os dados fornecidos poderão ser utilizados com fins acadêmicos e científicos, apoiando publicações futuras, assegurando sempre meu anonimato.

João Pessoa, ____ de _____ de 2022

 Assinatura / Rubrica

APÊNDICE I: Cenário experimental criado pela própria pesquisadora para o Artigo 3.

(Amostra brasileira)

1. CENÁRIO COM DESFECHO GESTACIONAL “GRAVIDEZ A TERMO”

Instruções. A seguir você encontrará um texto sobre Maria e Pedro, colegas de profissão. Leia atentamente a história e depois indique em que medida você considera Maria culpada pela situação e Pedro responsável pelo ocorrido.

Maria é uma jovem de 27 anos, que trabalha em uma empresa renomada no mercado de trabalho. Maria e Pedro são colegas de profissão e se conhecem há cerca de três anos. A empresa em que ambos trabalham realizou uma festa de comemoração dos seus 10 anos. Ao final da festa, Pedro se ofereceu para deixar Maria em seu apartamento e chegando ao local, ainda no carro, começaram a conversar e trocar alguns beijos. Após algumas investidas de Pedro, Maria tentou afastar-se e pediu que Pedro parasse. Maria ainda tentou sair do carro, porém foi impedida. Pedro a pegou com força e continuou beijando-a até consumir o ato. Após dois meses, Maria comprou um teste de gravidez e descobriu que estava grávida. Mesmo considerando toda a situação, Maria decidiu levar a sua gravidez adiante, ainda que Pedro não a tenha procurado após o ocorrido.

Em que medida você considera Maria culpada da violência por ela sofrida?

Nada culpada	1	2	3	4	5	6	7	Totalmente culpada

Justifique sua resposta.

2. CENÁRIO COM DESFECHO GESTACIONAL “IVG”

Instruções. A seguir você encontrará um texto sobre Maria e Pedro, colegas de profissão. Leia atentamente a história e depois indique em que medida você considera Maria culpada pela situação e Pedro responsável pelo ocorrido.

Maria é uma jovem de 27 anos, que trabalha em uma empresa renomada no mercado de trabalho. Maria e Pedro são colegas de profissão e se conhecem há cerca de três anos. A empresa em que ambos trabalham realizou uma festa de comemoração dos 10 anos. Ao final da festa, Pedro se ofereceu para deixar Maria em seu apartamento e chegando ao local, ainda no carro, começaram a conversar e trocar alguns beijos. Após algumas investidas de Pedro, Maria tentou afastar-se e pediu que Pedro parasse. Maria ainda tentou sair do carro, porém foi impedida. Pedro a pegou com força e continuou beijando-a até consumir o ato. Após dois meses, Maria comprou um teste de gravidez e descobriu que estava grávida. Considerando toda a situação, Maria decidiu interromper sua gravidez, realizando um aborto, visto que Pedro não a procurou após o ocorrido.

Em que medida você considera Maria culpada da violência por ela sofrida?

Nada culpada	1	2	3	4	5	6	7	Totalmente culpada
---------------------	---	---	---	---	---	---	---	---------------------------

Justifique sua resposta.

3. CENÁRIO CONTROLE “SEM DESFECHO GESTACIONAL”

Instruções. A seguir você encontrará um texto sobre Maria e Pedro, colegas de profissão. Leia atentamente a história e depois indique em que medida você considera Maria culpada pela situação e Pedro responsável pelo ocorrido.

Maria é uma jovem de 27 anos, que trabalha em uma empresa renomada no mercado de trabalho. Maria e Pedro são colegas de profissão e se conhecem há cerca de três anos. A empresa em que ambos trabalham realizou uma festa de comemoração dos 10 anos. Ao final da festa, Pedro se ofereceu para deixar Maria em seu apartamento e chegando ao local, ainda no carro, começaram a conversar e trocar alguns beijos. Após algumas investidas de Pedro, Maria tentou afastar-se e pediu que Pedro parasse. Maria ainda tentou sair do carro, porém foi impedida. Pedro a pegou com força e continuou beijando-a até consumir o ato.

Em que medida você considera Maria culpada da violência por ela sofrida?

Nada culpada	1	2	3	4	5	6	7	Totalmente culpada

Justifique sua resposta.

APÊNDICE J: Questionário sociodemográfico (Amostra brasileira)

Precisamos saber algumas informações sobre você:

1. Idade: _____

2. Gênero: () Feminino () Masculino () Não-binário () Outro: _____

3. Curso: _____

4. Classe Socioeconômica:

1	2	3	4	5
Baixa	Média-Baixa	Média	Média-Alta	Alta

5. Se posicione em função do seu grau de identificação ou simpatia em relação ao **espectro político esquerda-direita, sendo 1 (“extrema esquerda”), 4 (“centro”) e 7 (“extrema direita”):**

1 Extrema esquerda	2	3	4	5	6	7 Extrema direita
------------------------------	---	---	---	---	---	-----------------------------

APÊNDICE K: Questionário sociodemográfico (Amostra espanhola)

Necesitamos saber algunos datos sobre usted:

1. Edad: _____

2. Género: () Femenino () Masculino () No binário () Otro: _____

3. ¿Qué curso estás? _____

4. Renta disponible: ☐ Renta baja ☐ Renta media ☐ Renta alta

5. En asuntos de política, la gente habla de izquierdas y de derechas. ¿Dónde se situaría en la siguiente escala, independientemente de que le interese o no la política?

1 Extrema izquierda	2	3	4	5	6	7 Extrema derecha
------------------------	---	---	---	---	---	----------------------